



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
ESCOLA DE AGRONOMIA (EA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

PATRÍCIA FERREIRA DE FREITAS

**Programa de Formação em ATER para Assentamentos de
Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030**

PROFOREXT:

impactos na formação profissional de agentes de assistência
técnica e extensão rural para assentamentos de reforma agrária,
em Goiás

GOIÂNIA/GO

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Patrícia Ferreira de Freitas

3. Título do trabalho

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM ATER PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E CONTRIBUIÇÕES PARA A AGENDA 2030 PROFEXT: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, EM GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Ferreira De Freitas, Discente**, em 26/11/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graciella Corcioli, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2025, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5772155** e o código CRC **BC7DBD30**.

PATRÍCIA FERREIRA DE FREITAS

**Programa de Formação em ATER para Assentamentos de
Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030**

PROFOREXT:

impactos na formação profissional de agentes de assistência
técnica e extensão rural para assentamentos de reforma agrária,
em Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, da Escola de Agronomia (EA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Agronegócio.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.
Linha de pesquisa: Agricultura Familiar e o Agronegócio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graciella Corcioli.

GOIÂNIA/GO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Freitas, Patrícia Ferreira de

Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 PROFOREXT:

[manuscrito] : impactos na formação profissional de agentes de assistência técnica e extensão rural para assentamentos de reforma agrária, em Goiás / Patrícia Ferreira de Freitas. - 2025.

CLXXXIV, 184 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Graciella Corcioli.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, , Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. agricultura familiar. 2. assistência técnica e extensão rural. 3. políticas públicas. I. Corcioli, Graciella, orient. II. Título.

CDU 631/635



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ESCOLA DE AGRONOMIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **6/2025** da sessão de Defesa de Dissertação de Patrícia Ferreira de Freitas, que confere o título de Mestra em **Agronegócio**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais**.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, a partir das 14h, na sala de videoconferência da Escola de Agronomia, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM ATER PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E CONTRIBUIÇÕES PARA A AGENDA 2030 PROFOREXT: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, EM GOIÁS”. Os trabalhos foram instalados pela orientadora, Professora Doutora Graciella Corcioli (EA/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Francine Neves Calil (EA/UFG), membro titular interno; e Professora Doutora Karla Emmanuela Ribeiro Hora (EECA/UFG), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Graciella Corcioli, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Francine Neves Calil, Professora do Magistério Superior**, em 27/11/2025, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graciella Corcioli, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2025, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Professora do Magistério Superior**, em 07/12/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5772154** e o código CRC **18B186A9**.

Dedico este trabalho à minha mãe, Elizete, que me ensinou desde sempre o verdadeiro significado do amor e da força transformadora do pensamento positivo, mostrando-me que acreditar é o primeiro passo para alcançar qualquer objetivo.

Ao meu irmão, Edson Junior, por todo companheirismo e motivação que me fortalecem a cada desafio em minha vida.

Ao meu marido, Thiago, por todo amor, cuidado e apoio inestimáveis, sem os quais, definitivamente, este trabalho não seria possível.

Ao meu avô, Paulo Alves de Freitas (*in memoriam*), cujos ensinamentos guardo comigo pra sempre.

E, especialmente, ao meu amado filho Thomaz, cuja pureza e coragem iluminam a minha vida.

Esta conquista é reflexo da força e do amor de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Graciella Corcioli, pelos valiosos ensinamentos que envolvem a agricultura familiar e a construção de políticas públicas em nosso país. Sua orientação precisa foi fundamental em todas as etapas desta pesquisa. Agradeço sua escuta generosa e apoio constante, que mantiveram firmes meu foco e determinação na condução deste trabalho.

Agradeço à secretária do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, Lindinalva de Oliveira Teixeira, por toda a sua dedicação, disposição e pela paciência e presteza com que sempre conduziu cada uma de minhas demandas ao longo desta jornada.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás pela oportunidade de ensino e todo seu corpo docente pelos ensinamentos que certamente contribuíram significativamente para a minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço aos integrantes do PROFOREXT em Goiás, cuja atuação inspiradora e comprometida foi fundamental para a construção de todas as reflexões apresentadas nesta dissertação. Cada experiência compartilhada contribuiu de forma substancial para a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço carinhosamente aos colegas de turma, com quem compartilhei aprendizados, risos e trocas enriquecedoras ao longo desta jornada. Os debates instigantes, calorosos e sempre respeitosos permanecerão comigo como parte dessa trajetória. A convivência com cada um de vocês foi parte importante da minha formação acadêmica e pessoal.

RESUMO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) brasileira atravessou diversos momentos ao longo de sua trajetória, passando de um modelo difusionista para uma abordagem participativa em busca do fortalecimento da agricultura familiar e promoção do desenvolvimento sustentável. Em Goiás, esse percurso reflete os desafios relacionados à formação profissional de agentes de ATER capacitados para atuar junto às comunidades de assentamentos de reforma agrária. Esta pesquisa analisa os impactos do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 – PROFOREXT, na formação profissional de agentes de ATER para assentamentos de reforma agrária em Goiás. A metodologia adotada é qualitativa e tem como foco a análise de conteúdo e experiências dos participantes do programa. Os resultados deste trabalho sugerem que o PROFOREXT promove avanços significativos na formação teórica e prática dos participantes, contribui para o fortalecimento da ATER participativa e valoriza a agricultura familiar no estado de Goiás. Este trabalho também destaca as limitações institucionais e oferece propostas para o aprimoramento do programa, no intuito de ampliar seu alcance, consolidar práticas efetivas de ATER participativa e fortalecer a construção de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e comunidades de assentamentos de reforma agrária.

Palavras chave: agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural, políticas públicas.

ABSTRACT

Technical Assistance and Rural Extension (ATER) in Brazil has gone through several moments throughout its history, moving from a diffusionist model to a participatory approach in the search to strengthen family farming and promote sustainable development. In Goiás, this path reflects the challenges related to the professional training of ATER agents trained to work in agrarian reform settlement communities. This research analyzes the impacts of the Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 – PROFOREXT, on the professional training of ATER agents for agrarian reform settlements in Goiás. The methodology adopted is qualitative and focuses on analyzing the content and experiences of the program's participants. The results of this work suggest that PROFOREXT promotes significant advances in the theoretical and practical training of participants, contributes to strengthening participatory ATER and values family farming in the state of Goiás. This work also highlights the institutional limitations and offers proposals for improving the program in order to broaden its reach, consolidate effective participatory ATER practices and strengthen the construction of public policies aimed at family farming and agrarian reform settlement communities.

Keywords: family farming, technical assistance and rural extension, public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Percentual de estabelecimentos agropecuários em Goiás classificados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no município.....	50
Figura 2: Quociente entre a área média e a quantidade de estabelecimentos agropecuários localizados no município, em Goiás.....	51
Figura 3: Percentual de estabelecimentos agropecuários em Goiás com declaração de assistência técnica em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no município.....	75
Figura 4: Estrutura organizacional da EMATER-GO.....	78
Figura 5: Estados participantes do PROFOREXT.....	84
Figura 6: Estrutura organizacional regional do PROFOREXT.....	85
Figura 7: Fluxograma das etapas da pesquisa.....	96
Figura 8: Localização dos municípios onde estão as comunidades atendidas pelo PROFOREXT no estado de Goiás.....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição, em unidades, dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás conforme condição do produtor em relação às terras.....	52
Gráfico 2: Distribuição, em unidades, dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás conforme grupos de atividade econômica.....	53
Gráfico 3: Quantidade de leite de vaca, em mil litros, produzida por estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar em Goiás.....	53
Gráfico 4: Quantidade de mandioca (aipim, macaxeira), em toneladas, produzida por estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar em Goiás.....	54
Gráfico 5: Percentual dos estabelecimentos agropecuários que produzem lavouras temporárias em Goiás.....	55
Gráfico 6: Percentual da área ocupada por lavouras temporárias em Goiás.....	55
Gráfico 7: Distribuição, em unidades, dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás, conforme a origem da orientação técnica.....	76
Gráfico 8: Sexo dos participantes da pesquisa.....	132
Gráfico 9: Cor/raça dos participantes da pesquisa.....	133
Gráfico 10: Pertencimento dos participantes a assentamento de reforma agrária, comunidade tradicional e/ou agricultura familiar tradicional.....	133
Gráfico 11: Curso de Graduação dos participantes da pesquisa.....	134
Gráfico 12: Período do Curso de Graduação dos participantes da pesquisa.....	134
Gráfico 13: Se já visitou algum assentamento de reforma agrária, comunidades de povos tradicionais ou comunidade de agricultura familiar antes de ingressar no PROFOREXT.....	135
Gráfico 14: Participação em disciplinas, cursos, palestras, eventos e atividades de pesquisa ou extensão relacionadas à ATER, reforma agrária ou agricultura familiar.....	136
Gráfico 15: Avaliação dos tipos de habilidades que considera serem ponto forte.....	137
Gráfico 16: Avaliação da facilidade de acesso aos assentamentos.....	139
Gráfico 17: Avaliação das dificuldades e/ou limitações identificadas nos assentamentos.....	140
Gráfico 18: Avaliação das potencialidades identificadas nos assentamentos.....	141
Gráfico 19: Avaliação da receptividade das comunidades dos assentamentos.....	143

Gráfico 20: Avaliação das demandas relatadas pelas comunidades dos assentamentos.....	144
Gráfico 21: Avaliação das primeiras visitas aos assentamentos.....	145
Gráfico 22: Avaliação quanto à motivação para dar seguimento às atividades dentro do programa.....	148
Gráfico 23: Avaliação quanto às maiores dificuldades enfrentadas durante a participação no programa.....	149
Gráfico 24: Avaliação dos impactos que o programa exerceu na finalização da formação.....	152
Gráfico 25: Avaliação quanto à motivação para atuar na área de ATER, em Goiás.....	156
Gráfico 26: Avaliação quanto às perspectivas sobre atuar na área de ATER após a participação no programa.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil.....	60
Quadro 2: Instituições de Ensino que compõem o PROFOREXT.....	83
Quadro 3: Atribuições dos participantes do PROFOREXT.....	86
Quadro 4: Eixos orientadores e respectivas etapas previstas para o desenvolvimento do ProforExt.....	87
Quadro 5: Metas e etapas do PROFOREXT.....	88
Quadro 6: ODS relacionados às ações do PROFOREXT.....	89
Quadro 7: Ações desenvolvidas pela equipe PROFOREXT na UFG, no período de março de 2024 até fevereiro de 2025.....	114
Quadro 8: Matriz curricular do curso de graduação em Agronomia.....	123
Quadro 9: Ementa de disciplinas do curso de graduação em Agronomia.....	123
Quadro 10: Distância entre o município de Goiânia e as comunidades atendidas pelo PROFOREXT em Goiás.....	147

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABCAR** Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR** Associação de Crédito e Assistência Rural
- ACEX** Atividades Curriculares de Extensão
- ACOF** Agro Centro-Oeste Familiar
- AIAF** Ano Internacional da Agricultura Familiar
- ALF** Agente Local de Formação
- ANATER** Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- APPROSERRA** Associação de Pequenos Produtores Rurais Serra
- ASBRAER** Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATER** assistência técnica e extensão rural
- CAF** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- CEP** Comitê de Ética em Pesquisa
- CEPEC** Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
- CES** Câmara de Educação Superior
- CNDRS** Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNE** Conselho Nacional de Educação
- CNI** Confederação Nacional da Indústria
- CNPq** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COFINS** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CONAB** Companhia Nacional de Abastecimento
- CONDRAF** Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar
- CONFEA** Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
- CONPEEX** Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CONSEA** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CONTAG** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOPEROZIEL** Cooperativa Agropecuária Integrada dos Produtores Familiares do Assentamento Oziel Alves Pereira e Região
- CPT** Comissão Pastoral da Terra
- CREA** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
- CRS** Crédito Rural Supervisionado
- DAP** Declaração de Aptidão ao PRONAF

DATER Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DIER Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural

DRP Diagnóstico Rural Participativo

DTP Desenvolvimento de Tecnologia Participativa

EA Escola de Agronomia

ECA Escolas de Campo de Agricultores

EIVs Estágios Interdisciplinares de Vivência

EMATER Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMGOPA Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

ESALQ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

ETA Escritório Técnico de Agricultura

EV Escola de Veterinária

FAO Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEAB Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FIESP Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINEP Financiadora de Estudos e Projetos

FUNRURAL Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IFGOIANO - Instituto Federal Goiano

IFMG Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

IFRS-SERTÃO Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Sertão

IFSP Instituto Federal de São Paulo

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MAA Ministério da Agricultura e do Abastecimento

MAARA Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

MARA Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MEC Ministério da Educação

MESA Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MFP Manejo Florestal Participativo

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ODS Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OP Orçamento Participativo

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PCB Partido Comunista Brasileiro

PD Pesquisa e Desenvolvimento

PGPAF Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar

PGPMBIO Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade

PGPM Política de Garantia de Preços Mínimos

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIN Programa de Integração Nacional

PIS Programa de Integração Social

PIVIC Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND Plano Nacional de Desenvolvimento

PPC Projeto Pedagógico do Curso

PROAD Pró-Reitoria de Administração e Finanças

PROCERA Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PROFOREXT Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030

PROGER RURAL Programa de Geração de Emprego e Renda Rural

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONERA Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROTERRA Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PROVAPE Programa de Valorização da Pequena Produção

RTVE Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural

SAF Secretaria da Agricultura Familiar e Agroecologia

SARC Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo

SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAF Seguro da Agricultura Familiar
SEAGRO Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SED Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação
SESI Serviço Social da Indústria
SIBER Sistema Brasileiro de Extensão Rural
SIBRATER Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SNCR Sistema Nacional de Crédito Rural
SNRA Secretaria Nacional da Reforma Agrária
SRA Secretaria de Reforma Agrária
SSR Serviço Social Rural
SUPRA Superintendência Regional de Política Agrária
TCC Trabalho Conclusão de Curso
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TED Transferência Eletrônica Direta
UDR União Democrática Ruralista
UEP Unidades de Experimentação Participativa
UFDPAR Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFF Universidade Federal Fluminense
UFG Universidade Federal de Goiás
UFMS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA Unidade Familiar de Produção Agrária
UFPA Universidade Federal do Pará
UFRA Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS Universidade Federal de Sergipe
UFSCAR Universidade Federal de São Carlos
UNESP Universidade Estadual Paulista
UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná

“O mundo rural é maior do que o agrícola.”

– José Graziano da Silva (1999)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1: Agricultura Familiar e Assistência Técnica e Extensão Rural.....	25
1.1. Agricultura familiar no Brasil.....	25
1.2. Agricultura familiar no estado de Goiás.....	46
1.3. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: resgate histórico.....	57
1.4. Atuação da assistência técnica e extensão rural: da transferência de tecnologia à construção participativa.....	69
1.5. Assistência técnica e extensão rural no estado de Goiás.....	74
1.6. PROFOREXT, Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	80
CAPÍTULO 2: Metodologia da Pesquisa e Contextualização do PROFOREXT em Goiás.....	91
CAPÍTULO 3: Análise dos resultados e contribuições do PROFOREXT para a ATER em Goiás.....	97
3.1. Análise dos Relatórios Mensais do PROFOREXT em Goiás.....	97
3.2. Análise do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UFG.....	117
3.3. Análise das Respostas dos Questionários.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162
APÊNDICES.....	170
ANEXOS.....	180

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar assume um papel importante na produção agropecuária nacional, gerando renda, promovendo a inclusão social e garantindo segurança alimentar. Contudo, a categoria enfrenta muitos desafios. Em se tratando da agricultura familiar praticada especificamente nos assentamentos de reforma agrária, essas dificuldades são ainda maiores.

Os desafios fundiários são uma marca em nosso país, atravessam séculos de nossa história e persistem até os dias atuais. De modo que estamos longe de alcançar um ponto de equilíbrio que satisfaça os produtores familiares, movimentos sociais, partidos políticos e os diversos segmentos da sociedade. Soma-se a isso a fragilidade da organização social no sistema produtivo, que afeta diretamente na permanência dos jovens no campo, uma vez que as condições precárias de infraestrutura e acesso a oportunidades tornam a vida no campo cada vez mais desafiadora. Além disso, as condições de trabalho, em muitos casos, pouco definidas e a limitada competitividade no mercado em razão da baixa escala produtiva, da baixa agregação de valor na produção e da dificuldade na comercialização, tornam o cenário ainda mais complexo. Quanto a esse aspecto, a precariedade no acesso à educação e ao assessoramento técnico constitui um dos principais gargalos enfrentados por esses agricultores.

Nesse contexto, as políticas públicas relacionadas à assistência técnica e extensão rural (ATER) devem ser condizentes com a necessidade mundial de sustentabilidade econômica, social e ambiental, e trazer resultados significativos para esse desenvolvimento, de modo que se faz urgente a necessidade de pesquisas que promovam o aprimoramento da ATER nos assentamentos de reforma agrária, incentivando a inovação e o empreendedorismo na agricultura familiar, como forma de transformar o segmento nesses locais.

Tradicionalmente, no Brasil, a abordagem de assessoramento técnico e extensão rural direcionada aos agricultores familiares, sempre foi a de transferência de tecnologias. Esta abordagem é caracterizada pela transferência de tecnologia ao produtor rural familiar por meio da transmissão de informações. Nesse modelo, a informação é gerada pela empresa de pesquisa, que repassa essa informação para a empresa de assistência técnica que, por sua vez, apresenta essa informação ao produtor. Deste modo, os chamados “pacotes tecnológicos” chegam ao agricultor familiar por intermédio de capacitações realizadas em dias de campo, em propriedades-modelo ou ainda na oferta de cursos específicos (Medina, Camargo e Silvestre, 2018).

Contudo, com o passar dos anos, observou-se que esse modelo de assessoramento técnico difusionista não consegue atender às necessidades da agricultura familiar. E, pelo menos dois fatores básicos podem explicar essa dificuldade. O primeiro deles é que o produtor familiar não tem contato direto com quem de fato criou a tecnologia, ou seja, não há comunicação entre a empresa de pesquisa e o agricultor familiar, o que distancia a tecnologia da realidade do produtor. Conseqüentemente, o agricultor tende a não adotar a proposta. O segundo fator é que o agricultor familiar, quando adota a proposta, não domina de fato a tecnologia, o que o torna dependente da assessoria técnica e dos insumos externos necessários para a implementação desse pacote (Medina, Camargo e Silvestre, 2018).

Ainda, segundo Medina, Camargo e Silvestre (2018), apenas a partir de 2004, com expressiva retomada dos investimentos à assistência técnica e extensão rural voltados para a agricultura familiar no Brasil, por parte do governo federal, através do lançamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e de sua reformulação em 2010, e da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) em 2013, os serviços de ATER passaram a adotar uma abordagem “participativa”.

Os autores esclarecem que, nesta abordagem, a atuação do extensionista é voltada para o agricultor familiar e não mais para o pacote tecnológico. Deste modo, a proposta da orientação técnica é construída pensando-se no agricultor familiar e na sua propriedade, considerando os seus interesses e as suas capacidades para adesão e execução. Leva-se em conta todo o envolvimento da família dentro e fora da propriedade, enxergando a região como um todo, bem como as opções de parceria com toda a comunidade, a inserção em grupos organizados e a atuação política desses indivíduos.

Para Medina, Camargo e Silvestre (2018), porém, a formação do extensionista, ou seja, da ATER no Brasil, não condiz com essa nova abordagem. Isso porque todo o sistema brasileiro de formação, técnica e universitária, é defasado em relação à abordagem participativa. A formação desse profissional é extremamente difusionista, na qual o professor repassa um volume considerável de conteúdos que, muito provavelmente, não serão utilizados na sua totalidade pelos alunos em sua atuação profissional posterior. Em um cenário ideal, a formação desse extensionista deveria ser pautada em atuações práticas, com conteúdos voltados para problemáticas concretas e mais condizentes com a possível realidade do produtor.

Diante dessa necessidade, em 2023 foi criado o Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 –

PROFOREXT. Trata-se de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e dezesseis universidades federais e estaduais e institutos federais de ensino, responsáveis pela realização de atividades de extensão para formação de estudantes em conjunto com agricultores familiares de assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e povos indígenas, com infraestrutura ainda incipiente. O programa identifica problemas e constrói soluções para a sustentabilidade econômica, social e ambiental nas atividades da agricultura familiar nesses espaços. A Universidade Federal de Goiás é uma das instituições que compõem o PROFOREXT e atende as comunidades do Assentamento Oziel Alves Pereira, no município de Baliza, do Assentamento Reata, no município de Jussara, do Assentamento Serra, no município de Pires do Rio, e da Comunidade Tomás Cardoso, no município de Santa Rita do Novo Destino.

O PROFOREXT tem se mostrado uma iniciativa extremamente importante no âmbito da formação profissional de agentes de ATER e da extensão universitária. Contudo, torna-se necessário compreender de que forma suas ações repercutem efetivamente na formação dos participantes e na construção de competências técnicas, sociais e humanas direcionadas para a atuação desses profissionais em assentamentos de reforma agrária. Diante disso, o presente estudo busca responder às seguintes questões: quais os impactos do PROFOREXT para a formação profissional de agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás, e de que forma o programa influencia suas competências, experiências e práticas profissionais?

Assim, esta pesquisa teve o objetivo de analisar as contribuições do PROFOREXT para a formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás. Especificamente, objetivou-se traçar o perfil dos participantes do programa, examinar o desenvolvimento das ações por eles realizadas no âmbito da formação, compreender suas expectativas em relação à continuidade das atividades de ATER voltadas à agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária em Goiás e, por fim, analisar os impactos do programa em sua trajetória profissional.

A abordagem da pesquisa é qualitativa de natureza descritiva e busca compreender em profundidade as experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos ao processo formativo promovido pelo PROFOREXT. A investigação teve foco na análise de conteúdo, e possibilitou captar a complexidade das contribuições do programa para a formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás.

A natureza aplicada deste estudo, teve o objetivo de gerar conhecimento prático e aplicável para avaliar as contribuições do PROFOREXT na formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás. O PROFOREXT busca qualificar agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e o desenvolvimento rural nas comunidades. A pesquisa avaliou a contribuição do programa para a formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás, destacando a eficácia da abordagem participativa e oferecendo subsídios para aprimorar políticas de ATER, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar.

Partindo-se do pressuposto de que a formação profissional é peça fundamental para o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural e, por conseguinte, da agricultura familiar no Brasil, a hipótese central dessa pesquisa é que o PROFOREXT contribui significativamente para a formação profissional dos participantes, promovendo o desenvolvimento de competências teóricas e práticas que favorecem sua permanência e atuação na ATER, com foco na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no estado de Goiás.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos, conforme a explanação a seguir.

O capítulo 1 aborda a trajetória histórica da agricultura familiar no Brasil e no estado de Goiás, resgatando a atuação social e produtiva da categoria, evidenciando a sua importância para a produção nacional de alimentos e garantia da segurança alimentar e nutricional, a geração de renda e a promoção da inclusão social no país. O capítulo ainda faz um resgate histórico da assistência técnica e extensão rural no Brasil e uma contextualização desse serviço no estado de Goiás, trazendo dados importantes que retratam a atuação do extensionista no estado. Nesse sentido, o capítulo apresenta ainda as conceituações a respeito das abordagens difusionista e participativa da assistência técnica e extensão rural brasileira, evidenciando como está se desenvolvendo esse processo em atendimento às diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Por fim, o Capítulo 1 apresenta a contextualização do PROFOREXT, destacando seus objetivos, sua organização e sua estrutura baseada em eixos norteadores. O capítulo traz também uma breve explanação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ressaltando que o PROFOREXT se configura como uma iniciativa alinhada aos princípios e metas dessa agenda global.

O capítulo 2 aborda a metodologia da pesquisa para realização deste trabalho e contextualiza o PROFOREXT em Goiás. Nesse bloco, tem-se a caracterização e

classificação da pesquisa, as justificativas para a escolha dos métodos adotados, bem como a especificação das delimitações do estudo e os sujeitos participantes. No capítulo são explicados quais os instrumentos utilizados, como foram elaborados, como se deu a coleta de dados, de que forma esses dados foram analisados e por que foram analisados dessa maneira. São apresentados, ainda, quais foram as limitações e os desafios da pesquisa.

Em seguida, o capítulo 3 apresenta a análise dos resultados obtidos com a pesquisa, destacando o perfil dos participantes do PROFOREXT em Goiás que se constituíram como os sujeitos desse estudo, as suas experiências e os impactos do programa em sua formação profissional. São apresentadas novas perspectivas e *insights* sobre a formação de profissionais de ATER e os impactos para a agricultura familiar no estado de Goiás. Nesse sentido, o capítulo apresenta quais foram os impactos na formação profissional desses participantes. A análise dos instrumentos da pesquisa, apresentada nesse capítulo, traz resultados detalhados sobre a percepção dos participantes quanto a sua participação no programa. O capítulo ainda traz quais foram as limitações e os desafios identificados, bem como as perspectivas para o PROFOREXT.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo, que oferecem uma síntese dos resultados obtidos, evidenciando as contribuições da pesquisa tanto para o fortalecimento agricultura familiar, quanto para o avanço dos compromissos estabelecidos pela Agenda 2030, e para a formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás. Finalmente, a parte final do estudo ainda sugere direções para pesquisas futuras, que possam expandir as reflexões que foram aqui desenvolvidas.

CAPÍTULO 1: Agricultura Familiar e Assistência Técnica e Extensão Rural

1.1. Agricultura familiar no Brasil

A agricultura brasileira, frequentemente, é representada socialmente como um setor dominado por extensas propriedades, predominantemente monocultoras, voltadas para a exportação, baseadas em padrões tecnológicos bastante avançados e sofisticados. O exemplo mais emblemático dessa representação, e que é inclusive massivamente divulgado pela mídia, são as vastas plantações de soja nas antigas fronteiras agrícolas brasileiras. Nessas paisagens, extensas e uniformes, poderosas máquinas operam de maneira eficiente, transformando a cena em um ambiente onde a presença humana praticamente não é percebida (Wanderley, 2014).

Em contraposição a essa típica representação, está a categoria agricultura familiar. Para Shneider (2003), a agricultura familiar tem ganhado cada vez mais legitimidade nos debates sociais, políticos e acadêmicos no Brasil. Mesmo que tardiamente, em comparação à tradição dos estudos a respeito do tema em países desenvolvidos, podemos dizer que, no Brasil, a emergência da expressão “agricultura familiar” ocorreu de fato a partir de 1990.

Compreender como essa categoria opera e se constitui, bem como identificar suas características nacionais, exige primeiramente a compreensão de sua relação com o acesso à terra e de como se deu, historicamente, o estabelecimento de suas atividades.

Segundo Wanderley (2014), a legislação fundiária colonial do Brasil, de origem portuguesa, perde sua legitimidade em face a independência nacional, em 1822. No entanto, essa legislação só foi substituída em 1850, pela Lei N^o 601, de 18 de setembro daquele ano, a chamada Lei de Terras.

De acordo com essa lei:

Art. 1^o Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 3^o São terras devolutas:

§ 1^o As que não se acharem applicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§ 2^o As que não se acharem no dominio particular por qualquer título legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3^o As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4^o As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei (Brasil, 1850).

Ainda, conforme Wanderley (2014), durante esse período de “vazio” jurídico, foi favorecida a ocupação precária de terras, sem qualquer titulação, por pequenos agricultores que nelas produziam, tanto para o consumo próprio quanto para o mercado. Para a autora, o “sistema de posse” não deixa de existir com a Lei de Terras de 1850, uma vez que as grandes propriedades, localizadas, desde o início da colonização, em áreas litorâneas, deixavam, em regiões mais distantes, grandes espaços, não apropriados juridicamente, que viriam a ser ocupados por camponeses denominados “posseiros”.

Segundo Mazalla Neto e Bergamasco (2017), dentro dessa estrutura social havia um grupo numeroso de homens e mulheres livres ou libertos pobres, composto por negros libertos, brancos pobres, índios, mulatos e todas as formas possíveis de mestiçagem. Esse grupo social ocupava pequenas faixas de terra, em áreas periféricas e fora dos interesses dos senhores de engenho. Nesses locais, o grupo estruturava pequenos sítios, com o objetivo central de garantir sua subsistência. Essas áreas eram volantes, visto que o grupo não se fixava definitivamente nesses espaços.

Essa pequena produção, vinda de camponeses, era necessária e muito funcional para a colônia, uma vez que os períodos de carência de alimentos eram frequentes e as autoridades buscavam induzir esses pequenos produtores a aumentarem a sua produção. Essa indução também acontecia nos períodos em que o preço do açúcar no mercado externo alcançava altos patamares, o que fazia com que os engenhos aumentassem a área cultivada para produção de cana-de-açúcar, diminuindo assim as áreas de cultivo destinadas à lavoura para alimentação. As vilas pequenas, locais onde viviam clérigos, mercadores, e outros indivíduos com papéis técnicos e culturais específicos, quase sempre eram também alimentadas justamente por essa pequena produção (Mazalla Neto e Bergamasco, 2017).

Ainda de acordo com Mazalla Neto e Bergamasco (2017), desde muito cedo na colônia, esses camponeses apresentavam uma trajetória itinerante como característica fundamental. Uma vez que estavam subordinados à toda a dinâmica da economia do período colonial, eram frequentemente expulsos das áreas ocupadas e forçados a migrar sempre que os senhores de engenho tinham interesse em ampliar sua produção.

Desde o início do período colonial, consolidou-se no imaginário brasileiro a visão de camponeses pobres como ociosos, considerados marginais e nocivos à ordem social pelas autoridades coloniais. Essa ideologia foi construída e imposta pela classe dominante, e perpetuou-se ao longo de séculos no país, influenciando diretamente toda a estrutura social brasileira. A condição camponesa foi moldada em uma relação absolutamente subalterna com as elites nacionais, especialmente no que se refere à luta

pela posse da terra e na produção de base familiar. Porém, mesmo com tantas adversidades impostas, esse grupo desenvolveu formas de resistência e mecanismos alternativos para enfrentar a opressão, a violência e a miséria que marcam a sua trajetória na história do Brasil (Mazalla Neto e Bergamasco, 2017).

As condições de vida e luta por território vivenciado pelos camponeses no Brasil, são reflexos dessa realidade histórica e seguem um padrão de exclusão que remonta ao período colonial. A produção desses trabalhadores rurais sempre esteve relacionada à posse irregular de terras, inserida em uma dinâmica de ocupação de território e de produção agrícola condicionada aos interesses do capital mercantil. Esses indivíduos atuaram nas margens dos territórios e desempenharam um papel fundamental na produção de alimentos dentro da economia da colônia, reproduzindo uma relação de resistência e de enfrentamento diante das estruturas de poder dominantes (Mazalla Neto e Bergamasco, 2017).

Para Mazalla Neto e Bergamasco (2017), a instituição da Lei de Terras de 1850, que transformou a terra em mercadoria, aumentava o interesse e os preços das áreas rurais. Dessa forma, a expulsão dos camponeses das áreas ocupadas intensificou-se consideravelmente. A migração, então, passou a ser uma estratégia de sobrevivência e de resistência desses indivíduos, que buscavam distanciamento das grandes propriedades.

Nesse período, outro modelo bastante precário de acesso à terra envolvia a instalação de famílias de trabalhadores em pequenas áreas dentro das propriedades com autorização dos grandes proprietários. Nessas áreas, era permitido que os trabalhadores cultivassem alimentos ao redor de suas casas. No entanto, estes eram obrigados a trabalhar na cultura principal da propriedade, com ou sem remuneração. Assim, o uso da terra condicionava-se ao vínculo trabalhista com o patrão, sem qualquer garantia de continuidade (Andrade, 1964).

Wanderley (2014) destaca que há, de fato, nesse período, uma variedade de modalidades de cessão precária da terra, relacionadas diretamente com o nível de subordinação do trabalhador às demandas das grandes propriedades, o que evidencia o grau de autonomia que possibilitava maior ou menor dedicação ao sítio familiar.

Para todas as modalidades de cessão precária da terra, a propriedade reconhecida formalmente favorece, de fato, a consolidação de uma economia camponesa mais “liberta”, ou seja, com menor dependência em relação aos grandes proprietários, no que se refere ao acesso à terra. Porém, a tensão entre subordinação e autonomia se deslocou para o campo da comercialização da produção, onde os camponeses sofreram as

consequências de relações também subordinadas e consideravelmente assimétricas (Wanderley, 2014).

A luta camponesa pela permanência na terra foi evidenciada em episódios de resistência e sobrevivência. Canudos¹, Contestado² e o Cangaço³ são apenas alguns exemplos dos inúmeros movimentos camponeses que lutaram pela permanência na terra em defesa da produção familiar. As ligas camponesas, as associações e os sindicatos de trabalhadores rurais são formas de organização política camponesa do século XX que foram fomentadas por esse momento histórico. Nesse período, as lutas de pequenos proprietários, arrendatários e posseiros se multiplicavam, com o objetivo de permanecer na terra em que produziam. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica tiveram papel central no apoio aos camponeses e trabalhadores rurais da época (Fernandes, 1999).

O período compreendido entre 1940 e 1964 é marcado pela grande organização e luta dos camponeses. As ligas camponesas, movimento mais emblemático desse período, surgiu em meados de 1945. Foi um movimento ligado diretamente ao partido comunista que tinha o objetivo de organizar a população camponesa para resistir à expropriação e expulsão da terra. A expansão e o fortalecimento do movimento foram muito expressivos, de modo que, no começo da década de 1960, tornou-se responsável pela realização de congressos e inúmeros encontros em defesa da reforma agrária, fato este que pode ser comprovado com as primeiras ocupações de terra do período (Medeiros, 1989).

Em resposta à luta social por reforma agrária travada pelas ligas camponesas, foi criada em 1962, pelo Estado, a Superintendência Regional de Política Agrária – SUPRA. Contudo, a emissão do decreto que desapropriava as terras em torno de rodovias federais para fins de reforma agrária só veio a acontecer no início de março de 1964. De fato, a iniciativa chegou tarde demais, uma vez que o golpe de estado iniciava o período da ditadura militar no país (Sabourin, 2017).

Ainda em 1963, foi aprovada a Lei nº 4.214, de 02 de março daquele ano, conhecido como o Estatuto do Trabalhador Rural. Esse estatuto garantia aos assalariados do meio rural o direito a salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias

¹ Movimento camponês e messiânico iniciado na Bahia em 1893, onde camponeses sem-terra organizaram uma comunidade autônoma em Belo Monte, resistindo ao poder dos coronéis até serem massacrados pelo Exército em 1897 (Fernandes, 1999).

² Levante político-religioso ocorrido entre 1912 e 1916, no Paraná e em Santa Catarina, em que camponeses resistiram à expropriação de suas terras por coronéis e companhias estrangeiras, sendo igualmente dizimados pelo Exército (Fernandes, 1999).

³ Forma de resistência armada surgida no Nordeste nas primeiras décadas do século XX, em que camponeses perseguidos reagem ao poder dos coronéis por meio do chamado “banditismo social” (Fernandes, 1999).

remuneradas, licença maternidade, indenização em caso de dispensa, estabilidade após dez anos de serviço, obrigatoriedade de registro em carteira profissional entre outros direitos (Medeiros, 1989).

Segundo o Estatuto do Trabalhador Rural, expresso através da Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963:

Art. 28. Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado, poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional.

Art. 42. O trabalhador rural terá direito ao repouso semanal remunerado, nos termos das normas especiais vigentes que o regulam.

Art. 43. Ao trabalhador rural serão concedidas férias remuneradas, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho (BRASIL, 1963).

No ano de 1964, o governo militar aprovou a Lei nº 4.504 de 30 de novembro, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Segundo Wanderley (2013), este documento foi a primeira oficialização a respeito da reforma agrária no Brasil. No entanto, foi um documento instituído para não ser de fato aplicado, uma vez que apenas criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, logo substituído, em 1970, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. De acordo com a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964:

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento (Brasil, 1964).

O Estatuto da Terra definiu a política agrícola no país e, de fato, escolheu a empresa rural como o modelo de unidade de produção a se beneficiar das políticas então propostas (Wanderley, 2009b). De acordo com o Estatuto da Terra:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (BRASIL, 1964).

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias (BRASIL, 1964).

De acordo com Sabourin (2017), ambos os documentos oficiais, o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, foram promulgados como resposta às reivindicações das ligas camponesas. Publicados no mesmo período, foram igualmente desnaturados pela ditadura militar, que instaurou a tutela sobre os sindicatos “oficiais”, como ocorreu com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. A criação do IBRA/INCRA selou e oficializou a completa deturpação da reforma agrária para a colonização da Amazônia, enquanto que a ação dos movimentos sindicais era transformada em assistência médica e social.

De acordo com Medeiros (1989), após o golpe militar de 1964, as lutas no campo retrocederam em razão da forte repressão que sofreram. Porém, sob o comando militar, foram iniciadas diversas reformas, demandadas ainda no período pré-64, que tinham como norteadores a modernização da economia e da sociedade. Reformas como a administrativa, a bancária, a universitária e a reforma agrária, inclusive, que passou a ser expressa oficialmente através do Estatuto da Terra. Desta forma, inicialmente, houve um breve período em que permanecia o discurso liberal e reformista, em que não houveram alterações nas regras institucionais, mas que logo foi substituído pelo período de fechamento iniciado no final de 1965 e estabelecido de fato em 1968, com o Ato Institucional nº 5.

Ainda, segundo a autora, a partir desse momento foi definida a política econômica que originaria, posteriormente, o chamado “milagre brasileiro”. Impulsionado pela concessão de subsídios e pelos incentivos fiscais, o país vive um rápido crescimento econômico, baseado na concentração de capitais e de renda, não só em âmbito pessoal, mas também regional.

Medeiros (1989) destaca que, nesse período, foi ampliada a produção de bens de capital, acompanhada da modernização do parque industrial no país, estimulando a modernização da agricultura e a ocupação de fronteiras pelos grandes empreendimentos que recebiam cada vez mais incentivo do Estado. Desta forma, o discurso do primeiro governo militar a respeito da reforma agrária foi substituído pelo discurso da colonização mediante a ocupação de espaços vazios e da promoção da completa transformação tecnológica da agricultura tradicional brasileira. Concomitante a essas medidas, houve a implementação de uma grande campanha em torno de projetos específicos como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e outros grandes investimentos, dos quais o mais desastroso foi a construção da Transamazônica.

Não há dúvidas de que a partir da década de 1960 o Brasil vivenciou importantes mudanças no setor agrícola e no meio rural. E no centro dessas mudanças está o processo de modernização da agricultura, que assumiu duas dimensões compreendidas como centrais e complementares. Na primeira delas, a atividade agrícola passou a ser subordinada às demandas dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, o que é evidenciado na incorporação de máquinas, equipamentos e insumos nos processos de produção (Silva, 1981, 1982; Kageyama, 1996; Delgado, 1985). Em uma segunda dimensão, a expansão das chamadas fronteiras agrícolas foi intensamente impulsionada pela ocupação de empresas de grande porte, favorecidas por políticas públicas de incentivo (Wanderley, 2014).

Para Wanderley (2014), em ambas as dimensões, os espaços de reprodução dos pequenos agricultores camponeses sofreram consequências imediatas. A principal delas foi que essa modernização agrícola afetou de forma diferenciada as etapas do processo de produção. O preparo da terra e o cuidado com a plantação foram mecanizados, já a colheita permanecia como uma atividade manual na grande maioria das culturas. Consequentemente, não havia mais razão para o proprietário reter a mão de obra durante todo o ano em suas terras. Assim, as grandes propriedades deslocaram em massa os trabalhadores que ali viviam e as contratações desses indivíduos passaram a ocorrer apenas em períodos de maior necessidade de mão de obra.

De acordo com Wanderley (2014), esse processo de expulsão se intensificava à medida que os grandes proprietários temiam as implicações do Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963. O estatuto reconheceu os direitos trabalhistas desses indivíduos e possibilitava que fossem reivindicados judicialmente. O crescimento do movimento sindical, que se fortalecia nesse período, aumentava ainda mais esse temor.

Dessa forma, o trabalhador então expulso do campo, perde o recurso para garantir a produção de sua subsistência, desloca-se para as periferias degradadas das cidades e parte em busca de ocupação sem vínculo nas colheitas anuais em diversas regiões do país (Wanderley, 2014).

Para Medeiros (1989), todos os movimentos sociais rurais apresentam em comum, a forte resistência dos trabalhadores, sejam eles posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos.

Segundo Medeiros (1989):

Não é possível enumerar todos os conflitos desse período, dada sua enorme quantidade, abrangência e diversidade. Não houve, na década de 70, um único estado da federação onde a luta pela terra não estivesse presente, de forma mais ou menos aguda (p. 109)

Em meio a esse cenário, é importante mencionar que, no final dos anos 1970, com a forte intensificação da presença de movimentos que criticavam severamente a política agrícola do governo, surgia na base social desses movimentos, em meio ao processo de modernização da agricultura no país, uma nova camada de pequenos produtores. Esses indivíduos eram chamados de “integrados”. Produzindo com mão-de-obra familiar e proprietários de terra, esses pequenos produtores foram levados à especialização em torno de uma produção demandada por algum tipo de indústria, como a da soja, fumo, uva ou suínos, da qual recebiam todas as instruções a respeito do sistema de produção e também do financiamento. Esses produtores comercializavam toda a sua produção, com pouco ou nenhum controle sobre os preços (Medeiros, 1989).

A aprovação, em 1985, do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, pode ser entendido como um reflexo do empoderamento da sociedade civil ocorrido após a transição democrática do final da década de 1970. O plano previa a desapropriação, no período de cinco anos, de 43 milhões de hectares em favor de 1,4 milhões de famílias. Contudo, na prática, os resultados alcançados foram consideravelmente inferiores aos esperados. O baixo desempenho se deu em razão da atuação política de grandes proprietários que compunham a chamada União Democrática Ruralista – UDR, movimento de extrema direita que fazia uso da forte violência contra os trabalhadores rurais e que se apropriou do discurso a respeito da livre-iniciativa, o que garantia importantes alianças políticas com empreendedores da indústria e do setor financeiro. Outro fator que contribuiu para os resultados insatisfatórios do plano, foi a formação de um grupo de parlamentares, ainda extremamente ativo atualmente, composto de partidos que se apresentam como moderados e que são fortemente financiados por banqueiros e por industriais, donos de extensas propriedades. Esse cenário ilustra, nitidamente, o poder da oligarquia fundiária, que atua contra as ações de reforma agrária no Brasil (Wanderley, 2013).

Ainda no contexto da redemocratização e das intensas discussões em torno da questão agrária no Brasil, foi criado, em 1985, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), instituído pelo Conselho Monetário Nacional com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados de reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua emancipação, isto é, independência da tutela do governo, com titulação definitiva (Rezende, 1999).

O PROCERA representou uma tentativa de articular a política de reforma agrária com a política de crédito rural, visando integrar beneficiários da reforma com o sistema produtivo e com a redução de sua dependência das ações assistenciais. Contudo,

conforme destaca Rezende (1999), em sua operacionalização, o PROCERA apresentou importantes limitações. Além de operar com elevadas taxas de subsídio sobre o principal e os juros, o programa foi marcado pela percepção, entre os assentados, de que o crédito não precisaria ser efetivamente quitado. Isso resultou, em muitos casos, na utilização dos recursos para consumo e subsistência, em detrimento de investimentos produtivos voltados ao mercado. Além disso, a adoção de empréstimos coletivos, a inexistência de mecanismos eficazes de controle e fiscalização, as sucessivas prorrogações das dívidas e a ausência de responsabilização institucional comprometeram a sustentabilidade do programa.

Dessa forma, ainda que o PROCERA tenha se constituído como um marco na formulação de políticas de crédito direcionadas para a reforma agrária, sua implementação expôs a fragilidade do modelo adotado e evidenciou a necessidade de políticas mais abrangentes e mais estruturadas, voltadas para o efetivo fortalecimento da agricultura familiar (Rezende, 1999).

A ideia de que para ser moderno seria necessário ser grande era um dos elementos que legitimava a ideologia da modernização da agricultura no Brasil. Essa afirmação tornava evidente que a escala era transformada em uma das condições essenciais para que houvesse o desenvolvimento. Contudo, o fato é que esse argumento mascarava uma dupla dimensão do caráter conservador da modernização. Por um lado, tentava-se atribuir às grandes propriedades a capacidade de atender adequadamente às mudanças tecnológicas que ocorriam naquele período. Essa modernização sob o comando da terra esvaziou, com extrema facilidade, o conceito de latifúndio, transformando-o em empresa rural, permitindo, assim, que fossem acessados os benefícios reservados às unidades de produção modernas. Por outro lado, tentava-se justificar a exclusão dos agricultores que trabalhavam em pequena escala, tanto em relação à terra quanto ao capital. Para esses pequenos trabalhadores rurais, poderia ser oferecida a permanência no campo, talvez relativa melhora na renda, inclusive com acesso a alguns bens, mas de forma alguma seria possibilitada a participação efetiva no progresso da agricultura (Wanderley, 2009a).

Segundo Wanderley (2009b):

A associação estabelecida entre progresso e escala da propriedade, segundo a qual os grandes proprietários puderam se beneficiar, prioritariamente, das somas consideráveis de recursos públicos, os quais, como numa espiral, terminavam por reforçar a concentração da terra (Wanderley, 2009b p. 36).

Para Wanderley (2009a), dessa forma, a questão fundiária brasileira permanece atual. A histórica concentração de terras no país foi, e ainda é, um fator determinante que separa claramente os que são ou não considerados capazes de promover o

desenvolvimento. Encoberta pela expansão da agroindústria e do agronegócio, a concentração de terras mantém seu impacto social negativo, uma vez que mascara sua responsabilidade no que diz respeito ao agravamento da miséria social, através do desperdício de recursos e da reprodução de relações compulsórias de trabalho rural. Ainda, segundo a autora, o sucesso medido e evidenciado pelo volume da produção não era capaz de esconder o descompromisso desse modelo com as questões social, ambiental e fundiária no Brasil.

A ideologia conservadora dos governos militares brasileiros, acompanhados de suas práticas de autoritarismo e repressão, foram fatores determinantes na consolidação do modelo conservador da modernização da agricultura no país. No entanto, com a redemocratização, sugestões a respeito de novos modelos de praticar a agricultura foram introduzidas em um debate que tinha cada vez mais a participação da sociedade. Essa discussão política passou a reconhecer que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, mas que são, na verdade, absolutamente capazes de transformar seus sistemas produtivos com o objetivo de alcançar níveis tecnológicos mais elevados e que resultem em maior oferta de produtos, aumento da rentabilidade e melhor valorização do trabalho. Tal discussão refutava, diretamente, o argumento que sustentava o apoio, irrestrito e exclusivo, que era concedido à grande propriedade, até então considerada a única capaz de modernizar o setor agrícola nacional, assim como ao modelo de modernização produtivista promovido pelo Estado (Wanderley, 2014).

Para Lima (2019), o intenso processo de modernização do setor agrícola resultou no surgimento de dois tipos distintos de agricultura nos países em desenvolvimento. De um lado, uma agricultura altamente mecanizada focada na produção para o mercado externo e, de outro, uma agricultura focada na produção heterogênea e diversificada, que tem suas raízes no campesinato, na qual está inserida a agricultura familiar.

Nesse aspecto, Mazzetto (2007) nos traz uma discussão conceitual importante a respeito do campesinato focada na dimensão ecológica, na relação da agricultura com a natureza, na noção de territorialidade e no reconhecimento das diferenças de relação com o território. O autor traz à luz as noções antagônicas de agricultura familiar/agricultura patronal e camponês/fazendeiro. Noções estas que estão no centro das disputas por apropriação, uso e significação dos espaços no meio rural.

Segundo Mazzetto (2007), esses dois setores podem ser assim representados:

O primeiro é herdeiro da vertente dominante de nossa história agrária, baseada nos ciclos agroexportadores que se fundaram no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo. É a vertente do território-mercadoria, que hoje se abriga

na noção de agronegócio. Os sujeitos sociopolíticos que melhor a representam no cenário nacional são atualmente intitulados ruralistas, rótulo esse que esconde denominações talvez menos confortáveis, como latifundiários e grileiros. Apesar disso, não são eles hoje os protagonistas desse campo e sim, as corporações transnacionais do sistema agroalimentar global; O segundo é herdeiro de nossas campesinidades indígenas e mestiças que orbitaram nas franjas dos latifúndios e nos espaços marginais e isolados, formando as chamadas comunidades rurais, e também de parte do colonato europeu que constituiu e constitui a pequena propriedade do sul do Brasil. É a vertente do território-habitat, e sua identidade hoje pode abranger diversas categorias e denominações gerais – índios, camponeses, populações tradicionais, posseiros, trabalhadores rurais, lavradores, pequenos produtores e agricultores familiares (Mazzetto 2007, p.48).

Apesar de não haver um consenso a respeito do conceito e da importância da agricultura familiar, as concepções mais difundidas partem do princípio de que neste modelo de produção agrícola a propriedade da terra e o trabalho estão fortemente ligados, e visam garantir o sustento da família por meio da produtividade (Lamarque, 1997).

Para Chayanov (1974), o que diferencia a empresa capitalista da produção de base familiar é o fato de que, a empresa capitalista explora o trabalho assalariado em busca da maximização dos seus lucros, enquanto a produção de base familiar tem como objetivo principal atender as necessidades básicas e a reprodução da própria família.

Segundo Shneider (2003), a partir da década de 1990, o meio rural, especialmente na região Centro-Sul do país, foi impactado socialmente e politicamente por dois eventos específicos. O primeiro deles, ocorrido no campo político, refere-se à adoção da expressão “agricultura familiar”, promovida como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, liderados pelo sindicalismo rural vinculado à CONTAG.

Em meados de 1990, o sindicalismo rural atravessava grandes desafios, como abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação. Nesse período, os movimentos sociais foram responsáveis por intensas e importantes mobilizações, consolidadas em formato de manifestações políticas, promovidas ainda atualmente, como é o caso do “Grito da Terra”, evento anual de caráter reivindicatório que reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país, em Brasília (Shneider, 2003).

Segundo o autor, nesse momento, a adoção da expressão “agricultura familiar” compreendeu então diversas categorias sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que já não se encaixavam plenamente nas definições de pequenos produtores ou trabalhadores rurais.

O segundo evento, para o autor, refere-se à legitimação da agricultura familiar por parte do Estado ao criar, através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Conforme Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

O PRONAF, formulado em resposta às pressões endossadas pelos sindicatos rurais a partir de 1990, surgiu com o objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias dos pequenos produtores rurais que foram excluídos das políticas públicas dos anos 1980 e que atravessavam enormes obstáculos para permanecer na atividade agrícola. Através do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, especialmente no Sul e no Nordeste do país, intensificou a luta em defesa de propostas que buscavam consolidar o compromisso do Estado com essa categoria social específica de produtores, que demandavam políticas públicas diferenciadas, com taxas de juros menores e maior suporte institucional (Shneider, 2003).

A criação do PRONAF é uma resposta à forte pressão do sindicalismo rural e desdobra medida anterior, de criação de um crédito subsidiado para investimento, o PROVAPE (Programa de Valorização da Pequena Produção) e do PROGER RURAL (Programa de Geração de Emprego e Renda Rural) (França, 2013).

De acordo com Carneiro (1997), a proposta de um programa que busca fortalecer a agricultura familiar, voltado para as demandas dos trabalhadores rurais, sustentado em um modelo de gestão social em uma parceria entre os agricultores familiares e suas organizações, representa, de fato, um avanço em relação às políticas até então existentes. Essa tentativa de ruptura é intencional e explicitada no texto do PRONAF no momento da proposta para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil.

De fato, a criação do PRONAF foi uma conquista importante para a agricultura familiar, uma vez que inaugurou uma nova trajetória para a categoria. No entanto, ainda assim, insuficiente para reposicionar os agricultores familiares na agenda do desenvolvimento do país (França, 2013).

Grisa (2012) destaca que, desde sua formalização, o PRONAF passou por mudanças com o objetivo de atender a ampla diversidade socioeconômica da agricultura familiar. Essas mudanças são observadas na criação de grupos e de linhas direcionadas aos agricultores com menor capital ou que estão em situação de vulnerabilidade social. Como exemplo, podemos citar a institucionalização, em 1997, do PRONAF especial custeio, chamado “Pronafinho”, e da criação, entre os anos de 1999 e 2003, do sistema

de classificação dos agricultores em grupos A, B, A/C, C, D e E, de acordo com a renda, condição socioeconômica e se beneficiários da reforma agrária.

Além disso, no âmbito institucional, Grisa (2012) ressalta a transferência do PRONAF do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA) para o então criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999.

Conforme destaca França (2013), o processo de implementação de políticas públicas diferenciadas ocorreu de forma paralela ao surgimento do conceito político de “agricultura familiar”, à reorganização dos atores do meio rural e às demandas específicas por crédito, seguro e instrumentos de comercialização.

Conforme o autor, ao longo dos anos 1990 e 2000, a expressão “agricultura familiar” foi gradual e progressivamente incorporada, tornando-se, conseqüentemente, alvo de disputas e de intensas contestações, tanto na esfera da representação política quanto no embate com o agronegócio, e sua consolidação ocorreu através da implementação de um conjunto de políticas agrícolas específicas e diferenciadas.

Segundo França (2013), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 25 de novembro de 1999, por meio da Medida Provisória nº 1.911-8, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, tinha entre seus objetivos a promoção da integração entre a política de assentamentos e o PRONAF. Sua criação foi uma mudança institucional muito importante e permitiu a elaboração e implantação de novos programas, como por exemplo o de investimentos em infraestrutura através da transferência de recursos federais para as prefeituras. Recursos estes direcionados para a instalação de projetos aprovados pelos conselhos dos municípios que integravam o recém-criado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).

No período compreendido entre 2003 e 2010, várias políticas voltadas para a agricultura familiar foram institucionalizadas. Esse conjunto de políticas diferenciadas trouxe novas oportunidades para a afirmação da categoria. Um exemplo nítido é a constituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Evidentemente, a mudança mais notável foi a retomada do papel do Estado na promoção do desenvolvimento, através do aumento de investimentos públicos e a constituição de uma ampla rede de proteção social. A política econômica então adotada no país, orientada para o fortalecimento do mercado interno articulado com as políticas sociais, visavam a garantia da universalização de acesso a direitos, criando novas bases que fossem capazes de sustentar um ciclo de crescimento através da distribuição de renda (França, 2013).

As reivindicações pela afirmação social da agricultura familiar estavam associadas à decisão política do Estado, em um ambiente favorável à participação social

na elaboração de propostas de políticas públicas, e de fato, muitas dessas reivindicações foram institucionalizadas (França, 2013).

No início dos anos 2000, em decorrência das eleições presidenciais de 2002, os temas da fome e da segurança alimentar e nutricional tornaram-se pautas importantes para o governo federal e atores, até então marginais nos debates políticos, como pesquisadores, movimentos sociais diversos e organizações da sociedade civil atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional, assumiram posições relevantes com direito a maior visibilidade, abrindo espaço para institucionalização de novas ideias e reivindicações (Grisa, 2014).

Nesse cenário, Grisa (2014) destaca o reestabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que havia sido criado em 1993, mas extinto 1995, e a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), este sob comando do então ministro professor José Graziano da Silva, renomado intelectual que assumiu papel decisivo na formulação e implementação do projeto Fome Zero.

A base para criação do projeto Fome Zero foi a premissa do direito de todo ser humano à alimentação e da constatação de que esse direito não estava plenamente assegurado em virtude da discrepância entre os preços dos alimentos e o poder de compra da maior parcela da população nacional, além da exclusão da população em situação de pobreza do mercado. Almejando reverter esse cenário, um conjunto de políticas foram propostas com o objetivo de melhorar a renda e aumentar a oferta de alimentos básicos. Era necessário transformar tanto a produção, tornando a agricultura familiar uma prioridade, quanto o consumo, articulando ambas as frentes (Grisa, 2014).

Ainda segundo a autora, estimava-se que um volume considerável do orçamento público era destinado à compra de alimentos para várias finalidades, como alimentação escolar, hospitais, presídios e distribuição de cestas básicas por exemplo, e toda esta demanda institucional poderia e deveria ser canalizada para a agricultura familiar. Estas reflexões resultaram na criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e revolucionaram os mercados institucionais, tanto no que se refere a segurança alimentar e nutricional, com a alimentação escolar como elemento central, quanto às questões ambientais, com a produção de biocombustíveis. O PAA ganhou projeção nacional e internacional, e tornou-se exemplo a ser replicado em outros países.

Programas como o PAA e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) contribuem substancialmente para a valorização da produção local e ecológica e trazem um novo significado aos produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos

de qualidade à produção, frequentemente associados à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, entre outros (Grisa, 2014).

Grisa (2014) ainda destaca que, como complementação às ações de comercialização, foi criada a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBIO) em 2008, como garantia de atendimento específico aos extrativistas no interior da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), instituída ainda no ano de 1945. Posteriormente, foram incrementadas ações voltadas para a agregação de valor aos produtos, como a criação dos selos de diferenciação, como o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar, o Selo Quilombos do Brasil e as Indicações Geográficas. Além da ampliação dos mecanismos de certificação, onde se destaca a certificação orgânica.

Para Santos (2011), um aspecto importante em que as políticas de incentivo voltadas para a agricultura familiar impactaram a estrutura e capacidade do Estado foi a difusão de novas políticas e programas em outras áreas de governo, em um processo de “espalhamento” da agricultura familiar como alvo de políticas públicas elaboradas por outros ministérios que não o MDA. Alguns exemplos desse processo são: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), inicialmente operado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), mais tarde financiado também pelo MDA e operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); a obrigatoriedade da utilização de 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para aquisição de merenda escolar diretamente de agricultores familiares, individuais ou cooperativas; o Programa de Educação do Campo, no âmbito do Ministério da Educação (MEC); e a participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Biodiesel, sob coordenação do Ministério de Minas e Energia, com participação das organizações dos agricultores na negociação dos contratos de produção de matérias-primas e do selo combustível social, que reduz as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para empresas que adquirirem matérias-primas da agricultura familiar.

O conjunto de políticas constituídas é amplo e envolve diversas ações direcionadas para variadas áreas, como: a garantia do direito à terra e democratização da estrutura fundiária; o apoio à produção e garantia à renda; o avanço para romper a desigualdade imposta às mulheres do campo e promover sua autonomia financeira; o acesso à educação e conhecimentos através da assistência técnica e extensão rural, da educação e da formação técnica; o desenvolvimento territorial; a promoção da segurança alimentar e nutricional; e a integração regional (França, 2013).

Ainda, segundo o autor, a criação, em 2003, de um Plano Safra específico para a agricultura familiar representou uma inovação importante para a promoção da categoria. O anúncio anual do plano tornou-se um momento de atualização das regras e procedimentos das políticas públicas voltadas para esses agricultores, em que esses atores rurais tomam conhecimento dos novos instrumentos negociados com os movimentos sociais do campo, e da renovação e ampliação dos compromissos do setor.

Em 2003, a partir de um processo democrático, o Ministério do Desenvolvimento Agrário recebeu sugestões de mais de cem entidades e mais de quinhentas pessoas, com o objetivo de elaborar uma política nacional voltada para a assistência técnica e extensão rural no país. A partir daí, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A ampla participação dos setores interessados assegurou legitimidade à política. Consequentemente, houve forte adesão de organizações governamentais e não governamentais, assim como de organizações de representação do segmento da agricultura familiar (Caporal, 2011).

Posteriormente, fato extremamente importante foi a aprovação, em 2006, da Lei nº 11.326, de 24 de julho. Conhecida como Lei da Agricultura Familiar, estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com França (2013), essa lei representou a institucionalização no marco legal da noção agricultura familiar, por meio da especificação dos segmentos sociais incluídos na categoria. A lei permitiu que esses atores rurais fossem incorporados a diversos programas e políticas de governo, que então foram capazes de ajustar seus instrumentos e enfim beneficiar o segmento (França, 2013).

Conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Dentre os inúmeros avanços identificados no período da criação da Lei da Agricultura Familiar, temos a divulgação inédita, em 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de estatísticas oficiais a respeito da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. A divulgação foi uma iniciativa do MDA com o IBGE e permitiu a construção de variáveis que possibilitaram

a real identificação dos estabelecimentos agropecuários que atendem aos critérios da referida lei. Essa incorporação à base de dados do IBGE, permitiu que todo e qualquer pesquisador ou cidadão interessado possa analisar os dados e extrair informações disponibilizadas pelo Censo através do recorte da agricultura familiar (França, 2013).

Ainda em 2009 foi possível observar a retomada de estímulo para a assistência técnica e extensão rural pública através de políticas governamentais. Dados mostram que os investimentos do Estado passaram de 42 milhões de reais em 2003 para 482 milhões de reais em 2009. Destaca-se a criação da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a chamada Lei de ATER, novo marco legal regulador para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Além da recriação de instituições de assistência técnica e extensão rural e a ampliação das formas de extensão para modelos de empresas público-privadas, como no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em alguns estados no Nordeste, o que possibilitou a contratação de novos extensionistas por processos seletivos e/ou concursos públicos (Deponti, 2013).

A Lei de ATER instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Em seu Art. 3º, a Lei de ATER estabelece os princípios da PNATER.

São princípios da PNATER:

- I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

O ano de 2014 representou, talvez, o ápice do reconhecimento global a respeito da importância da agricultura familiar. Heberlê (et al. 2017) destaca o fato de a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) escolher 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), tendo como objetivo reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas dos países. A ideia foi justamente identificar lacunas e criar oportunidades para a promoção do desenvolvimento com mais igualdade, apoiando e incentivando os

agricultores familiares. As discussões objetivavam a cooperação nacional, regional e internacional e pretendiam aumentar a conscientização sobre os desafios do segmento.

Grisa (2017) enfatiza que o AIAF, em 2014, afirmou a importância da categoria social da agricultura familiar para a produção de alimentos e reconheceu, de fato, o papel que esta forma de produção e modo de vida desempenha para a segurança alimentar e erradicação da pobreza no mundo. A iniciativa estimulou países a elaborarem e/ou fortalecerem políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. No Brasil, tivemos a construção de um amplo aparato institucional que visava estimular a produção familiar, reconhecendo não só a identidade da categoria, mas também as demandas específicas. (Grisa, 2017).

Ainda em 2014, o relatório *The State of Food Insecurity in the World*, da FAO trazia a informação de que o Brasil havia saído do Mapa da Fome e que esse resultado era atribuído a um conjunto multidimensional de políticas (FAO, 2014).

Segundo o relatório, esse resultado é atribuído ao aumento da oferta de alimentos, permitindo que a disponibilidade de calorias para a população aumentasse 10% em 10 anos; à elevação da renda dos mais pobres, a partir do aumento de 71,5% do salário mínimo e da criação de 21 milhões de empregos; ao programa Bolsa Família, que passou a beneficiar 14 milhões de famílias; ao programa da Merenda Escolar, que proporcionou refeições para 43 milhões de crianças e jovens; à recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); ao estabelecimento de prioridades políticas e orçamentárias em relação às necessidades; e ao fortalecimento da agricultura familiar mediante créditos e compras públicas.

Contudo, a partir de 2014, o Brasil passa por uma grande instabilidade política e econômica, que refletiu diretamente nas políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar no país. A queda das exportações de *commodities* agrícolas, da arrecadação fiscal do Estado e a forte associação entre políticos e elites empresariais, são fatores que dificultaram a sustentação das políticas sociais até então implementadas e abriram caminho para uma forte crise nacional (Boschi e Pinho, 2019).

As transformações ocorridas nas políticas sociais, principalmente aquelas focadas na segurança alimentar, a partir de 2016, foram apontadas no relatório *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil*, publicado pela *Food for Justice Working Paper Series*, em 2021.

Segundo esse relatório:

Este período é marcado por mudanças na agenda pública, baseadas na flexibilização e depreciação de direitos sociais consagrados [...] e no sistemático enfraquecimento de políticas e programas voltados à diminuição

das desigualdades sociais [...], sob a justificativa da austeridade fiscal. A crise política também afetou a agenda da alimentação por meio do enfraquecimento da estrutura institucional e de importantes políticas de promoção da produção da agricultura familiar, que se expressa no fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e no baixo investimento no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Galindo et al., 2021, p. 3).

Bringel e Falero (2016), trazem uma percepção interessante a respeito da ascensão de governos progressistas em vários países latino americanos, durante a primeira década dos anos 2000. Os autores destacam que o cenário histórico desse período é marcado por altas expectativas quanto ao enfrentamento de questões como a pobreza e a equidade social, além de questões ambientais e de direitos humanos. No entanto, os autores retratam que, por volta do ano de 2015, essas expectativas estavam sendo reavaliadas em meio a um contexto de fortalecimento de coalizões de centro-direita a partir de agendas neoliberais. Diesel (2021) nos mostra que o Brasil foi um exemplo dessa dinâmica. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, inicia, de fato, uma sequência de governos progressistas que permaneceram no poder até o ano de 2016, quando ocorre o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

De acordo com Mansan (2024), durante os anos 2016 e 2022, sob comando dos governos Temer e Bolsonaro, as elites rurais retornaram à posição de poder garantindo o controle de órgãos do Estado que definem as políticas públicas para o campo. Deste modo, reestabelecendo a velha ordem político-institucional caracterizada pelo rebaixamento ou completa exclusão da agricultura familiar. Manteve-se apenas uma referência institucional à “agricultura familiar integrada”, contudo sem atribuição ministerial, no âmbito da Presidência da República. Manutenção esta que se deu em reconhecimento da sua importância funcional para os interesses do agronegócio.

Para se ter uma dimensão do desmonte vivenciado nesse período, Mansan (2024) nos traz dados orçamentários absolutamente alarmantes. No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o orçamento para obtenção de terras em 2015 foi de 800 milhões de reais, e sofreu queda considerável nos anos seguintes: 333 milhões de reais em 2016, passando para 193,9 milhões de reais em 2017, posteriormente para 52,3 milhões de reais em 2018 e para 29 milhões de reais em 2019.

Nos anos seguintes, o mesmo desmonte orçamentário é observado. Entre o orçamento de 2020 e 2021, as principais ações do INCRA tiveram redução acima de 90%. Para a consolidação de assentamentos, entre o ano de 2020 e 2021, o orçamento teve redução de 71,1%, e em 2022 de 94%. Para a assistência técnica e extensão rural a perda

foi praticamente absoluta, alcançando 99% dos recursos, saindo de 7,4 milhões de reais para ínfimos 7,5 mil reais (Mansan, 2024).

Entre os anos 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Inclusão Produtiva para as Mulheres, e diversos outros, foram extintos ou substituídos, ou tiveram o orçamento severamente reduzido (Pacheco, 2022).

Para Pacheco (2022), esse desmonte de políticas públicas está atrelado à flexibilização dos critérios de definição da força de trabalho e da composição das formas associativas, o que reconfigura a agricultura familiar. Essa mudança afeta diretamente o acesso dessa categoria às políticas públicas.

Marcando esse período, em 2017, o Decreto nº 9.064 de 31 de maio, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Entre vários conceitos e determinações, a lei traz a definição da Unidade Familiar de Produção Agrária – UFPA e estabelece o quantitativo da utilização da força de trabalho familiar como um dos requisitos para essa definição:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele.

Art. 3º A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda (BRASIL, 2017).

Ainda sobre o Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, este traz a instituição do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF:

Art. 4º Fica instituído o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, destinado à identificação e à qualificação da UFPA e do empreendimento familiar rural.

§ 1º Compete à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário a implementação e a gestão do CAF.

§ 2º O cadastro ativo no CAF será requisito para acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA e ao empreendimento familiar rural (BRASIL, 2017).

Posteriormente, em 2021, o Decreto nº 10.688, de 26 de abril, trouxe uma série de modificações para o Decreto nº 9.064 de 2017. Em seu Art. 3º, por exemplo:

Art. 3º A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

II - utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento (BRASIL, 2021).

Deste modo, percebe-se que, entre os requisitos para enquadramento como UFPA, alterou-se a expressão “metade da força de trabalho familiar” para “predominantemente, mão de obra familiar”. Essa subjetividade abre precedentes para que um público maior se enquadre na categorização. Consequentemente, o acesso a políticas públicas também será alterado. A concentração de compras públicas é, sabidamente, reflexo desse processo (Pacheco, 2022).

Outro aspecto importante, destaca Pacheco (2022), é quanto ao quadro social das organizações da agricultura familiar, sejam cooperativas ou associações, que passou a ser constituído de, no mínimo, 50% de agricultores familiares com inscrição ativa no cadastro da agricultura familiar, ao invés de 60% estabelecidos em 2017, através do Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017.

Assim, o Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021, define:

VII - formas associativas de organização da agricultura familiar - pessoas jurídicas formadas sob os seguintes arranjos:

- a) cooperativa singular da agricultura familiar - aquela que comprove que o quadro de cooperados é constituído por, no mínimo, cinquenta por cento de agricultores familiares com inscrição ativa no CAF;
- c) associação da agricultura familiar - aquela que comprove a totalidade das pessoas jurídicas associadas com inscrição ativa no CAF e, no caso de pessoas físicas associadas, que comprove que o quadro é constituído por mais da metade de agricultores familiares com inscrição ativa no CAF.

Para Pacheco (2022), após as normativas da primeira década dos anos 2000, essa proporção vem sendo reduzida. Isso significa possibilitar a concentração da representação de um público economicamente mais amplo.

O autor ainda enfatiza:

O governo chama de agricultura de pequeno, médio e grande portes, e insiste em dizer que não há uma agricultura familiar; o que distingue é o tamanho. É a negação da lógica própria de um segmento da sociedade que produz alimentos diversos.

Passado o período dos governos compreendidos entre 2016 e 2022, inicia-se um novo período político no Brasil. Para Oliveira (2024), ao reassumir a presidência, em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva, deu início à reconstrução da rede de apoio ao combate à fome e ao fortalecimento da agricultura familiar no país, tendo como primeiro passo a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

O novo ministério reassumiu suas responsabilidades em áreas diversas, entre elas reforma agrária, regularização fundiária, regularização de territórios quilombolas,

cadastro de imóveis rurais, educação do campo, promoção da política agrícola, assistência técnica, associativismo, cooperativismo e ações voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável. Além destas, o novo MDA ainda incorporou agendas como abastecimento alimentar, agroecologia, soberania alimentar, governança fundiária, desenvolvimento territorial e socioambiental, e etnodesenvolvimento (Oliveira, 2024).

Ainda em 2024, foi sancionada a Lei nº 14.828, de 20 de março, que amplia as ações atendidas pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A norma muda a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 2006). A redação anterior estabelecia doze áreas que poderiam ser consideradas na Política Nacional da Agricultura Familiar, entre elas: crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, pesquisa, assistência técnica e extensão rural. A Lei 14.828 incluiu dois novos dispositivos na Lei da Agricultura Familiar. De acordo com o texto, o planejamento e a execução de ações do programa também devem considerar os aspectos modernização e desenvolvimento sustentáveis; e inovação e desenvolvimento tecnológicos (Agência Senado, 2024).

De acordo com a Lei nº 14.828, de 20 de março de 2024:

Art. 1º, altera o art. 5º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para incluir a modernização e o desenvolvimento sustentáveis e a inovação e o desenvolvimento tecnológicos entre os aspectos a serem considerados no planejamento e na execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2024).

Para Wanderley (2009a), para se adaptar às exigências da agricultura moderna, a agricultura familiar mantém fortes traços camponeses. Isso se deve pela persistência de problemas ainda não resolvidos, e pela fragilidade imposta pelo modelo de modernização do país, que a obriga, na maioria dos casos, a depender de seus próprios recursos.

Ainda segundo a autora, a noção de agricultura familiar de fato não é recente, nem ao menos constitui um conceito analítico absolutamente inédito no campo da sociologia rural. Porém, sua aplicação no Brasil, com o significado e o alcance que lhe foram conferidos nos últimos anos, adquiriu um aspecto de inovação e de transformação.

1.2. Agricultura familiar no estado de Goiás

Para compreender a configuração da agricultura familiar em Goiás, é importante resgatar a trajetória histórica do crescimento agrícola nas áreas do estado. De acordo com Calaça e Dias (2010), a ocupação e o povoamento em Goiás ocorreram a partir das entradas e bandeiras, que adentraram as regiões de sertão do país em busca de ouro e

outras pedras preciosas. A exploração de ouro resultou não só na ocupação direta, onde haviam as jazidas em si, mas também das áreas onde se estabeleceram as rotas de passagem e de pouso das comitivas. Com o passar dos anos, outras fases de exploração se estabeleceram. Após a mineração, seguiu-se a pecuária e a agricultura. Futuramente, estabelecer-se-ia o agronegócio e a agroindústria.

Historicamente, as áreas de Cerrado eram vistas como um sertão longínquo e inhóspito. Desde o período colonial, a produção de alimentos na região foi conduzida, em sua maioria, por famílias de agricultores que utilizavam as áreas mais férteis para cultivar grãos e uma pecuária extensiva. De um lado, havia predomínio de grandes propriedades, que se dedicavam à criação de gado e ao cultivo de algumas lavouras. De outro, pequenas unidades de produção de subsistência, que atendiam, essencialmente, às necessidades básicas das famílias rurais (Calaça e Dias, 2010).

De acordo com Mendonça e Thomaz Júnior (2004), foi apenas a partir da década de 1950, que políticas governamentais direcionadas para o crescimento agrícola nas áreas do Cerrado tiveram um papel central na formação da agricultura moderna em Goiás. O principal objetivo dessas políticas foi promover a produção de *commodities* para fins de exportação, buscando não apenas equilibrar a balança comercial do país, mas também impulsionar a ocupação das regiões centrais do Brasil, atendendo às necessidades de mobilidade do capital nacional e transnacional.

Todo esse processo foi impulsionado pela ampliação da infraestrutura, com projetos como o de integração do território nacional, que começaram a ser implementados após o ano de 1950. A construção de Brasília, em 1960, e a pavimentação de rodovias essenciais para a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro foram eventos marcantes desse período. Tais mudanças modificaram profundamente as regiões do Cerrado, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, e estabeleceram a base para o processo de expansão agrícola que viria a seguir (Mendonça e Thomaz Júnior, 2004).

Na década de 1960, na região Centro-Oeste, era iniciada a transformação do uso e da ocupação do solo com a adoção de técnicas modernas de cultivo de grãos e criação de gado. Antes pouco aproveitadas, as áreas do Cerrado passaram a ser exploradas intensivamente, beneficiadas pela combinação de investimentos públicos através de programas governamentais, pelas inovações tecnológicas, como máquinas e pesquisas científicas, e pelo apoio do Estado na construção de infraestrutura. Esse modelo de ocupação racional fez com que a região se tornasse o principal celeiro agrícola do país (Mendonça e Thomaz Júnior, 2004).

Ainda, segundo os autores, a ocupação indiscriminada do Cerrado fortaleceu o poder político e econômico das elites conservadoras, por meio de empresas rurais, do Estado e das corporações transnacionais impulsionadas pela agroindustrialização. Sob o discurso do progresso e da adoção de inovações tecnológicas, esse modelo de desenvolvimento se consolidou em Goiás, substituindo a pecuária extensiva e a agricultura camponesa por práticas de agricultura moderna e por grandes criatórios, expulsando assim milhares de camponeses, que se viram forçados a um deslocamento com destino às periferias das cidades ou para as áreas de expansão da fronteira agrícola.

Mendonça e Thomaz Júnior (2004) trazem ainda uma leitura importante a respeito da ação política das elites brasileiras em relação a reforma agrária no país. Segundo os autores:

Há que se destacar a opção política das elites brasileiras em não realizar a reforma agrária, aliando-se aos interesses da burguesia internacional e do capital industrial-financeiro, contrariando as reivindicações dos trabalhadores brasileiros, principalmente as famílias expulsas do campo, que mais tarde engrossariam as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A opção política em não implementar a reforma agrária implicava numa necessidade crescente de ampliação da fronteira agrícola (Centro-Oeste e Amazônia) que temporariamente “solucionaria” a questão agrária, deslocando os conflitos pela terra para as áreas de fronteira em expansão. Além de maquiar a concentração fundiária existente, deslocando milhares de migrantes desterritorializados para o Centro-Norte, essa ação usava-os como amansadores da terra, na medida em que o capital os expulsava e logo os seguia para arrematar-lhes novamente as novas terras valorizadas (Mendonça e Thomaz Júnior, 2004, p. 101).

Contudo, foi a partir da década de 1970 que, de fato, se deu a abertura da fronteira agrícola na região, através da introdução do cultivo de arroz e, em seguida, da soja, esta utilizada como propulsora da fronteira agrícola. No setor pecuário houve a introdução de pastagens por meio do cultivo de forrageiras e capim braquiária, aumentando assim a produtividade do rebanho por hectare. De fato, a modernização da agricultura, que unia a aplicação de capitais intensivos e a expansão da fronteira agrícola, tinha o objetivo de aumentar a produção de *commodities* para fins de exportação e gerar divisas para o país. Os programas de governo contavam com elementos como a garantia de preços mínimos, preço único de combustíveis e grande oferta de crédito, que promoviam esse processo de modernização (Mendonça e Thomaz Júnior, 2004).

Para Calaça e Dias (2010), o aumento da demanda global por *commodities* agrícolas, a partir da década de 1970, resultou na expansão da produção de grãos no Cerrado. E, a partir de 2005, foram incrementadas as lavouras de cana-de-açúcar na região, impulsionadas pelas oportunidades de suprir a demanda crescente do mercado mundial por energias renováveis e alternativas. Para os autores, nesse período, definiu-se

a estrutura fundiária do estado de Goiás, com predomínio ainda mais nítido das grandes propriedades. Se no passado os latifúndios já estavam presentes, sua permanência foi assegurada pelos incentivos governamentais, pelo preço das terras, pela disponibilidade de extensas áreas mecanizáveis, pelo acesso a tecnologias de produção em grande escala e pela descoberta de corretivos do solo, como calcário e fosfato.

Nesse cenário, a modernização da agricultura foi impulsionada pela expansão das empresas rurais em áreas planas e pela implementação de agroindústrias, atraídas tanto pela produção de grãos quanto pelos incentivos fiscais e oferta de crédito por parte do governo estadual. No Brasil, essas políticas favoreceram a liberalização comercial e a entrada de capital transnacional. Como consequência, tivemos uma crise sistemática no setor agrícola, que resultou na eliminação de boa parte dos pequenos e médios camponeses que insistiam em produzir na região (Mendonça e Thomaz Júnior, 2004).

Todo esse contexto resultou na concentração fundiária observada atualmente no estado de Goiás e revela profundas desigualdades regionais. Conforme Calaça e Dias (2010), no Sudoeste de Goiás há intensa modernização do setor agrícola, com fortes mudanças na conduta dos produtores, que buscam a todo custo atender os interesses do mercado. Nessa região, o Cerrado consolidou-se como território produtivo, onde a paisagem natural foi transformada em recurso estratégico para a reprodução do capital. Enquanto que, no Norte do estado, região considerada atrasada ou pobre, não houve a incorporação de tecnologias modernas e há um predomínio da economia tradicional e da pecuária.

Os autores trazem um questionamento interessante a respeito dessa configuração:

Os modelos de organização socioespacial que se instalam nas diferentes localidades do Estado de Goiás remetem o pensamento de que o agronegócio tende a banir as velhas formas de produção. Uma questão para reflexão: o Norte goiano amortiza o desenvolvimento econômico de Goiás, ou o Sudoeste goiano confunde a imagem real de Goiás? (Calaça e Dias, 2010, p. 329).

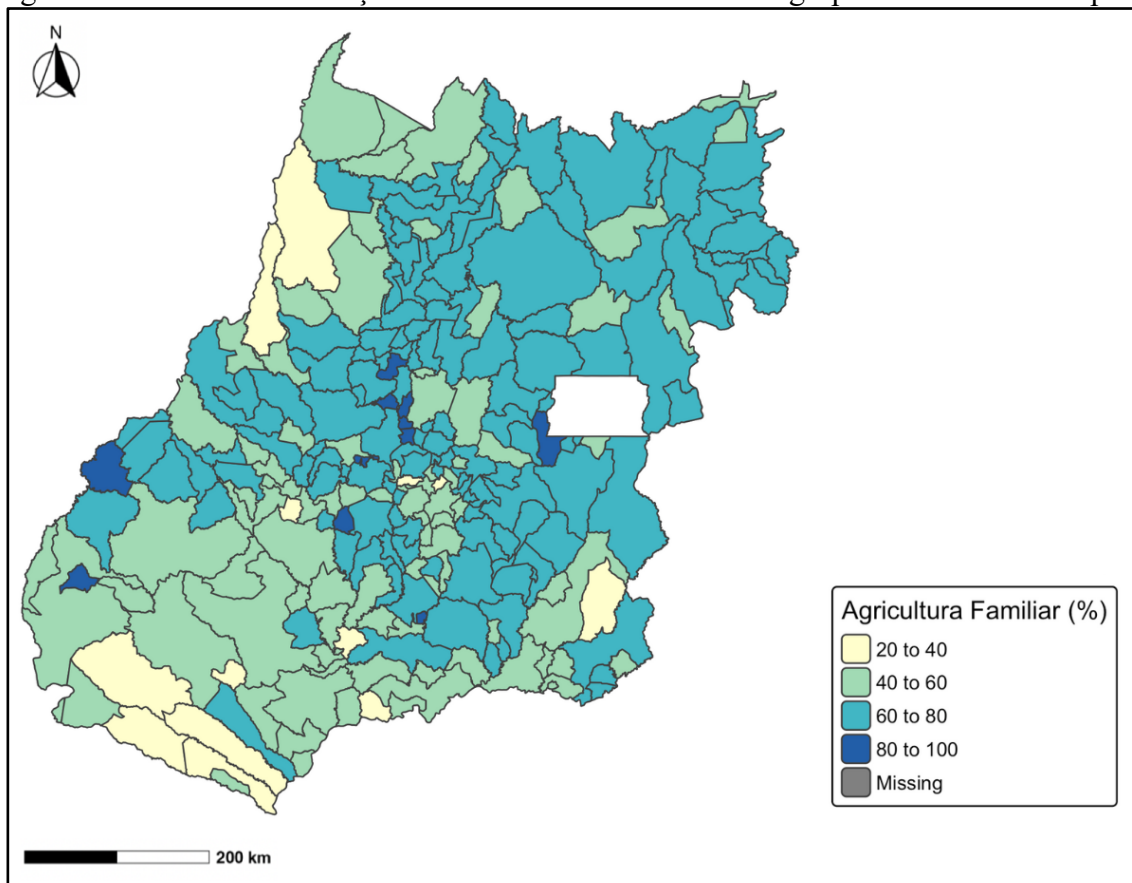
De fato, há que se pensar.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 3.897.408 unidades de estabelecimentos agropecuários do tipo agricultura familiar (agricultura familiar conforme o Decreto 9.064 de 31/05/2017). Esse valor corresponde a 76,82 % do total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto as unidades não familiares correspondem a 23,18%.

No que se refere ao estado de Goiás, os dados do Censo Agropecuário 2017 indicam a existência de 95.684 unidades de estabelecimentos agropecuários do tipo agricultura familiar. Esse valor corresponde a 62,88% do total de estabelecimentos

agropecuários no estado, enquanto as unidades não familiares correspondem a 37,12%. A Figura 1 mostra esse percentual distribuído nos municípios do estado.

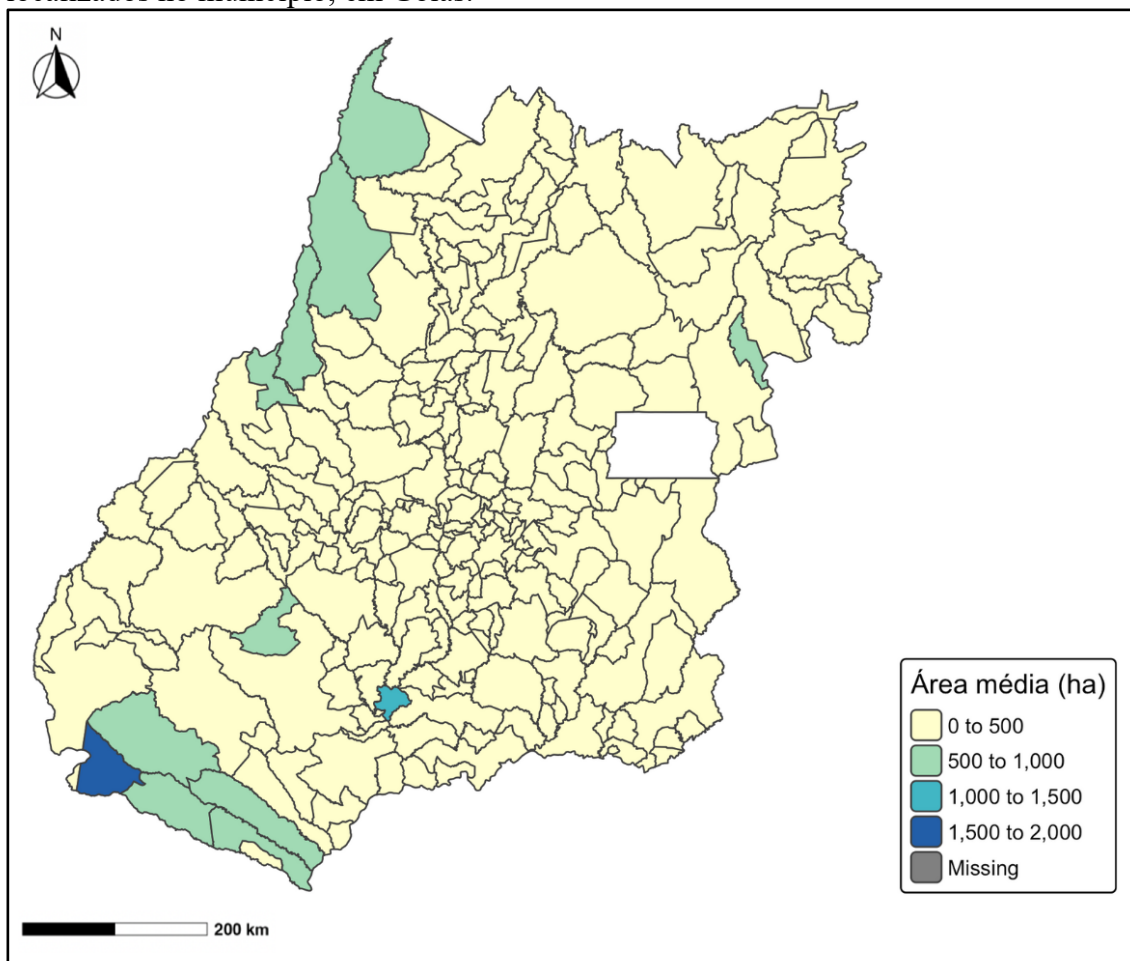
Figura 1: Percentual de estabelecimentos agropecuários em Goiás classificados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no município.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Em contrapartida, ainda de acordo com o Censo Agropecuário 2017, no que se refere à área, em Goiás, a agricultura familiar ocupa 3.628.971 hectares, o que equivale a 13,81% da área total de estabelecimentos agropecuários, enquanto a agricultura não familiar ocupa 22.646.274 hectares, representando 86,19%. Na Figura 2 é possível observar o quociente entre a área média e a quantidade de estabelecimentos agropecuários localizados no município, no estado de Goiás.

Figura 2: Quociente entre a área média e a quantidade de estabelecimentos agropecuários localizados no município, em Goiás.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

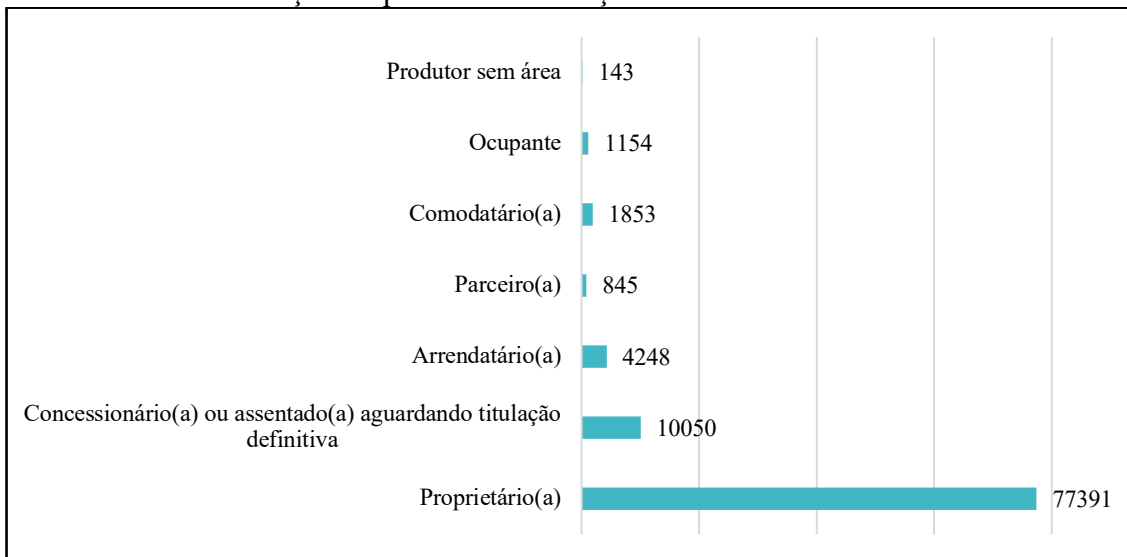
De acordo com Medina, Camargo e Silvestre (2018), a forte expressão econômica e política do agronegócio em Goiás é reconhecida em todo o país. Contudo, o fato é que o foco na agricultura empresarial tem relegado a agricultura familiar para um segundo plano, assim como suas potencialidades para contribuir com o desenvolvimento regional. Em Goiás, ainda são pouco conhecidas a representatividade numérica, a importância econômica, as particularidades dos sistemas produtivos e das atividades praticadas, bem como as possíveis alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Segundo os autores, a agricultura familiar em Goiás é numericamente significativa e conta tanto com agricultores tradicionais quanto assentados, o que contribui para o desenvolvimento da produção de alimentos no estado. Além disso, apresentam situação fundiária consolidada, o que garante relativa segurança para que possam investir em suas propriedades.

O Gráfico 1 mostra a distribuição dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás conforme condição do produtor em relação às terras, e permite observar a constatação dos autores. A grande maioria dos estabelecimentos de agricultura familiar

em Goiás tem o produtor na condição de “proprietário” da terra, representando um total, de 77.391 estabelecimentos. As menores quantidades são observadas nas condições “produtor sem área”, com 143 unidades de estabelecimentos, e “parceiro(a)”, com 845 unidades.

Gráfico 1: Distribuição, em unidades, dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás conforme condição do produtor em relação às terras.

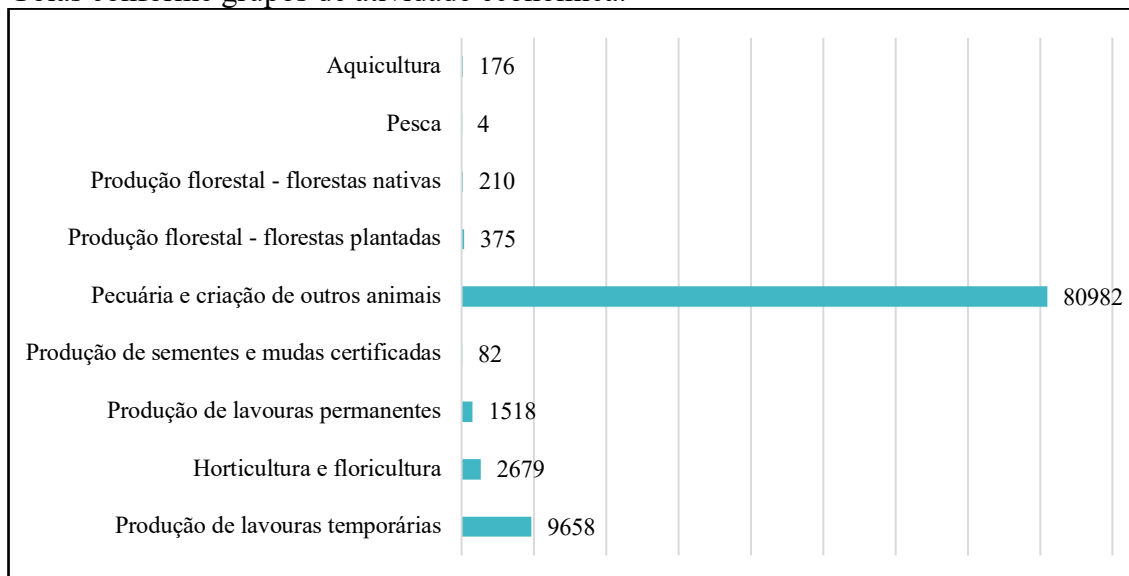


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

No entanto, mesmo com o potencial significativo da agricultura familiar, sua consolidação ainda enfrenta grandes desafios. Um deles é a baixa diversificação dos sistemas produtivos, evidenciada nos dados do Censo Agropecuário 2017.

O Gráfico 2 mostra a distribuição dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás conforme grupos de atividade econômica e evidencia a concentração em torno da pecuária e criação de outros animais. Apenas esta atividade econômica representa 80.982 (84%) unidades de estabelecimentos de agricultura familiar, enquanto a segunda atividade econômica mais praticada é a produção de lavouras temporárias, com um total de 9.658 (9%) unidades de estabelecimentos no estado. Uma diferença consideravelmente expressiva.

Gráfico 2: Distribuição, em unidades, dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás conforme grupos de atividade econômica.

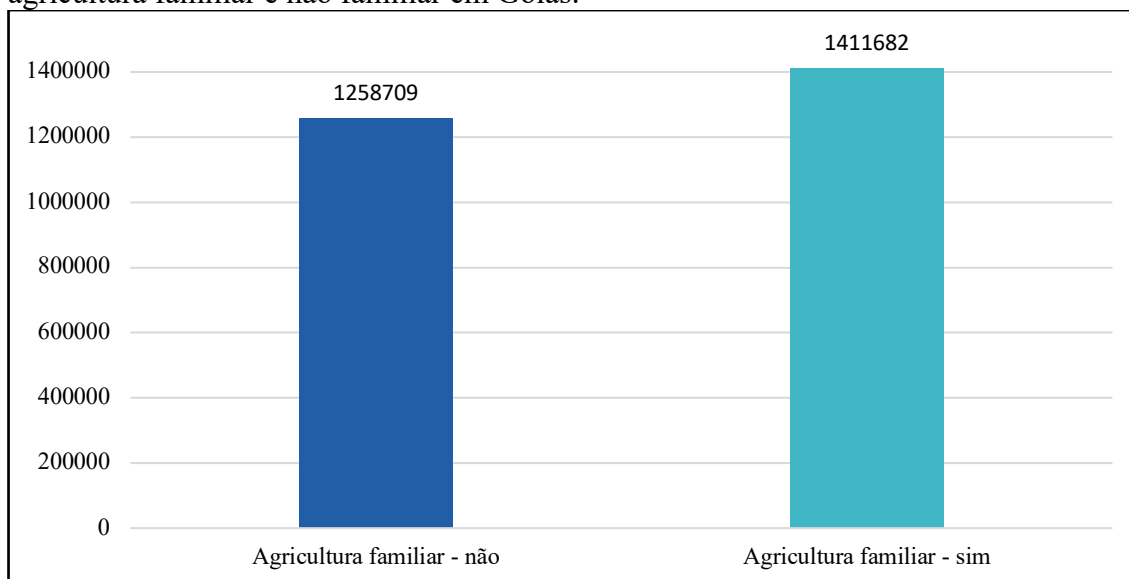


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Para Medina, Camargo e Silvestre (2018), a produção de leite, na agricultura familiar em particular, chama a atenção, uma vez que se trata de uma atividade ligada a uma cadeia produtiva consolidada e bastante tradicional no estado de Goiás.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, em Goiás, a quantidade produzida de leite de vaca nos estabelecimentos de agricultura familiar foi de 1.411.682 mil litros. Enquanto estabelecimentos não familiares produziram 1.258.709 mil litros (Gráfico 3).

Gráfico 3: Quantidade de leite de vaca, em mil litros, produzida por estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar em Goiás.

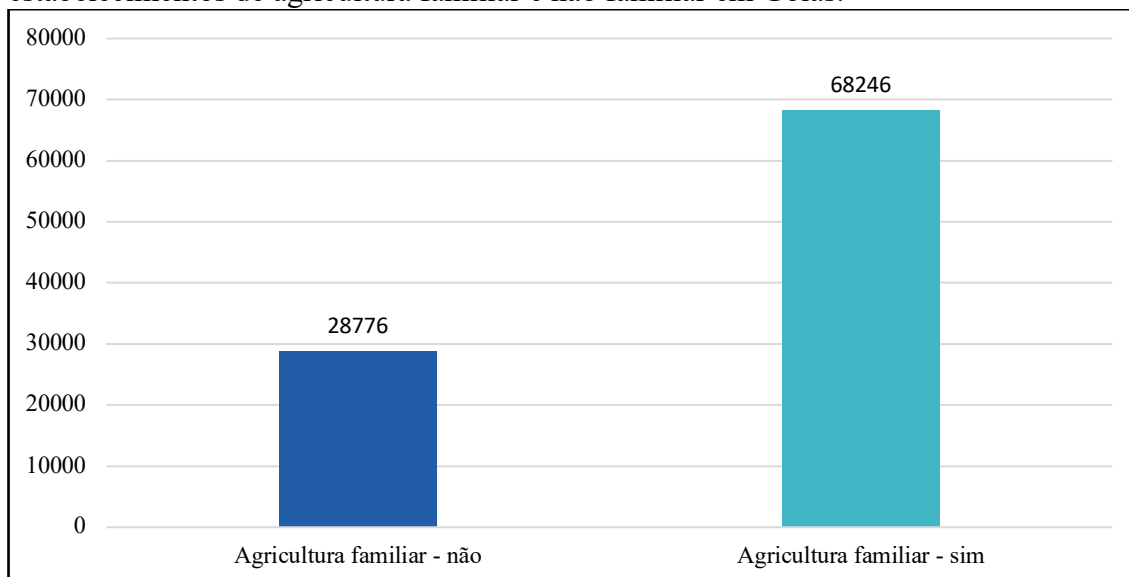


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

A respeito da produção de lavouras temporárias, o Censo Agropecuário 2017 trouxe dados importantes sobre a agricultura familiar em Goiás. A categoria se destaca

na produção de mandioca (aipim, macaxeira), com uma produção de 68.246 toneladas. Enquanto a agricultura não familiar produziu 28.776 toneladas (Gráfico 4).

Gráfico 4: Quantidade de mandioca (aipim, macaxeira), em toneladas, produzida por estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar em Goiás.

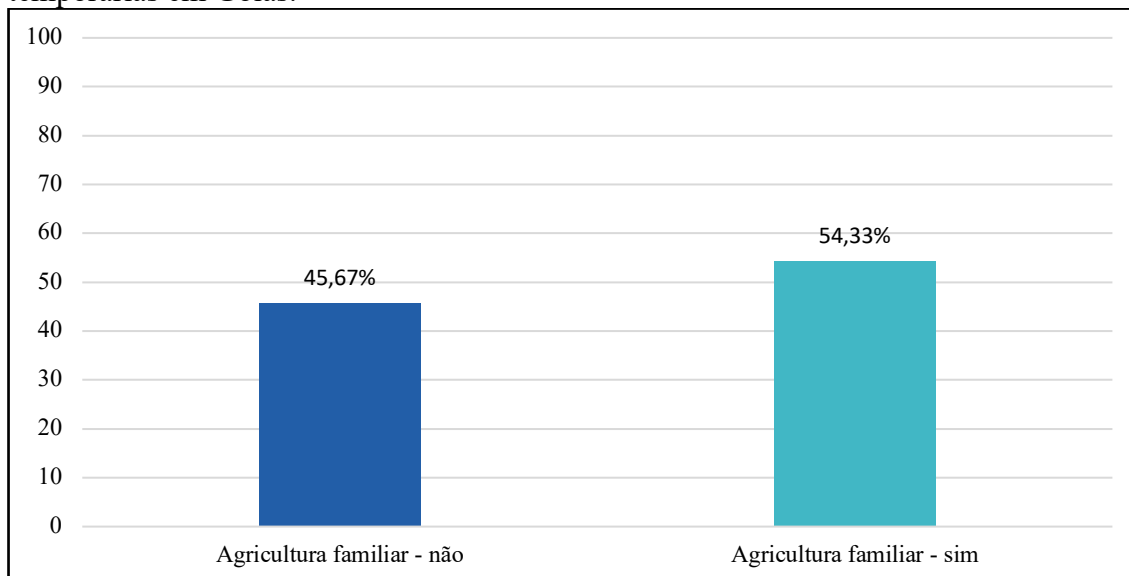


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Ainda analisando os dados do Censo Agropecuário 2017, no estado de Goiás, a agricultura familiar representa 54,33% dos estabelecimentos agropecuários que produzem lavouras temporárias, com um total de 9.658 unidades. Contudo, esses estabelecimentos ocupam somente 4,97% da área total que é destinada a essa atividade no estado, o que equivale a 314.986 hectares dos 6.334.272 hectares cultivados com lavouras temporárias. Esses dados evidenciam a alta concentração de terras nos estabelecimentos não familiares, que, mesmo em menor quantidade, ocupam a maior parte da área cultivada. Essa enorme disparidade reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar em Goiás, promovendo maior acesso à terra e incentivo à produção sustentável.

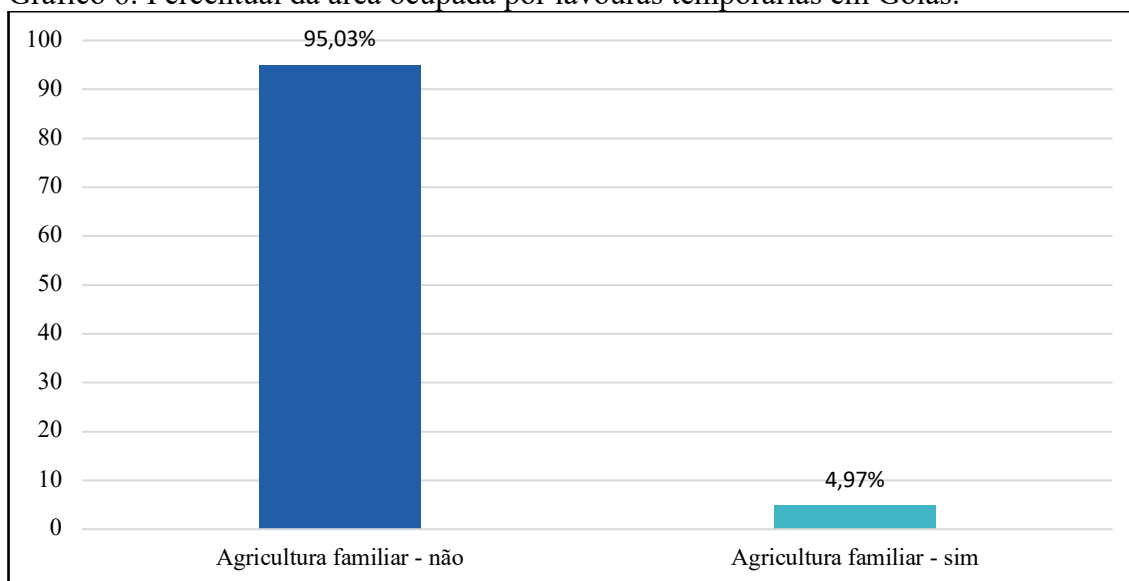
Os Gráficos 5 e 6 a seguir, mostram essa disparidade entre a agricultura familiar e não familiar com relação ao número de estabelecimentos agropecuários que produzem lavouras temporárias em Goiás e a área ocupada por esses estabelecimentos.

Gráfico 5: Percentual dos estabelecimentos agropecuários que produzem lavouras temporárias em Goiás.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Gráfico 6: Percentual da área ocupada por lavouras temporárias em Goiás.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Medina, Camargo e Silvestre (2018), destacam que a baixa diversificação do sistema produtivo em Goiás eleva a vulnerabilidade desses agricultores a mercados específicos. No mercado do leite, por exemplo, a concorrência direta com grandes produtores impacta a renda familiar, tornando-a relativamente inferior. Ainda, segundo os autores, a baixa adoção de tecnologias básicas na produção agropecuária reduz a produtividade e também a competitividade da agricultura familiar no estado.

Nesse sentido, os autores indicam uma alternativa estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar em Goiás, a partir da implementação de políticas públicas direcionadas à promoção de produtos e mercados alternativos, evitando assim a

competição direta com grandes produtores e aumentando a competitividade desses agricultores familiares.

As necessidades mais importantes de assessoria técnica e extensão rural dos agricultores familiares em Goiás estão na promoção da diversificação do sistema de produção e na incorporação de tecnologias adaptadas (Medina, Camargo e Silvestre, 2018). Para Costa (1995), de fato, produtos e mercados alternativos, juntamente com aumento da competitividade, são elementos fundamentais para que a economia familiar supere suas desvantagens econômicas impostas pela competição com o setor empresarial.

De acordo com Medina, Camargo e Silvestre (2018), no apoio do Estado para a construção de uma agricultura familiar moderna no campo, destacam-se as políticas públicas que promovem produtos e mercados alternativos por meio de compras institucionais da agricultura familiar, e o desenvolvimento de tecnologias que aumentam a competitividade desses agricultores, através de políticas de crédito e de assistência técnica e extensão rural. Segundo os autores, tais ações, possibilitam a reversão das desvantagens econômicas citadas por Costa (1995).

É nesse sentido que políticas de apoio à comercialização para a agricultura familiar, como o PAA e o PNAE, são fundamentais no incentivo à diversificação dos sistemas produtivos da categoria. Enquanto que políticas de crédito e assistência técnica e extensão rural destacam-se na promoção de tecnologias e competitividade no campo. Contudo, os estudos destes autores mostram que, em Goiás, a política de comercialização ainda é limitada, enquanto as políticas de crédito e de assistência técnica, embora mais acessíveis em assentamentos, têm promovido, predominantemente, a pecuária leiteira, o que não contribui para diversificar os sistemas produtivos do estado.

Para os autores, há grande necessidade de repensar o futuro da agricultura familiar em Goiás, promovendo, estrategicamente, o seu desenvolvimento. Nesse sentido, o desafio da assistência técnica e extensão rural é agregar tecnologias e incentivar novas atividades para diversificar os sistemas produtivos. Segundo os autores, o primeiro passo é elaborar um plano de trabalho com o agricultor e sua família, respeitando seus interesses e promovendo avanços gradativos. É nesse ponto que se encontra o maior desafio para o assessor técnico: evitar a dependência de tecnologias desconhecidas pelo agricultor familiar ou do assessoramento externo. E esse desafio é superado ao manter o foco de trabalho no agricultor, nas suas capacidades e nas suas necessidades.

1.3. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: resgate histórico

De acordo com Rodrigues (1997), a política de extensão rural é uma das modalidades de política agrícola acionadas pelo poder público para intervir no meio rural, com objetivos que variaram historicamente, mas que mantiveram o foco em aspectos econômicos, visando ao aumento da produção e produtividade agropecuárias e para o bem-estar social das famílias e comunidades rurais, refletindo em metas voltadas para a melhoria das condições de saúde, alimentação, educação e organização da população rural.

Antes da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, em 2004, a trajetória histórica da extensão rural no Brasil seguiu o mesmo caminho de outros países latino-americanos. No final da década de 1940 e início da década de 1950, com o apoio dos Estados Unidos, era iniciada a implementação de um sistema de extensão rural inspirado no modelo norte-americano (Borsatto et al., 2022).

Foi a partir da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) do estado de Minas Gerais, em 1948, seguida pela criação de associações similares nos outros estados da federação, que a extensão rural passou a ser compreendida como política pública (Neumann et al., 2015).

Em 1954, com base nos bons resultados obtidos pela ACAR de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek assinou um acordo com o governo norte-americano e criou o projeto Escritório Técnico de Agricultura (ETA), com o objetivo de estabelecer uma cooperação técnico-financeira para executar projetos de desenvolvimento rural no país, entre os quais a coordenação nacional das ações de extensão rural. Nos anos seguintes, escritórios foram estabelecidos em cada estado e, em muitos casos, serviram como base para a criação das ACARs estaduais (Peixoto, 2008).

As ACARs eram entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atuavam sob a coordenação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 1956 em substituição ao ETA. Essas associações prestavam serviços oficiais de extensão rural e elaboravam projetos para fins de obtenção de crédito junto às instituições financeiras. Mesmo não sendo organizações do Estado, essas associações tinham vínculo intrínseco com os governos, recebendo recursos financeiros e trabalhando de acordo com orientação estatal (Neumann et al., 2015).

Em Goiás, a ACAR-GO foi criada em 1959. A partir desse momento, inicia-se a execução do serviço da extensão rural no estado com o objetivo de contribuir para o

desenvolvimento econômico e social do setor. No mesmo ano, os primeiros escritórios locais foram implantados em vários municípios do estado (EMATER-GO, 2025).

Segundo Peixoto (2008), vinte e três ACARs estavam criadas até 1974 e, juntamente com a ABCAR, substituta do ETA, formavam o Sistema ABCAR, também conhecido e tratado na legislação como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER).

De forma paralela à evolução do SIBER, o governo federal criou, ainda em 1955, no âmbito do Ministério da Agricultura, uma fundação chamada Serviço Social Rural (SSR), inspirada no modelo do Serviço Social da Indústria (SESI). Contudo, apesar do nome, SSR funcionava como uma entidade autárquica, possuindo personalidade jurídica, patrimônio próprio, sede e foro no Distrito Federal, além de atuação em todo o território nacional. Posteriormente, em 1962, diante da valorização do SIBER, o SSR foi substituído pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA) (Peixoto, 2008).

De acordo com Rodrigues (1997), o período entre os anos de 1948 e o golpe militar de 1964, denominado como “humanismo assistencialista”, é caracterizado por um período em que o público alvo eram os agricultores de baixa renda e a prioridade eram as ações voltadas para o bem estar das famílias e para a operação do Crédito Rural Supervisionado (CRS), crédito este destinado a subsidiar investimentos em toda propriedade rural.

Posteriormente, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que instituiu o Estatuto da Terra, extinguiu a SUPRA e criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). O IBRA ficou responsável pela assistência técnica aos projetos de reforma agrária em parceria com os órgãos estaduais, enquanto o INDA atuava no desenvolvimento rural, abrangendo colonização, extensão rural e cooperativismo (Peixoto, 2008).

Segundo Rodrigues (1997), entre 1964 e 1984, inicia-se a fase do “difusionismo produtivista”, caracterizada pela relação de aproximação da política de extensão rural com a modernização da agricultura. Um exemplo dessa aproximação é a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), um mecanismo estimulador e financiador dessa política de modernização da agricultura e, como consequência, da ampliação dos serviços de extensão rural no Brasil.

Ainda segundo Rodrigues (1997), o começo do difusionismo produtivista pode ser identificado claramente em 1963, momento em que o número de contratos de crédito rural orientado superou, pela primeira vez, as operações com crédito rural supervisionado realizadas pelo Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER). A partir daí o crédito rural supervisionado entrou em declínio até desaparecer nos anos 1970, período em que a

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi criada, consolidando assim a orientação produtivista na extensão rural.

De fato, é apenas na década de 1970 que a extensão rural assume um papel de mais destaque político e passa a receber investimentos consideráveis, em um período em que o governo adotou diversas estratégias de investimento para o desenvolvimento nacional, entre elas a união da extensão rural com o crédito rural e com a pesquisa no meio agrícola, buscando a modernização da agricultura no país (Borsatto et al., 2022).

Nesse contexto, tem-se a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), no ano de 1970, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no ano de 1973, e da EMBRATER, no ano de 1975. Em um nível nacional, a EMBRATER foi criada em substituição à ABCAR e, em nível estadual, as ACARs foram substituídas pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) (Neumann et al., 2015).

Toda essa estrutura institucional atuava de forma verticalizada, com o objetivo de difundir o pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde”. Assim, as orientações dos serviços de extensão rural eram elaboradas pela EMBRATER em conjunto com a EMBRAPA, responsável por transmitir essas orientações estabelecidas em diretrizes operacionais para as EMATERs nos estados que, por sua vez, orientavam e coordenavam os trabalhos das equipes técnicas de extensão rural em nível regional e municipal (Neumann et al., 2015).

Ainda segundo Neumann et al. (2015), a crise econômica vivenciada pelo Brasil no início da década de 80, consequência da elevação das taxas de juros internacionais, do aumento da dívida externa e da crise da balança comercial, atingiu diretamente os investimentos do Governo na agricultura. Nesse período, a extensão rural passou a receber críticas intensas quanto ao seu modelo de atuação difusionista.

Para Rodrigues (1997), a crise econômica dos anos 1980 dificultou a continuidade da modernização da agricultura com base no crédito rural subsidiado, o que fez com que o governo reorientasse a política de extensão rural para priorizar os pequenos agricultores. Inicialmente, essa mudança retomou um modelo assistencialista de orientação, alinhado ao III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), que buscava estratégias de legitimação política diante de questões sociais. Com o fim do regime militar e início do processo de redemocratização do país, a extensão rural incorporou o que é chamado de “humanismo crítico”, incluindo assim trabalhadores rurais sem terra e atuando na promoção do associativismo autônomo. A abordagem extensionista foi reformulada para

priorizar o diálogo entre técnicos e agricultores, além de práticas tecnológicas sustentáveis.

Ainda segundo Rodrigues (1997), no entanto, a tentativa de consolidação desse modelo de orientação foi interrompida no ano de 1986, quando mudanças políticas restabeleceram o foco no produtivismo agrícola. Posteriormente, em 1990, a extinção da EMBRATER no governo evidenciou o retrocesso na proposta de extensão rural direcionada para a inclusão social. Pode-se dizer, portanto, que a política de extensão rural no Brasil oscilou entre modelos produtivistas favorecendo a acumulação capitalista, e modelos humanistas voltados à legitimação estatal, a depender das conjunturas políticas e econômicas do país.

O Quadro 1 ilustra o que Rodrigues (1997) supôs como três períodos que marcaram o processo evolutivo da extensão rural no Brasil, com as devidas distinções quanto à orientação filosófica e modelo operacional predominantes em cada um deles.

Quadro 1: Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil.

Especificação	Humanismo assistencialista	Difusionismo produtivista	Humanismo crítico
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Público preferencial	Pequenos agricultores	Grandes e médios agricultores	Pequenos e médios agricultores
Unidade de trabalho	Família Rural	Produtor rural	Família Rural
Orientação pedagógica	“Ensinar a fazer fazendo”	Difusionista	Dialógica, problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Subjacente; instrumento para melhorar condições de vida da família	Finalístico: modernizar produção aumentando produtividade	Essencial, dentro de padrões de equilíbrio ecológico e social
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado; cobre investimentos no lar e na propriedade	Orientado; viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado; viabilizar tecnologias “apropriadas”
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomos

Fonte: Rodrigues (1997). Adaptado pela autora.

Nas eleições de 1989, a burguesia integrada apoiou a defesa da desregulação trabalhista, os cortes sociais e a oposição à reforma agrária. A vitória de Fernando Collor de Mello trouxe a implementação de reformas institucionais alinhadas ao modelo de Estado mínimo, o que levou ao desmonte de diversos serviços públicos (Thomson, 2023).

No início da década de 1990, a partir de uma visão neoliberal e da consequente redução de financiamento por parte do governo para as ações de extensão rural, tem-se

expressiva redução de investimento em todo o sistema. A extinção, em 1990, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) é apenas um exemplo dessa redução de investimento (Neumann et al., 2015).

Em resposta a extinção da EMBRATER, as instituições estaduais de ATER criaram a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) (Peixoto, 2008).

Nesse período, o sistema de extensão rural deixa de ser coordenado e financiado pelo poder federal e a responsabilidade pela sua manutenção passa a ser dos estados, municípios, entidades privadas e associações de agricultores rurais. Ou seja, o governo federal deixa de assumir a coordenação da política de extensão rural. Consequentemente, têm-se realidades distintas em cada um dos estados brasileiros, o que resultou em serviços de extensão rural bastante diversos (Zarnott et al., 2017).

De acordo com Neumann et al. (2015), para o Estado, nesse período, as estruturas públicas de extensão rural não mais contribuíam para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro, frente ao expressivo avanço tecnológico em favor da modernização da agricultura no país.

Ainda no início de 1990, a estrutura da Presidência da República e dos Ministérios foi reorganizada por meio do Decreto nº 99.180, de 15 de março, e um dos pontos de mudança foi a criação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), excluindo a assistência técnica e extensão rural de suas competências, evidenciando a intenção do Governo Federal de não atuar nesta área, apesar das diretrizes constitucionais, transferindo essa responsabilidade para os estados e municípios. Contudo, contraditoriamente, no mês seguinte a instituição desse decreto, foi instituída a Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, que restabeleceu a assistência técnica e extensão rural entre as competências do MARA (Peixoto, 2008).

Ao final do ano de 1990, o Decreto nº 99.616, transferiu as atribuições e o acervo técnico e patrimonial da EMBRATER, que estava em processo de liquidação. Assim, a coordenação das atividades de ATER em áreas de reforma agrária foi transferida para a Secretaria Nacional da Reforma Agrária (SNRA), do MARA, enquanto a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) passou para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), também vinculada ao MARA (Peixoto, 2008).

Ainda de acordo com Peixoto (2008), o Decreto nº 99.621, de 18 de outubro de 1990, aprovou nova estrutura regimental MARA, reafirmando que a assistência técnica e extensão rural era uma de suas áreas de competência. Contudo, essa atribuição não foi

mencionada explicitamente dentre as competências da Secretaria Nacional da Reforma Agrária, que abarcava apenas o Departamento Nacional de Cooperativismo. Consequentemente, as responsabilidades de ATER nessa Secretaria parecem ter sido limitadas ao INCRA, órgão encarregado do processo de reforma agrária. Ainda segundo o autor, somente após a Constituição de 1988, a partir da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, conhecida como Lei Agrícola, que os serviços de ATER receberam um tratamento legislativo mais específico.

Peixoto (2008) destaca que, após a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei Agrícola de 1991, a estrutura do governo federal e do MARA continuou a passar por mudanças. O Decreto nº 599, de 9 de julho de 1992, manteve a assistência técnica e extensão rural como competência do MARA, mas sem especificar quais departamentos teriam responsabilidades relacionadas a ATER. Posteriormente, com a Lei nº 8.490, de 1992, o MARA foi transformado no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), e manteve-se novamente a ATER entre suas atribuições.

Em meio a esse cenário, vale destacar que as políticas econômicas do governo federal expressas no congelamento de preços e na elevação dos juros, resultaram em grande insatisfação entre setores da burguesia interna no país. A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o setor do agronegócio passaram a apoiar o *impeachment* de Collor, estimulados pela crise inflacionária, pelo declínio do Proálcool e pela redução das alíquotas de importação de produtos agropecuários. Esses elementos contribuíram para sua destituição no ano de 1992, abrindo caminho para novas configurações políticas e econômicas no país (Thomson, 2023).

Em seguida, em 1993, o Governo Itamar Franco implementou o Decreto nº 769, que instituiu a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) no MAARA, e transferiu a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) para essa secretaria. Ainda em 1993, com o Decreto nº 936, a coordenação do SIBRATER foi transferida da EMBRAPA para a SDR do MAARA. Posteriormente, em 1994, o Decreto nº 1.261 alterou a estrutura da SDR e criou o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) (Peixoto, 2008).

Nesse momento, embora tenha-se criado um departamento exclusivo para ATER, o DATER enfrentou dificuldades para desempenhar seu papel, tanto pela falta de recursos financeiros quanto pela escassa representatividade política dos setores executores de ATER no MAARA. Consequentemente, o DATER não alcançou a efetividade que a EMBRATER havia conseguido no passado e a crise do SIBRATER continuou (Peixoto, 2008).

Em virtude de todas essas mudanças, as atividades de algumas unidades estaduais de ATER diminuíram consideravelmente a partir da década de 1990, ao mesmo tempo em que houve aumento da oferta de outros tipos de orientação técnica, como cooperativas, integradoras e do próprio produtor. Contudo, o que se observa é que, apesar desse crescimento, parte significativa de agricultores familiares no país depende substancialmente do serviço de ATER pública (Pereira e Castro, 2021).

Nesse sentido, Thomson (2023) destaca que, durante a década de 1990, empresas privadas e terceiro setor ocuparam-se da extensão rural no Brasil. E essa extensão seria direcionada para os grandes e médios produtores e também para os agricultores familiares. O fato é que, sem iniciativas e recursos públicos, as empresas estaduais perderam espaço, abrindo caminho para que empresas comerciais de insumos agrícolas e maquinário assumissem essas posições. Por outro lado, ONGs, sindicatos, cooperativas e associações passaram a liderar iniciativas regionais de extensão rural, com propostas alternativas de caráter mais agroecológico e sustentável.

A partir de 1994, durante a governo de Fernando Henrique Cardoso, a burguesia integrada consolidou sua hegemonia no país. O governo federal intensificou as privatizações, alavancou a abertura comercial e manteve o câmbio valorizado em busca de capital estrangeiro. Contudo, essas políticas aumentaram o endividamento público e enfraqueceram a indústria nacional. Em 1996, a FIESP e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) passaram a criticar duramente o governo por estar prejudicando o setor industrial. Enquanto o agronegócio, impactado por juros elevados e retração da produção, também demonstrou insatisfação (Thomson, 2023).

Perante as pressões da burguesia interna, FHC fez modificações na política econômica em seu segundo mandato. Para a indústria, adotou medidas protecionistas, e, para o agronegócio, concedeu benefícios como a Lei Kandir e o Programa de Securitização das Dívidas. No campo, intensificou a criminalização dos movimentos sociais utilizando forças policiais contra as ocupações de terra (Thomson, 2023).

Peixoto (2008), destaca a ocorrência dos conflitos por terra no Pontal do Paranapanema e as tragédias de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Tais eventos repercutiram negativamente e as pressões políticas que se seguiram resultaram na instituição do Decreto nº 1.888/1996, que criou o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, retirando do MAARA a responsabilidade pela reforma agrária. Posteriormente, em 1998, o Decreto nº 2.681 alterou a denominação do órgão para Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA).

Posteriormente, já no final da década de 1990, o país passa a viver um momento muito importante para o meio rural em decorrência da transição política do governo federal. Ocorrem intensas movimentações sociais de luta em favor da reforma agrária no país, de visibilidade e de afirmação política da agricultura familiar (Diesel et al., 2015).

Em resposta às políticas neoliberais desse período, ocorre uma intensa reivindicação dos movimentos sociais para que houvesse relativa retomada do papel do Estado no desenvolvimento rural no país. Assim, tem-se a busca incessante pelo reconhecimento da agricultura familiar. Como consequência dessa intensa mobilização temos, em 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Zarnott et al., 2017).

A criação do PRONAF fez emergir uma série de outras políticas de desenvolvimento rural. Foi a partir do PRONAF que o país passou a adotar um conjunto de medidas em favor do fortalecimento e garantia da produção agrícola dos agricultores familiares. A criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF-2004) e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF-2006), além da retomada da assistência técnica e extensão rural pública nos anos seguintes são exemplos que ilustram esse cenário (Grisa e Schneider, 2014).

De acordo com Peixoto (2008), a Medida Provisória nº 1.911-12, de 25 de novembro de 1999, em seu artigo 17, transformou o então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária no Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar. Posteriormente, a Medida Provisória nº 1.999-13, de 14 de dezembro de 1999, alterou sua denominação para Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Por fim, a Medida Provisória nº 1.999-14, de 13 de janeiro de 2000, estabeleceu o nome definitivo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Nesse contexto, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, consolidou-se a partir de uma série de decretos. À época, em sua estrutura foram instituídos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), a Secretaria de Reforma Agrária (SRA) e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), responsáveis, respectivamente, pelas políticas de crédito; de pesquisa, assistência e extensão nos assentamentos de reforma agrária; e para a agricultura familiar (Thomsom, et al., 2017).

Segundo Peixoto (2008), o DATER permanecia integrando a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) dentro da estrutura regimental do MAA, de acordo com o Decreto nº 2.681 de 1998. No entanto, em 2000, o Decreto nº 3.527 extinguiu a SDR e criou a Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC), que assumiu a coordenação

do SIBRATER. Além disso, foi criado, dentro da SARC, o Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER), que substituiu o DATER e passou a desempenhar suas funções.

Peixoto (2008) ressalta que, com essa reorganização, tanto o MAA quanto o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passaram a compartilhar a responsabilidade legal pela implementação das ações de ATER.

Posteriormente, em 13 de junho de 2003, o Decreto nº 4.739 transferiu a competência sobre assistência técnica e extensão rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Isso evidenciou a intenção do governo de concentrar a regulação e o fomento das ações de ATER no MDA, já que o MAPA não estava atuando de forma eficaz nessa área. O DATER, que havia sido substituído pelo Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER) na estrutura do MAPA em 2000, reapareceu na estrutura governamental quase um ano depois, com o Decreto nº 5.033, de 2004, que o incorporou à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA (Peixoto, 2008).

Thomson (2023) destaca que, em 8 de outubro de 2003, o Decreto nº 4.854 transferiu a coordenação do CNDRS do MAPA para o MDA, alterando seu nome para CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar). O conselho passou a ter poder deliberativo e a ser composto paritariamente por representantes da sociedade civil e poder público. Tinha o objetivo de propor diretrizes para políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, mantendo ampla participação social (MDA/SAF/DATER, 2004).

De acordo com Thomson et al. (2017), foi somente em 2003, diante de um cenário político mais favorável para os agricultores familiares, que ocorreu a transferência da coordenação dos serviços públicos de ATER do então Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o MDA, o qual tem procurado consolidar um modelo de ATER que busque a promoção da soberania desses agricultores, por meio da redução do uso de tecnologias, as quais geram dependência e aumento de custos de produção, além de tentar promover relações de mercado mais justas e promover o conhecimento.

É nesse período que a extensão rural e diversas demandas do setor agrícola familiar brasileiro conquistam espaço na agenda política do país. Assim, no ano de 2004, após uma parceria entre governo e representantes da sociedade civil, coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando promover ações de extensão rural voltada única e exclusivamente para a agricultura familiar, guiada por bases da agroecologia e com suporte de inovações na área de gestão pública, foi promulgada a

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Essa política é um marco para a extensão rural no Brasil, a partir do momento em que institucionalizou as necessidades dos movimentos sociais presentes no meio rural e de diversas outras organizações no país (Borsatto et al., 2022).

A PNATER é pautada em diretrizes bastante inovadoras, no sentido de que especifica uma prestação de serviços construída de forma participativa, sem custo financeiro para o produtor, com bases técnicas agroecológicas e fornecido exclusivamente para a agricultura familiar. A política determina ainda que o planejamento, o monitoramento e a avaliação devem ser compartilhados com toda a sociedade civil através de conselhos em todas as esferas, sejam elas municipais, regionais, estaduais ou federal, com a participação de representantes dos setores estatais, produtores agrícolas e sociedade civil (MDA/SAF/DATER, 2004).

Para Zarnott et al. (2017), a PNATER consolida a mudança de um Estado executor de políticas de extensão rural para um Estado fomentador de atores públicos e privados na disponibilização de serviços para os agricultores familiares. Ainda segundo o autor, no entanto, a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural foi terceirizada em um cenário de pluralidade institucional e ocorreu de forma descoordenada, resultando em diversas realidades em todo o país principalmente quanto a cobertura, a configuração institucional e a orientação dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

A partir de uma estrutura institucional básica estabelecida, iniciou-se o processo de implementação da PNATER. Novas instituições foram requeridas para darem suporte à política recém-criada, como o lançamento, no ano de 2005, do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura (PRONATER). O programa estabeleceu metas quantitativas e ações específicas para atingir efetivamente os objetivos previstos então na PNATER (Borsatto et al., 2022).

Segundo Thomsom et al. (2017), em 2006, a Portaria Ministerial nº 25, formalizou a operacionalização do novo Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O MDA, em conjunto com outros ministérios, secretarias especiais, INCRA e/ou empresas públicas, passou a ser o órgão federal responsável pelo repasse do recurso público da União para as organizações de ATER no Brasil. A principal inovação do SIBRATER é o estabelecimento de uma rede de ATER através de organizações públicas ou privadas de ATER e movimentos sociais, além da adoção de uma nova metodologia de trabalho que, antes feita por meio de divisões regionais ou estaduais, passou a ser realizada por territórios.

Nos anos seguintes, foram identificados vários obstáculos que dificultaram o cumprimento pleno das diretrizes da PNATER e das metas do PRONATER. O principal obstáculo era, definitivamente, a burocracia para a elegibilidade das entidades às licitações de ATER, principalmente para ONGs, associações e cooperativas de agricultores familiares em relação à prestação de contas e condições para pagamento dos serviços que seriam prestados (Thomsom, et al., 2017).

Destaca-se que, até então, os serviços de ATER eram enquadrados na Lei de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei de Licitações, que vedava o pagamento antecipado de serviços e exigia que comprovantes e atestes de sua execução fossem encaminhados para pagamento posterior. Esses fatores dificultavam e muito a celebração de contratos entre a Administração Pública e entidades de menor aporte de capital. Somado a esses fatores, as organizações de ATER eram caracterizadas por reduzido quadro de pessoal, o que comprometia ainda mais a qualidade e a continuidade dos trabalhos desenvolvidos em campo (Thomsom, et al., 2017).

Então, no ano de 2010, foi aprovada a Lei nº 12.188, a Lei de ATER, e lançada nova versão da PNATER e do PRONATER. Para Thomsom et al., (2017), esse momento representou um importante avanço na consolidação de um modelo de ATER pública direcionada para a agricultura familiar, assim como relativa independência, principalmente no que se refere às alternâncias de governo. Com a Lei de ATER, desvinculou-se a contratação dos serviços de ATER da Lei de Licitações. Assim, passou-se a dispensar a realização de licitações para a seleção de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, e a contratação dos serviços passou a ser realizada mediante Chamada Pública.

Thomsom et al., (2017) ressaltam que a Lei de ATER não conseguiu resolver todos os problemas relacionados às contratações de serviços, porque as entidades menores ainda tinham dificuldade para realizar suas ações iniciais, haja visto que os contratos com a Administração Pública ainda não permitiam o pagamento antecipado de serviços, mas apenas de uma taxa de mobilização para compra de materiais, equipamentos e custeio de atividades.

Nesse contexto, percebe-se relativa competição entre entidades do terceiro setor e empresas estaduais de ATER, uma vez que estas são consideravelmente dependentes dos governos estaduais e até municipais para sua operacionalização. Além disso, há o surgimento de associações que funcionam dentro de uma lógica empresarial, e que se beneficiam de recursos destinados para a ATER, mas não são associações com ações

baseadas nas diretrizes de ATER, caracterizando-se como o que Thomsom et al., (2017) chamam de “empresas terceirizadas de mão de obra qualificada”.

Segundo Zarnott et al. (2017), é nesse contexto que se justifica então a criação, no final do ano de 2013 e início de 2014, da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), para que o Estado possa atuar exercendo um melhor provimento, coordenação, controle e avaliação dos serviços de extensão num ambiente de pluralismo institucional.

Enquanto a PNATER se pautou pelo desenvolvimento rural sustentável, a partir de bases agroecológicas, da ação extensionista vista como um processo educativo construtivista para a agricultura familiar quase que exclusivamente, a ANATER é criada para promover a transferência de tecnologia visando o desenvolvimento da agricultura no Brasil, isto é, modernizando a agricultura a partir da orientação dos serviços de extensão rural. A criação da agência buscou aperfeiçoar a organização da PNATER, tornando os processos de contratação das entidades de extensão rural muito mais ágil, em um sistema que é articulado através do acompanhamento dos serviços prestados pela extensão rural aos agricultores familiares (Zarnott et al., 2017).

Além das atribuições burocráticas relacionados à oferta de serviço como o credenciamento de entidades, a ANATER busca transferir tecnologia e inovação. A agência monitora os resultados das ações de extensão e avalia se foram de fato alcançados. Nesse sentido, a capacitação dos extensionistas é baseada na identificação da disponibilidade de tecnologias nas cadeias ou sistemas apoiados e da capacitação dos chamados multiplicadores, que deverão levar essa capacitação aos técnicos de ATER. Tais elementos evidenciam, nitidamente, o retorno da via tecnológica, com foco na transferência de tecnologia característicos do período difusionista como orientação geral para o serviço de extensão rural no país (Zarnott et al., 2017).

Ainda segundo Zarnott et al. (2017), esse formato de capacitação de ATER tem sua origem na metodologia chamada Treino & Visita (T&V), difundida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Trata-se de uma ferramenta de promoção das tecnologias desenvolvidas na empresa para os agricultores. O sistema funciona através da capacitação contínua de um grupo de agentes da assistência técnica e extensão rural, oficial e privada, chamados Multiplicadores 1 (TM I), que estão em contato direto com pesquisadores e especialistas, sendo informados das tecnologias e dos conhecimentos disponibilizados pelas instituições de pesquisa. Os TM I transferem esses conhecimentos e tecnologias aos técnicos de campo, chamados Multiplicadores II (TM II), que repassam as tecnologias e

os conhecimentos a grupos organizados de agricultores e, além disso, assessoram aqueles que queiram adotar essas tecnologias em suas propriedades (Domit, 2007).

A respeito do sistema EMBRAPA, Thomsom et al., (2017) destaca que se encontram iniciativas e pesquisadores de fato comprometidos com o compartilhamento e a geração de conhecimentos e tecnologias, baseados no protagonismo dos agricultores familiares em diversas regiões do Brasil. Porém, desde a sua criação, as principais atividades da Empresa têm sido condicionadas à geração e transferência verticalizada de tecnologias, direcionadas a uma parcela restrita de produtores, especialmente médios e grandes. Tais atividades foram, em sua maioria, guiadas pelo difusionismo produtivista da modernização da agricultura das décadas de 1970 e 1980. Ainda segundo o autor, a EMBRAPA não possui o *savoir-faire* necessário para realizar uma gestão participativa eficaz e para formar profissionais para atuarem nos serviços de ATER pública.

Para o autor, a estratégia de disseminação de tecnologias e treinamento de multiplicadores via EMBRAPA, dentro do modelo de coordenação dos serviços de ATER proposto para a ANATER, demonstra um retrocesso quanto à busca por uma ATER gratuita, pública e direcionada para a agricultura familiar, com uma abordagem crítica, emancipatória e que fortaleça o protagonismo dessa categoria.

Como se pode observar, no Brasil, desde o início de sua estruturação, o serviço de ATER passou por diversas mudanças. De acordo com Pereira e Castro (2007), tais transformações podem ser observadas a partir da criação de uma instituição federal responsável por organizar o serviço público de ATER em todo o país, seguida pela extinção dessa instituição décadas depois, marcando um período de relativo abandono da ATER pública nos anos seguintes. E, finalmente, em período recente, a retomada do debate a respeito da sua relevância e se, de fato, esse serviço deve, de algum modo, ser oferecido por instituições públicas (Pereira e Castro, 2021).

1.4. Atuação da assistência técnica e extensão rural: da transferência de tecnologia à construção participativa

Segundo Freire et al. (2015), o extensionista deve atuar como um educador que respeita as diferenças de cada região, diante da diversidade socioeconômica e ambiental que existe no meio rural.

Um dos princípios fundamentais da PNATER é a "adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública" (Brasil, 2010).

Dessa forma, a indicação a que se refere a PNATER é a utilização de um conjunto de métodos que motivem o agricultor a desenvolver iniciativas, tanto no contexto específico da extensão rural, no que se refere a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, quanto no âmbito da assistência técnica propriamente dita (Paniago, 2020).

No entanto, o serviço de ATER no Brasil ainda não incorporou integralmente os princípios e diretrizes da PNATER. A diversidade de práticas extensionistas que são adotadas pelas organizações de ATER evidenciam essa dificuldade, e algumas delas, inclusive, seguem abordagens que divergem da proposta pedagógica instituída na PNATER (MDA/SAF/DATER, 2010).

Ao abordar os métodos de atuação do extensionista, Abramovay (1997) ressalta:

[...] métodos não se limitam a técnicas de comunicação, nem estas são o seu aspecto mais relevante. Esta absolutização das técnicas de comunicação será tanto mais acentuada, quanto mais o extensionista encarar sua missão como a de levar conhecimentos novos a populações desprovidas de qualquer saber (Abramovay, 1997).

A Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a Lei de ATER, estabelece que a contratação de serviços de ATER deverá ser realizada por meio de chamada pública. Contudo, Caporal (2011) ressalta que as primeiras chamadas de projetos impuseram métodos padronizados de ATER que dificultaram a participação comunitária. O autor explica que a abordagem participativa requer tempo para envolver as comunidades rurais, e que contratos curtos, com prazos rígidos, dificultam esse processo, prejudicando diversas ações, como a transição agroecológica por exemplo.

Para Paniago (2020), os métodos participativos que foram desenvolvidos nas últimas décadas incorporam diversas abordagens, entre elas as dinâmicas de grupo. Essas metodologias vêm sendo aplicadas tanto na promoção do desenvolvimento sustentável quanto na definição de estratégias para reduzir as desigualdades nas diferentes regiões rurais, especialmente em áreas de assentamentos de reforma agrária. Dentro da abordagem participativa, há uma variedade de denominações e variações, tais como: Diagnóstico Rural Participativo (DRP), Pesquisa e Desenvolvimento (PD), Unidades de Experimentação Participativa (UEP), Desenvolvimento de Tecnologia Participativa (DTP), Escolas de Campo de Agricultores (ECA), Manejo Florestal Participativo (MFP), Orçamento Participativo (OP), dentre outras. Cada uma dessas abordagens combina métodos distintos, contudo, apresentam em comum as etapas de diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação.

De acordo com Medina (2018), antes de o assessor técnico sugerir qualquer tipo de prática ou tecnologia para o agricultor familiar, é importante avaliar o potencial desse

agricultor para adotar quaisquer propostas. Para o autor, novas práticas terão maior potencial de adoção e de manutenção quanto mais próximas estiverem das práticas já utilizadas pelo agricultor e quanto mais gradual for a transição a ser promovida. Para tanto, talvez seja necessária uma transição parcial, e o assessor técnico precisará atuar de forma consideravelmente participativa, evitando ao máximo qualquer tipo de abordagem difusionista de tecnologia.

Medina (2018) identificou quatro parâmetros fundamentais para avaliar o potencial de adoção de novas práticas pelos agricultores familiares: se a demanda por mão de obra é compatível com a capacidade já existente; se os investimentos financeiros e os custos de produção são condizentes com o capital do agricultor; se existe mercado, crédito e assessoria técnica institucional favorável; e se o conhecimento exigido para adotar a prática está alinhado com o conhecimento ou as condições de aprendizado desse agricultor.

No que se refere ao parâmetro mão-de-obra, Medina (2018) explica que a adoção de novas práticas pelo agricultor familiar depende da disponibilidade e do interesse de toda a família em utilizar a sua mão de obra. Enquanto a agricultura empresarial pode contratar trabalhadores, a agricultura familiar é, de certa forma, limitada pela quantidade de membros aptos ao trabalho e pela capacidade física desses sujeitos. Assim, qualquer proposta de nova prática deve considerar não somente a quantidade anual de mão de obra disponível, mas também o interesse da família em investir tempo e esforço em tal atividade.

Segundo o autor, para avaliar essa viabilidade, é importante calcular a disponibilidade de mão de obra na propriedade, elaborar um itinerário técnico para reconhecer as variações de demanda, contrapor essa demanda com a nova prática sugerida e consultar diretamente o agricultor sobre o seu interesse sobre ela. Nesse momento, a relação de confiança entre técnicos e agricultores é um fator determinante para o sucesso da avaliação.

No que se refere ao parâmetro capital, Medina (2018) destaca que a adoção de novas práticas agrícolas depende da capacidade de investimento do agricultor e dos custos que estão envolvidos. Geralmente, a agricultura familiar opera sem capital de giro, o que torna essencial a avaliação dos recursos disponíveis, se são suficientes para cobrir a implantação e manutenção da nova prática agrícola, principalmente na primeira safra, em que os custos serão recuperados somente após a comercialização. Nesse momento, o crédito rural pode ser uma boa alternativa. Contudo, sabe-se que o acesso ao crédito rural ainda é limitado para muitos agricultores.

Quanto ao parâmetro conhecimento, Medina (2018) informa que a assistência técnica tradicional segue um modelo unidirecional, ou seja, o conhecimento é gerado por centros de pesquisa e é transmitido aos agricultores por empresas de assistência técnica. Esse processo torna os agricultores dependentes da tecnologia externa, limitando a autonomia desses produtores, que não dominam totalmente o sistema produtivo. Já a nova abordagem busca uma construção conjunta do conhecimento, levando em consideração a realidade da propriedade rural e a participação ativa dos agricultores. Essa metodologia promove comunicação entre técnicos e agricultores familiares para identificar os desafios, planejar as melhores soluções e implementar, gradualmente, novas práticas agrícolas, garantindo maior autonomia e adaptação às condições locais.

Por fim, o quarto parâmetro apontado por Medina (2018) refere-se ao favorecimento do contexto institucional. Esse parâmetro avalia o suporte externo disponível para a adoção de novas práticas. Aqui, três fatores são considerados: a existência de mercado para insumos e comercialização da produção, a disponibilidade de crédito mais atrativo para práticas inovadoras e a presença de assessoria técnica eficiente. Para o autor, embora o mercado local seja a principal fonte de renda dos agricultores familiares, a aceitação de produtos agroecológicos pode se apresentar limitada. Por outro lado, mercados externos exigem maior organização e capacidade administrativa, o que pode representar desafios adicionais para esses produtores.

Embora a PNATER represente um avanço significativo para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil, ainda há importantes desafios a serem superados. Entre eles, a necessidade de recompor o quadro de profissionais e aprimorar a estrutura de trabalho das instituições estaduais de ATER, garantindo que um número maior de agricultores tenha acesso a esses serviços. Além disso, é fundamental que seja feito um esforço contínuo de capacitação dessas instituições junto aos seus profissionais, promovendo a transição da abordagem difusionista para uma atuação de fato alinhada aos princípios da PNATER (Guedes, 2024).

Nesse contexto, Freire (1983) destaca que, na reforma agrária, o papel do engenheiro agrônomo não pode ser limitado à simples substituição de métodos empíricos dos camponeses por técnicas modernas. Para o autor, toda mudança técnica resulta em implicações mais amplas na vida dos trabalhadores rurais, que impactam suas relações sociais e culturais. Além disso, o autor ressalta que a educação nunca é neutra, uma vez que reflete valores e posicionamentos ideológicos. Dessa forma, o engenheiro agrônomo deve ser mais do que um técnico: ele deve atuar como educador de fato comprometido

com o processo de transformação social, reconhecendo os camponeses como sujeitos ativos da mudança e não somente como indivíduos que receberão conhecimento.

Freire (1983) ressalta, ainda, que a reforma agrária não pode ser tida como um processo exclusivamente técnico, uma vez que envolve decisões políticas que orientam as propostas e intervenções no meio rural. O autor chama a atenção para riscos de abordagens excessivamente técnicas e mecânicas, que ignoram a participação ativa dos trabalhadores rurais e podem levar a fracassos ou mudanças apenas superficiais. Para o autor, o engenheiro agrônomo precisa ir além da postura de "estar para" os camponeses e adotar uma atuação que o coloque "com" esses agricultores, contribuindo de forma efetiva para a construção de um processo de transformação.

No mesmo sentido, Abramovay (1997) destaca que a relação histórica entre extensão rural e crédito exerceu uma influência negativa nos métodos de trabalho que predominaram ao longo dos anos. O acesso restrito ao crédito tornava a atuação dos extensionistas praticamente uma extensão das operações bancárias. Para o autor, o principal desafio metodológico da extensão reside no contraste entre a formação limitada e fragmentada do engenheiro agrônomo e a necessidade de que o extensionista atue como um agente de desenvolvimento, inserido em um processo de mobilização social.

Essa deficiência na formação do extensionista também é apontada por Medina, Camargo e Silvestre (2018), ao afirmarem que a formação do extensionista no Brasil não está em consonância com a nova abordagem da assistência técnica e extensão rural. Para os autores, todo o sistema de formação, técnica ou universitária, no nosso país, é defasado com relação a abordagem participativa. O processo de formação do extensionista é extremamente difusionista. Isso pode ser observado na forma como o professor atua, repassando uma quantidade considerável de conteúdos que, muito provavelmente, não serão utilizados em sua totalidade pelos alunos em sua atuação profissional. Para que possa se formar e atuar numa base participativa, em um cenário ideal, a formação desse extensionista deveria ser pautada em atuações práticas, com conteúdos direcionados para situações-problema mais condizentes com as realidades do agricultor familiar.

Um ponto importante a ser resgatado e mencionado refere-se às transformações das práticas de extensão rural e de revalorização das abordagens participativas, que emergiram, no ambiente acadêmico, por meio de iniciativas voltadas à crítica do modelo de formação profissional predominante nos cursos de Agronomia, a partir da década de 1960. Nesse período, os cursos de Agronomia no Brasil passaram por reformas curriculares que privilegiaram uma formação tecnicista focada na difusão de pacotes tecnológicos, em consonância com o processo de modernização conservadora da

agricultura. Contudo, em contraposição a esse modelo, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) vem, nas últimas décadas, questionando a formação produtivista e defendendo uma educação mais crítica, comprometida com um modelo agrário menos desigual e ambientalmente sustentável (MENGEL et al., 2007).

Desde 1989, a FEAB promove os chamados Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIVs), que aproximam os estudantes da realidade de comunidades rurais e dos movimentos sociais. Esses estágios são baseados em uma metodologia problematizadora, em que o estudante parte de uma vivência prática para uma reflexão teórica, buscando compreender e propor soluções contextualizadas às dinâmicas dos agroecossistemas (MENGEL et al., 2007).

Essas experiências formativas contribuem para a construção de um novo perfil de profissional, mais sensível às dinâmicas sociais do campo e às demandas da agricultura familiar, articulando-se às transformações mais amplas que orientam a ATER participativa no Brasil (MENGEL et al., 2007).

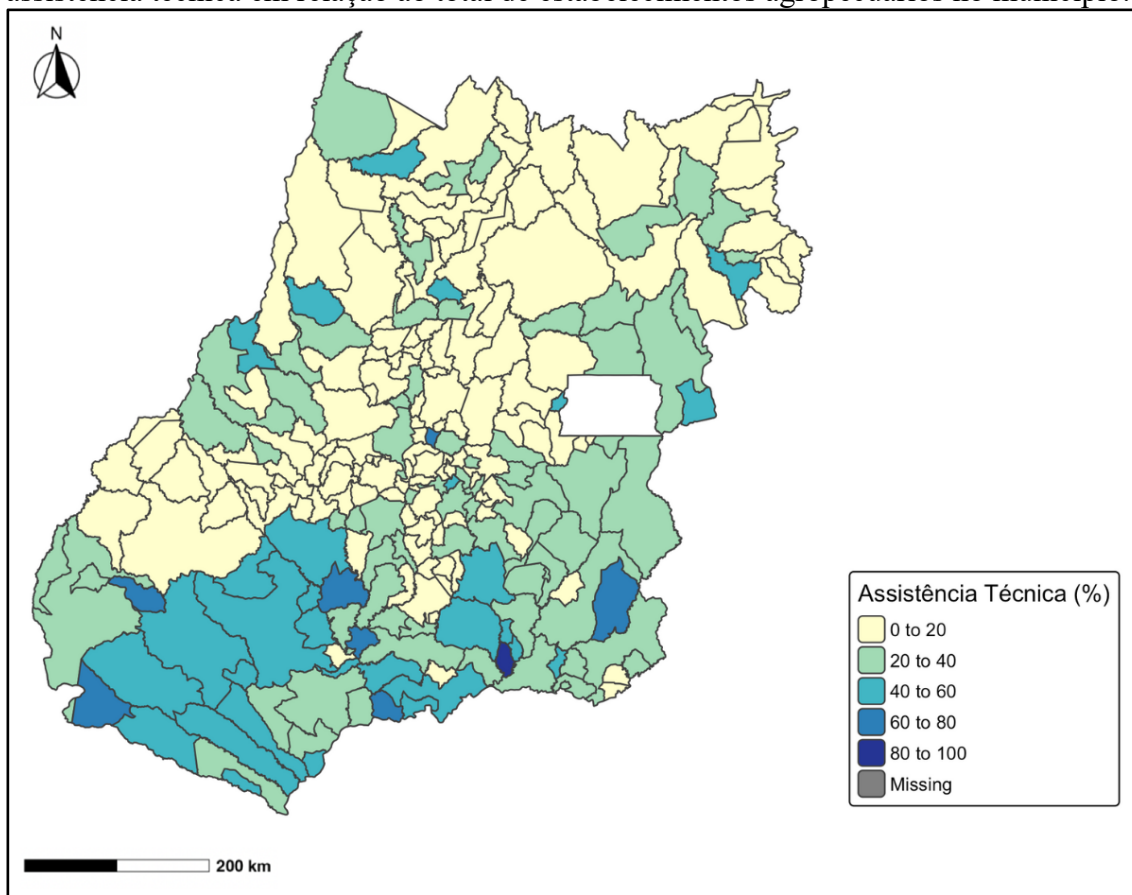
Assim, nesse cenário, pode-se afirmar que há uma disputa entre dois modelos de desenvolvimento rural: um tradicional, insustentável, mas que ainda é dominante no país; e outro, ainda em construção, que busca a sustentabilidade da agricultura. Para superar essa contradição e garantir a efetividade da PNATER na construção de um modelo agrícola mais justo e sustentável, é essencial a reestruturação da assistência técnica e extensão rural, juntamente com uma formação mais adequada dos profissionais envolvidos.

1.5. Assistência técnica e extensão rural no estado de Goiás

Em Goiás, a presença da assistência técnica e extensão rural varia significativamente entre as diferentes regiões. Essa desigualdade regional é percebida nos dados do Censo Agropecuário 2027, apresentados na Figura 3. A Figura 3 mostra a proporção de estabelecimentos agropecuários em Goiás que receberam algum tipo de assistência técnica, em relação ao total de estabelecimentos agropecuários em cada município.

É importante observar a diferença significativa entre as regiões Norte e Sudoeste do estado. Os dados evidenciam que a região Norte recebe consideravelmente menos assistência técnica em comparação à região Sudoeste. Retomando a Figura 1 (p. 50), podemos observar que é justamente na região Norte onde se concentra a maior parte dos estabelecimentos de agricultura familiar, em contraste com a região Sudoeste do estado.

Figura 3: Percentual de estabelecimentos agropecuários em Goiás com declaração de assistência técnica em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no município.

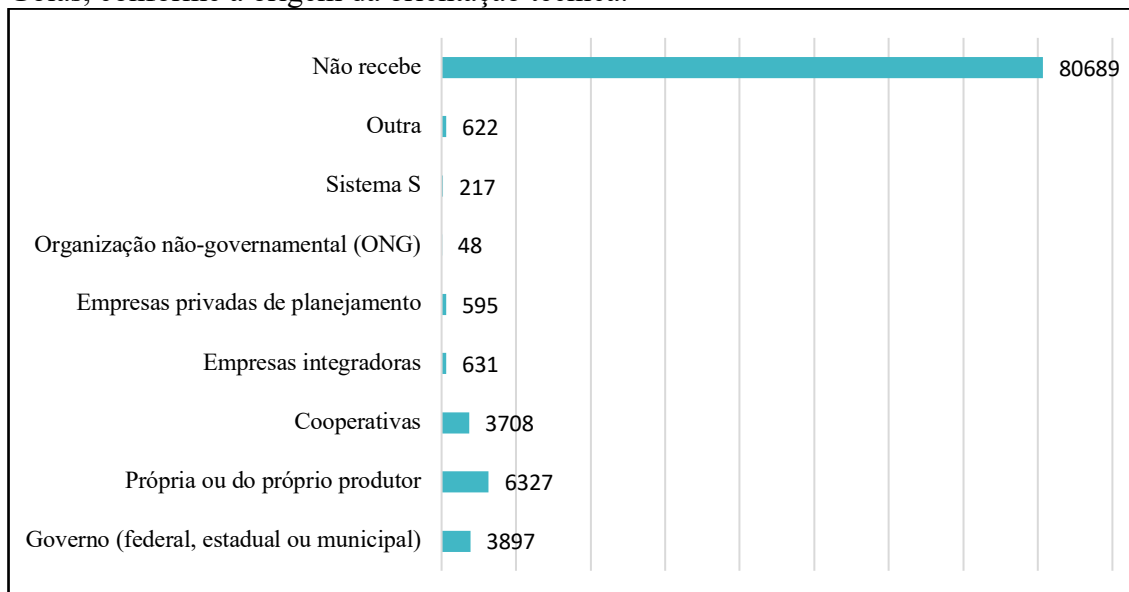


Fonte: Elaborado pela autora com dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Complementando essa análise, o Gráfico 7 apresenta dados do Censo Agropecuário 2017 a respeito da distribuição, em unidades, dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás, conforme a origem da orientação técnica. Os dados evidenciam que a grande maioria desses estabelecimentos não recebeu qualquer tipo de orientação técnica, o que revela a dimensão do desafio para a efetivação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no estado.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, um total de 80.689 estabelecimentos de agricultura familiar do estado de Goiás não recebe orientação técnica. São ainda 6.327 estabelecimentos familiares que recebem orientação técnica própria ou do próprio produtor, 3.897 unidades que recebem orientação técnica oriundas do Governo (federal, estadual ou municipal) e 3.708 unidades que recebem orientação técnica de cooperativas. Aqui cabe observar que a quantidade de estabelecimentos de agricultura familiar que recebe orientação técnica oriunda de cooperativas e do Governo (federal, estadual ou municipal) são bastante próximas, 3.708 unidades e 3.897 unidades, respectivamente.

Gráfico 7: Distribuição, em unidades, dos estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás, conforme a origem da orientação técnica.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Com relação à orientação técnica com origem do Governo estadual, destaca-se a atuação da EMATER-GO, principal instituição responsável pela execução das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural no estado.

A trajetória histórica dessa atuação tem início em 1959, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do setor. Nesse mesmo ano, foram implantados os primeiros escritórios locais em diversos municípios do estado. As cidades de Jaraguá e Ceres foram pioneiras (EMATER-GO, 2025).

Posteriormente, em 1975, a ACAR-GO foi unificada à Coordenadoria de Assistência Técnica da Secretaria da Agricultura e passou a se chamar Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO). No mesmo período, a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) foi incorporada à EMATER-GO, conforme determinado pela Lei Estadual nº 12.733 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 4.628. A partir desse momento, as ações de pesquisa e de assistência técnica passaram a ser realizadas de forma integrada no estado (EMATER-GO, 2025).

No ano de 1999, a EMATER-GO passou a se chamar Agência Rural, nome que vigorou até 2008, quando suas atividades institucionais foram transferidas para a então Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAGRO) (EMATER-GO, 2025).

Contudo, em 2010, a EMATER-GO foi reinstituída e desde então passou a ter como competências básicas a execução da política estadual de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, além da promoção de atividades de classificação

de produtos de origem vegetal e de certificação de produtos de origem animal. No ano seguinte, a Lei Estadual nº 17.257 converteu a EMATER-GO em Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER). Desde então, a EMATER passou a ser uma entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial (EMATER-GO, 2025).

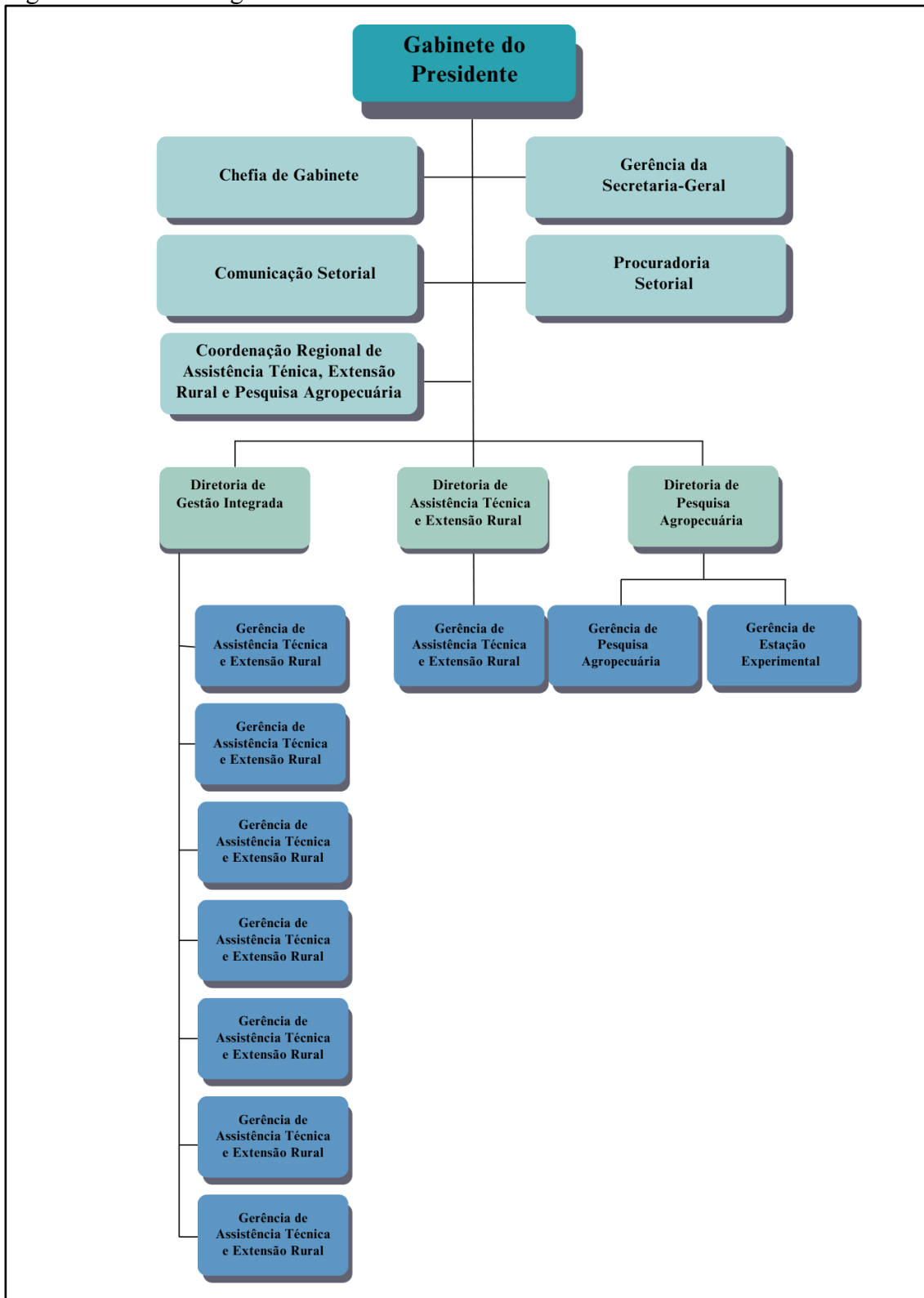
Já em 2015, jurisdicionada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), a EMATER passa a ter como objetivo principal se consolidar como a Agência de Inovação Rural de Goiás. Seguindo os eixos da assistência técnica, da extensão rural e da pesquisa agropecuária, a EMATER atua com o objetivo de transformar as comunidades rurais por meio da emancipação e aumento da renda dos agricultores (EMATER-GO, 2025).

No ano seguinte, a EMATER se torna autarquia especial, conforme determinação da Lei Estadual nº 19.376/2016. A partir desse momento, a Agência adquiriu mais autonomia funcional, administrativa e orçamentária (EMATER-GO, 2025).

O principal objetivo da EMATER-GO é realizar atividades de assistência técnica, extensão rural e de pesquisa agropecuária, com prioridade para os agricultores familiares e suas organizações, promovendo a geração de renda, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. O público-alvo da Agência é o agricultor familiar e suas organizações, mas atende também os médios e grandes produtores rurais, além da sociedade em geral (EMATER-GO, 2025).

A Figura 4, apresenta estrutura organizacional atual da EMATER-GO.

Figura 4: Estrutura organizacional da EMATER-GO.



Fonte: EMATER-GO, 2025. Adaptado pela autora.

O Decreto nº 10.403, e 1º de fevereiro de 2024, que aprova o regulamento da EMATER-GO, traz em seu Art. 16, as competências da Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural. Entre elas, destacam-se:

- I – manter a interlocução interinstitucional com as entidades que atuem nas áreas de sua competência, com os gestores de políticas públicas direcionadas

ao segmento agropecuário e a outras categorias vinculadas ao Governo Federal e a outras esferas governamentais;

III – apoiar as atividades de transferência de tecnologia, produtos, processos e serviços desenvolvidos diretamente pela EMATER ou em parceria com outras organizações para garantir à sociedade o acesso aos resultados do que for transferido;

Parágrafo único. Além das competências constantes do *caput* deste artigo, a Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural organiza, coordena e supervisiona tecnicamente a Gerência de Assistência Técnica e Extensão Rural (Goiás, 2024).

O mesmo decreto traz, em seu Art. 17, as competências da Gerência de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre as quais se destacam:

III – subsidiar a Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural na definição de políticas, diretrizes, objetivos e normas, em consonância com o estabelecido pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e pelos governos municipais;

VII – propor à Diretoria o estabelecimento de métodos, processos e meios de assistência técnica e extensão rural às Coordenações Regionais de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Goiás, 2024).

A Agência adota métodos próprios de comunicação com fundamentos na educação de adultos, valorizando e resgatando o saber e conhecimentos dos agricultores. Para a execução de suas atividades, são utilizados métodos simples e complexos, tanto em abordagens individuais quanto grupais, massais e participativas (EMATER-GO, 2025).

As competências da EMATER-GO estão descritas no Art. 55 da Lei n° 21.792 de 16 de fevereiro de 2023:

Art. 55. À EMATER competem a execução da política estadual de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, bem como as atividades correlatas ao desenvolvimento rural sustentável, com o atendimento prioritário à agricultura familiar, em consonância com a Lei federal n° 11.326, de 24 de julho de 2006 (Goiás, 2023).

De acordo com a *Revista EMATER em Dados* (EMATER-GO, 2021), para executar suas atribuições, a Agência conta com um total de 680 funcionários, dos quais 408 são extensionistas. A publicação ainda apresenta dados importantes sobre a atuação da instituição, incluindo a distribuição dos extensionistas por região no estado e também as principais frentes de trabalho que são desenvolvidas.

A revista apresenta o balanço 2020/2021-1, destacando, em seu eixo administrativo, a atuação das 12 Unidades Regionais, responsáveis pela assistência técnica e extensão rural ao produtor, com foco nos agricultores familiares. A estrutura coordena 205 unidades locais, que representam atualmente 83,3% dos municípios do estado e, quando demandada, atende os demais 41 municípios. A Agência possui ainda 4 Estações Experimentais, 2 Campos Experimentais e 1 Unidade Experimental, onde são

feitas pesquisas para desenvolver tecnologias que visam atender as cadeias produtivas da agricultura familiar (EMATER-GO, 2021).

No eixo de ATER, segundo dados da revista (EMATER-GO, 2021), referente aos serviços prestados pela EMATER-GO em 2020/2021-1, foram atendidos 18.421 produtores, sendo 14.514 atendimentos realizados em propriedade e 25.716 nos escritórios da instituição. No mesmo período, a EMATER-GO emitiu 8.252 Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAPs), o que representa 64% do total de DAPs emitidas no estado.

Quando observados aos dados do Censo Agropecuário 2017, apresentados em sessão anterior, observa-se que há um número expressivo de agricultores familiares sem acesso à orientação técnica. São 80.689 estabelecimentos de agricultura familiar, no estado de Goiás, que não recebem nenhum tipo de orientação técnica. Ainda de acordo com o Censo Agropecuário 2017, somente 3.897 unidades de estabelecimentos de agricultura familiar em Goiás recebem orientação técnica oriundas do Governo (federal, estadual ou municipal).

Embora haja uma diferença temporal, um comparativo entre os dados da *Revista EMATER em Dados* (EMATER-GO, 2021) e do Censo Agropecuário 2017, mostra a dimensão do desafio para ampliação da cobertura da assistência técnica em Goiás.

Apesar da EMATER-GO desempenhar um papel de extrema importância na orientação de produtores, o número de estabelecimentos sem acesso a qualquer tipo de serviço de assistência técnica e extensão rural ainda é considerável, o que reforça a necessidade urgente de adoção de estratégias ampliadas e eficazes para garantir que a agricultura familiar tenha o suporte técnico necessário para seu fortalecimento e sustentabilidade.

1.6. PROFOREXT, Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A definição de política pública ainda é objeto de discussão entre vários pesquisadores. De acordo com Muller e Surel (2004, apud GRISA, 2012, p. 30), é comum definições de política pública serem genéricas e de difícil entendimento, como, por exemplo: “política pública é tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”; ou ainda, “uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”.

Muller e Surel (2004, apud GRISA, 2012, p. 30) destacam três elementos fundamentais na busca por essa definição: “1) uma política pública constitui um quadro

normativo de ação; 2) ela combina elementos de força pública e elementos de competência [*expertise*]; 3) ela tende a constituir uma ordem local”.

Nesse sentido, as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural desempenham um papel fundamental na promoção da orientação técnica no setor agropecuário. Elas são responsáveis por viabilizar o acesso, aprimorar a eficácia e ampliar a disseminação dos serviços de assistência e orientação técnica, por meio de mecanismos como incentivos financeiros e não financeiros, parcerias estratégicas e abordagens adaptadas às especificidades locais (Rosalem et al., 2023).

Segundo Bergamasco, Thomson e Borsatto (2017), a proposta de disseminação de tecnologias e o treinamento de multiplicadores por meio da EMBRAPA, previsto no modelo de coordenação de serviços da ANATER, configura-se como um retrocesso em relação a conquista de uma assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e direcionada para a agricultura familiar, em uma perspectiva crítica, emancipatória e empoderadora para a categoria.

Não bastasse o serviço de ATER no Brasil ainda não ter incorporado integralmente os princípios e as diretrizes da PNATER, fato evidenciado pela diversidade de práticas extensionistas que são adotadas pelas organizações de ATER, com algumas organizações que, inclusive, seguem abordagens que divergem da proposta pedagógica instituída na PNATER (MDA/SAF/DATER, 2010), soma-se, ainda, a falta de profissionais qualificados para atuarem como agentes de assistência técnica e extensão rural direcionados para os agricultores familiares.

Como afirmaram Medina, Camargo e Silvestre (2018), a formação do extensionista, ou seja, da ATER no Brasil, não condiz com a nova abordagem participativa preconizada pela PNATER, uma vez que o sistema de formação brasileiro é defasado em relação à essa abordagem, seguindo ainda um modelo fortemente difusionista.

Pensando nisso, uniram-se Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e universidades federais e estaduais e institutos federais de ensino com potencial para oferecer serviços e processos de extensão e residência, envolvendo diversos cursos de graduação que podem propiciar a formação ampliada de profissionais das ciências agrárias e das ciências sociais aplicadas, capazes de atender os anseios da sociedade e, especialmente, de assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais no país.

Com esse objetivo, foi criado o Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030, o PROFOREXT.

De acordo com os Art. 3º e 4º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (Brasil, 2018).

No que se refere a Universidade Federal de Goiás, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC/UFG) nº 1699, de 22 de outubro de 2021, regulamenta as Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) como parte integrante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação da instituição. A resolução tem como objetivo fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão; promover a articulação da comunidade acadêmica com a comunidade externa; possibilitar a produção e a construção de conhecimentos atualizados e realistas; e garantir a formação humanista e cidadã no processo educativo dos estudantes (UFG, 2021).

Nesse sentido, o PROFOREXT foi criado com a finalidade de propiciar que docentes e discentes das instituições de ensino realizem atividades direcionadas para a formação em assistência técnica e extensão rural para e com os agricultores familiares, identificando problemas e construindo soluções para sua sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O objetivo do programa é promover a formação extensionista e a assistência técnica e extensão rural com base em princípios dialógicos, agroecológicos e democráticos, contemplando os variados contextos de assentamentos rurais e territórios tradicionais regularizados, incluindo comunidades quilombola, mulheres rurais e juventudes do campo, que atuam na cadeia de valor da agricultura familiar.

A proposta do PROFOREXT busca valorizar o equilíbrio entre gerações e gêneros, bem como a sustentabilidade no desenvolvimento de processos de organização socioeconômica, gestão, produção, processamento, agregação de valor, prestação de serviços, distribuição e comercialização das Unidades Familiares de Produção Agrária.

O PROFOREXT contempla 85 assentamentos de reforma agrária, alcançando aproximadamente 6.000 famílias. As 16 instituições de ensino que compõem o programa estão localizadas em 11 unidades da federação.

Além da coordenadora geral, participam 48 docentes, sendo 16 que atuam como coordenadores regionais e 32 que atuam como supervisores, 16 profissionais recém-formados, que atuam como recém-formados, 64 discentes que atuam como estagiários e 160 representantes dos assentamentos de reforma agrária contemplados, que atuam como agentes locais de formação (ALFs). No total, a estrutura organizacional do PROFOREXT envolve 289 pessoas.

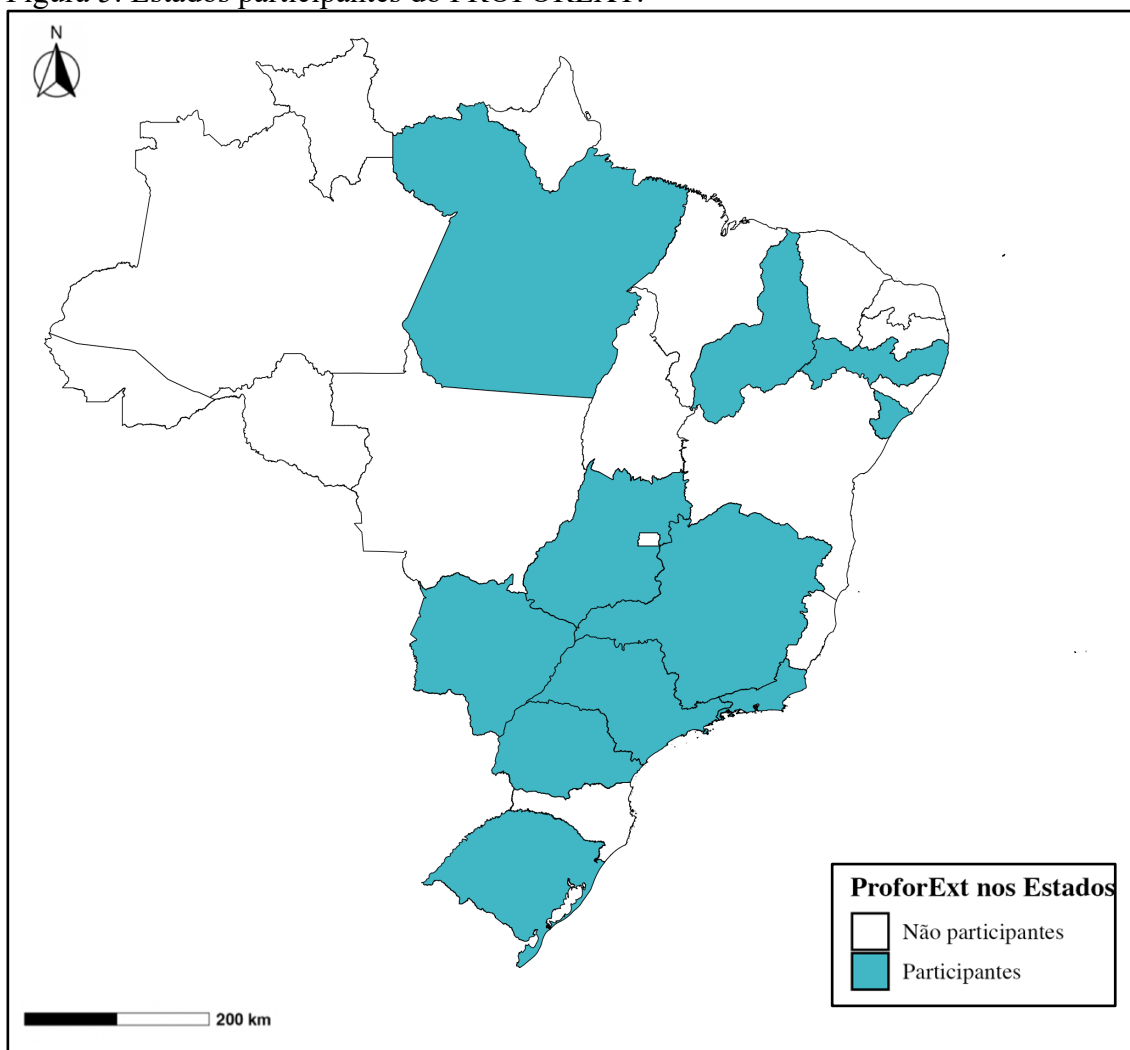
O Quadro 2 apresenta as instituições de ensino que compõem o PROFOREXT e a Figura 5 mostra a distribuição das instituições no território brasileiro.

Quadro 2: Instituições de Ensino que compõem o PROFOREXT.

Instituição de Ensino	Sigla	UF
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz	ESALQ/USP	SP
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	IFMG	MG
Instituto Federal de São Paulo	IFSP	SP
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Sertão	IFRS-SERTÃO	RS
Universidade Estadual Paulista	UNESP	SP
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAR	PI
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

Figura 5: Estados participantes do PROFOREXT.

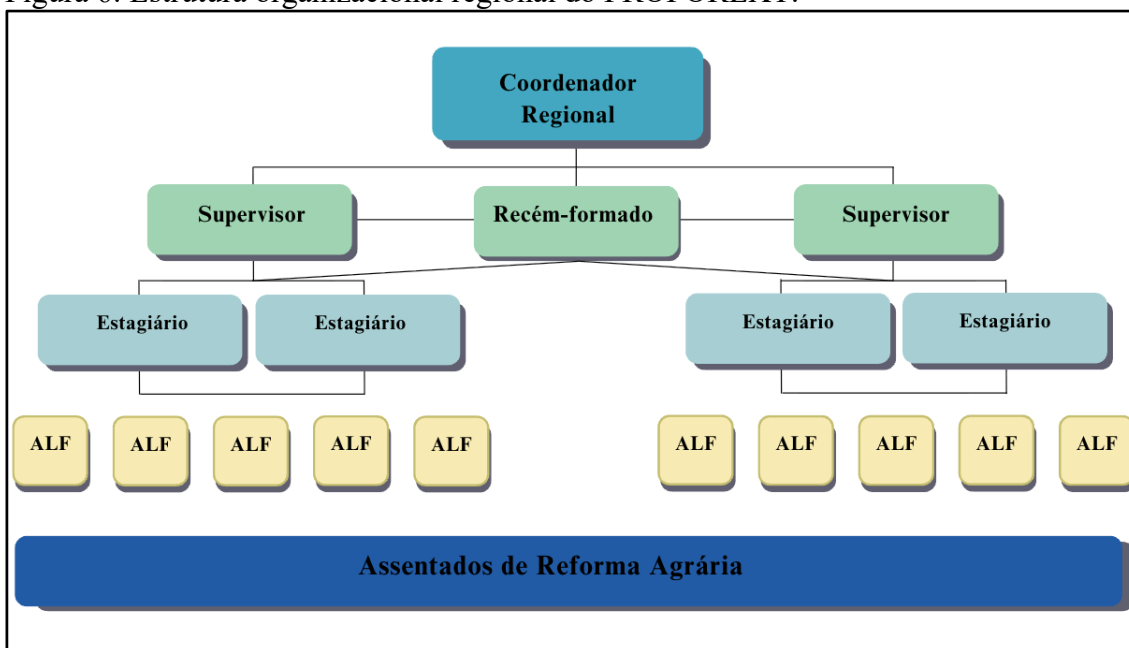


Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

Todo o processo de planejamento, implantação, execução e acompanhamento do PROFOREXT é conduzido pela coordenação geral do programa, em articulação com as instituições que o compõem. Cada uma das instituições de ensino participante conta com representantes previamente selecionados, que atuam de forma coordenada seguindo um modelo de estrutura organizacional pré-estabelecido. Esse modelo de estruturação tem o objetivo de assegurar a coerência, a integração e a efetividade das ações em cada etapa de desenvolvimento do programa.

A Figura 6 apresenta a estrutura organizacional regional proposta. É importante destacar que essa estrutura organizacional é um modelo orientador. Contudo, em virtude das especificidades regionais que caracterizam os diferentes estados brasileiros, há certa flexibilidade para ajustes nesse modelo, permitindo que as particularidades locais sejam respeitadas e que os trabalhos sejam conduzidos da forma mais adequada à realidade de cada contexto.

Figura 6: Estrutura organizacional regional do PROFOREXT.



Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

O financiamento do programa é viabilizado por meio de Transferência Eletrônica Direta (TED), com recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A gestão administrativa é feita pela coordenação geral, com apoio de equipe administrativa, em parceria com a Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD) da Universidade Federal de Goiás e a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE).

Inicialmente, o programa estava previsto para vigorar de novembro de 2023 até novembro de 2024. Contudo, resultados positivos possibilitaram sua prorrogação até julho de 2025 com posterior renovação de contrato até 30 de julho de 2026.

A determinação dos assentamentos de reforma agrária contemplados para participação no programa foi feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em conjunto com movimentos sociais representantes do segmento da agricultura familiar e o MDA. A escolha dos assentamentos seguiu critérios previamente determinados pelo MDA, priorizando áreas de reforma agrária, comunidades quilombolas e povos indígenas, com infraestrutura ainda incipiente. O foco concentrou-se para aqueles que demandam ações específicas direcionadas para a produção de alimentos e produtos da sociobiodiversidade, acesso ao PRONAF, PAA e PNAE, bem como à promoção da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional.

A seleção dos agentes locais de formação (ALFs) foi feita a partir da indicação dos membros das comunidades rurais contempladas. O processo de indicação ocorre a partir de reuniões comunitárias, nas quais os participantes, de forma coletiva e

democrática, escolheram os ALFs, respeitando os critérios de idade, que abrange a faixa etária de 15 a 29 anos, pertencimento a comunidade de assentados de reforma agrária e que se destaque pelo perfil de liderança dentro dessa comunidade.

A seleção dos coordenadores regionais e dos supervisores foi feita a partir de indicação dentro de cada instituição de ensino. Os critérios considerados incluíram a formação acadêmica, a experiência profissional e a trajetória de atuação nas áreas de extensão rural, gestão de projetos e PNATER.

A seleção dos estagiários (discentes das instituições de ensino) e dos recém-formados foi feita por meio de processo seletivo, considerando-se habilidades relacionadas a capacidade de trabalhar em campo com foco na orientação ao produtor sobre manejo animal, conhecimento na área de horticultura, boa capacidade de comunicação, além de domínio de uso de ferramentas computacionais para elaboração de tabelas, gráficos e projetos, entre outras competências. No caso dos estagiários, a exigência era que fossem discentes dos cursos das áreas de ciências agrárias, ciências sociais aplicadas ou ciências humanas. Quanto aos recém-formados, os critérios incluíam ter no máximo três anos de formação em curso da área de ciências agrárias, possuir carteira de habilitação e demonstrar habilidade para trabalhar em equipe.

As atribuições de cada participante são explicitadas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Atribuições dos participantes do PROFOREXT.

Participante	Atribuições
Coordenador Regional	Coordenar o programa no âmbito regional e selecionar a equipe de trabalho regional.
Supervisor	Selecionar e supervisionar estagiários e ALFs.
Recém-formado	Realizar trabalho de campo e acompanhar estagiários e ALFs.
Estagiário	Participar das formações e realizar atividades em campo junto aos ALFs.
Agente Local de Formação	Participar das formações e atuar como agente de interlocução entre a equipe e os assentados, transmitindo os conhecimentos adquiridos.

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

A metodologia do programa prevê que uma equipe multidisciplinar de docentes acompanhe e oriente um grupo igualmente diversificado de recém-formados e estagiários. Essa composição é essencial para o alcance dos objetivos do programa, pois permite uma abordagem integrada e em alinhamento com a diversidade produtiva, tão característica da agricultura familiar.

Quanto às ações, o programa está estruturado em etapas orientadas por eixos específicos, com o objetivo de alcançar metas pré-definidas por meio das atividades

desenvolvidas. A estrutura dessa orientação é detalhada no Quadro 4, e as metas do PROFOREXT estão apresentadas no Quadro 5.

Quadro 4: Eixos orientadores e respectivas etapas previstas para o desenvolvimento do PROFOREXT.

Eixo	Etapas
1 - Estruturação e formação de equipe de trabalho	1 - Constituição de espaços formativos dedicados à Extensão Universitária em cursos de graduação das 16 universidades e institutos participantes.
	2 - Formação e nivelamento de equipe de trabalho.
2 - Encontros de formação sócio profissional	1 - Qualificação de profissionais recém-formados, estagiários e jovens assentados de reforma agrária ou de territórios tradicionais (agentes locais de formação) para formação em ATER.
3 - Construção do conhecimento	1 - Realização de atendimento à comunidade.
	2 - Realização de formação integrativa.
4 - Inovação tecnológica, pedagógica e de apoio à comercialização	1 - Apoio institucional para atividades formativas relacionadas às disciplinas de Extensão Rural e correlatas. Desenvolvimento de habilidades nos discentes para formação em assistência técnica e assessoria econômico-financeira.
	2 - Orientação para propagação de práticas mais sustentáveis, de baixa emissão de carbono, agroecológicas ou orgânicas que assegurem a conservação dos recursos naturais e produtivos em assentamentos da reforma agrária.
	3 - Orientação para o desenvolvimento e ou aprimoramento dos canais de comercialização pelos diferentes grupos da agricultura familiar.
	4 - Fomento ao empreendedorismo e negócios de impacto em assentamentos da reforma agrária com foco nos jovens rurais, mulheres, povos e comunidades tradicionais para promoção de processos de inovação nas cadeias de produtos e serviços da agricultura familiar e da sociobiodiversidade.
	5 - Intercambiar as experiências de extensão universitária com mobilização de equipes e agricultores familiares, envolvendo as instituições de ensino superior, médio tecnológico e de educação do/no campo em alternância e dos camponeses.
	6 - Promoção de formação de extensão universitária específica para povos e comunidades tradicionais.
5 - Validação de metodologias desenvolvidas	1 - Realização de evento presencial de encerramento.

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

Quadro 5: Metas e etapas do PROFOREXT.

Meta	Etapa
1 - Formação de equipe de trabalho para condução das atividades	1 - Constituição de espaços formativos dedicados à Extensão Universitária em cursos de graduação da instituição de ensino.
	2 - Formação e nivelamento de equipe.
2 - Encontros de formação sócio profissional	1 - Qualificação de profissionais recém-formados, estagiários e jovens assentados de reforma agrária ou de territórios tradicionais (ALFs) para formação em extensão universitária.
3 - Planejamento das ações da equipe técnica e com a comunidade	1 - Planejamento de atividades da equipe técnica.
	2 - Realização de formação integrativa.
4 - Inovação tecnológica, pedagógica e de apoio à comercialização	1 - Elaboração e acompanhamento de projetos.
5 - Validação de metodologias desenvolvidas	1 - Seminário Integrador de resultados finais dos subprojetos e do Projeto de Extensão Universitária.

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

Através dessa estratégia de atuação, os integrantes do programa têm a oportunidade de participar de atividades produtivas variadas no meio rural em diversas regiões do país. No que se refere aos estabelecimentos familiares, a presença dessa diversidade profissional tende a contribuir para a qualificação dos sistemas produtivos, desde a produção, beneficiamento e processamento, até a apresentação e comercialização dos produtos.

Desta forma, a metodologia do PROFOREXT foi criada em alinhamento com os princípios da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) instituída pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, elencados no Art. 3º, e explicitados nos itens III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; e IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis (Brasil, 2010).

Essa estrutura metodológica do PROFOREXT também está alinhada com as diretrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotada por 193 países, incluindo o Brasil. A Agenda 2030 constitui um plano de ação global voltado para a erradicação da pobreza, proteção do planeta e promoção da prosperidade, da paz e da justiça até o ano de 2030, por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que

articulam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU Brasil, 2015).

Dentro desse contexto, o PROFOREXT destaca-se como uma iniciativa que converge com os princípios da Agenda 2030. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, o programa busca fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável em assentamentos da reforma agrária, alinhando-se a diversos ODS de forma direta e indireta. O Quadro 6 apresenta os ODS relacionados às ações do PROFOREXT.

Quadro 6: ODS relacionados às ações do PROFOREXT.

ODS	Relação com o PROFOREXT	Exemplo
1: Erradicação da Pobreza; 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Fortalecimento da agricultura familiar oferecendo conhecimento e ferramentas para que aumentem produtividade e renda.	Capacitação em gestão e acesso a mercados par fins de comercialização da produção, gerando emprego e renda dignos.
2: Fome Zero e Agricultura Sustentável	Promoção da agricultura sustentável e segurança alimentar dando acesso a alimentos nutritivos e suficientes, fortalecendo a produção local.	Implementação de técnicas agroecológicas para fins de aumento de produção de alimentos saudáveis, garantindo autossuficiência e comercialização.
4: Educação de Qualidade	Formação universitária profissional de agentes de ATER, disseminando conhecimento técnico e prático.	Ações que integram pesquisa e extensão rural, possibilitando a troca de conhecimentos entre estudantes e agricultores familiares.
5: Igualdade de Gênero	Valorização do equilíbrio de gênero, promovendo a participação e o protagonismo de mulheres e jovens nas atividades e nas cadeias produtivas.	Incentivo para mulheres assumirem cargos de liderança em cooperativas e organizações de produtores familiares, além de garantir acesso igualitário às capacitações e demais recursos.
10: Redução de Desigualdades	Foco em comunidades de assentamentos de reforma agrária, reduzindo a desigualdade social e econômica.	Acesso a assistência técnica para comunidades com pouco ou nenhum acesso.
17: Parcerias e Meios de Implementação	Estrutura organizacional construída em modelo de parceria entre governo, instituições de ensino e sociedade.	Colaboração e parceria entre MDA, INCRA e instituições de ensino.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da ONU Brasil (2015).

Além dos ODS mencionados no Quadro 6, o PROFOREXT se relaciona indiretamente a outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e o ODS 15 (Vida Terrestre), ao promover a agroecologia e práticas agrícolas sustentáveis, ajudando na proteção de ecossistemas, combatendo o desmatamento e sequestrando carbono no solo, e como o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes), a partir da regularização fundiária e do fortalecimento de associações e cooperativas nos assentamentos, contribuindo para a paz social e o acesso à justiça.

Assim, pode-se afirmar que o PROFOREXT constitui um instrumento altamente estratégico de implementação da Agenda 2030 no contexto rural do Brasil, especialmente por articular a formação acadêmica, com a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. A sua atuação contribui para transformar esses territórios vulneráveis em espaços de cidadania e de desenvolvimento, reafirmando assim o papel da extensão universitária como eixo fundamental para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados na Agenda 2030.

CAPÍTULO 2: Metodologia da Pesquisa e Contextualização do PROFOREXT em Goiás

O estudo teve o objetivo de analisar as contribuições do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 – PROFOREXT, para a formação de profissionais para atuarem como agentes de assistência técnica e extensão rural em assentamentos de reforma agrária em Goiás. De forma específica, buscou-se identificar o perfil dos participantes do programa, analisar o desenvolvimento das ações desses indivíduos dentro do programa de formação, reconhecendo as suas expectativas quanto à manutenção de suas atividades na ATER voltada para a agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária em Goiás e, ainda, identificar os impactos do programa em sua formação profissional.

Este trabalho caracteriza-se como um Estudo de Caso, desenvolvido sob uma abordagem dedutiva e qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. Essa abordagem, com delineamento descritivo, mostrou-se a mais adequada, uma vez que possibilitou a análise sistemática de dados para identificar padrões e compreender as contribuições do programa para a formação profissional de agentes de ATER para atuarem em assentamentos de reforma agrária em Goiás.

O delineamento descritivo da pesquisa teve como objetivo apresentar o perfil dos participantes, suas experiências e os impactos do programa em sua formação profissional. A investigação sobre esse programa piloto possibilitou novas perspectivas e *insights* acerca da formação profissional de agentes de ATER e dos impactos para a agricultura familiar no estado de Goiás.

A abordagem qualitativa buscou compreender as experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos ao processo formativo proporcionado pelo PROFOREXT. A análise interpretativa dos conteúdos permitiu captar a complexidade das contribuições do programa para a formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás.

Os sujeitos da pesquisa foram estagiários e recém-formados que integraram a equipe do PROFOREXT em Goiás. Ao todo foram 10 participantes, sendo 7 estagiários e 3 recém-formados. A escolha dos participantes baseou-se no envolvimento direto nas atividades do programa, permitindo levantar informações sobre suas percepções e vivências ao longo do processo formativo.

Para a realização desta pesquisa, foram aplicados três questionários semiestruturados (Apêndices 2, 3 e 4), por meio da ferramenta *Google Forms*, sendo que,

cada um desses questionários foi aplicado em momentos distintos ao longo da execução do programa e possibilitaram aos participantes compartilharem suas percepções e vivências com maior flexibilidade. Esses questionários foram disponibilizados via *link* individual do *Google Forms* sem prazo fixado para respostas. Contudo, foram enviados lembretes aos participantes para garantir a adesão e minimizar a ausência de respostas. Todos os questionários incluíram perguntas fechadas, para coleta de dados estruturados, e perguntas abertas, para permitir que os participantes descrevessem experiências, impressões e reflexões de forma mais detalhada.

Importante destacar que o projeto de pesquisa vinculado a este estudo foi devidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo obtido parecer substanciado favorável (Anexo 1) e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1) antes da aplicação dos questionários, garantindo participação voluntária e confidencialidade das informações fornecidas.

Essa estratégia possibilitou a coleta de dados de forma flexível e segura, permitindo que os participantes compartilhassem suas percepções de maneira espontânea, ao mesmo tempo em que possibilitou o controle sobre o cronograma desta pesquisa e a integridade dos dados obtidos.

O Questionário 1 foi aplicado no momento em que os participantes da pesquisa ingressaram no programa. O objetivo deste questionário foi traçar o perfil socioeconômico, acadêmico e formativo desses sujeitos no início da sua participação no programa. A parte inicial do instrumento buscou identificar aspectos pessoais, como sexo, cor/raça, pertencimento a comunidades tradicionais ou assentamentos, vínculo com a agricultura familiar, além de informações acadêmicas, como qual curso está realizando e em que período se encontra. A segunda parte do questionário abordou aspectos específicos relacionados às experiências, acadêmicas ou não, já vivenciadas pelos participantes com relação a agricultura familiar e temas correlatos, bem como quais habilidades julgam relevantes para o desenvolvimento das atividades propostas pelo programa. Além disso, buscou-se identificar quais as expectativas iniciais desses sujeitos em relação à sua participação no PROFOREXT, no momento do ingresso no programa.

O Questionário 2 foi aplicado no momento em que as atividades do programa estavam em pleno andamento, com os participantes atuando ativamente junto às comunidades. Teve como objetivo identificar as percepções iniciais dos participantes a respeito das visitas realizadas às áreas de assentamentos de reforma agrária contemplados pelo PROFOREXT em Goiás. A finalidade desse instrumento foi captar a avaliação dos

participantes quanto à facilidade de acesso às comunidades, quais as principais dificuldades e limitações, potencialidades e demandas locais, bem como a receptividade das comunidades. Além disso, o questionário ainda abordava o nível de motivação do participante para dar seguimento às suas atividades dentro do programa, o que permitiu identificar o grau de envolvimento e de engajamento desses indivíduos após as primeiras visitas. Esses dados subsidiaram a análise do processo formativo proporcionado pelo programa, principalmente quanto à vivência prática e à construção de vínculos com as comunidades atendidas.

Por fim, o Questionário 3 foi aplicado no momento de finalização das atividades do programa. O objetivo desse instrumento foi avaliar os efeitos do PROFOREXT na formação profissional dos participantes. O instrumento teve a finalidade de compreender se, na percepção dos participantes, o programa contribuiu significativamente para a sua trajetória formativa, além de identificar as principais dificuldades e/ou limitações enfrentadas durante a execução das atividades de formação. Esse questionário foi essencial para identificar as impressões consolidadas após o período de vivências e de ações realizadas em parceria com as comunidades atendidas pelo programa em Goiás, bem como compreender as perspectivas profissionais dos participantes da pesquisa quanto a sua atuação na área de assistência técnica e extensão rural após a participação no PROFOREXT.

Os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários foram organizados, sistematizados e submetidos à análise de conteúdo, seguindo os preceitos metodológicos propostos por Bardin (1977). O objetivo dessa análise foi identificar temas recorrentes, padrões de respostas e sentidos atribuídos às experiências vivenciadas pelos participantes, o que possibilitou compreender aspectos objetivos e subjetivos dessas vivências relatadas. Para isso, foi feita a codificação das respostas abertas, em que unidades de registro foram destacadas e agrupadas de acordo com similaridades de conteúdo, formando categorias temáticas que refletissem os eixos principais de análise do estudo. Essa metodologia permitiu uma leitura cuidadosa e interpretativa dos dados, articulando as informações em conformidade com a abordagem interpretativa que norteia essa pesquisa.

A análise de conteúdo aqui realizada seguiu três etapas principais, conforme Bardin (1977) propõe: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Na etapa de pré-análise, realizou-se a leitura minuciosa de todas as respostas, identificando ideias centrais e possíveis categorias iniciais. Posteriormente, durante a etapa de exploração do material, as respostas foram codificadas, agrupadas e categorizadas de acordo com os temas emergentes, considerando aspectos explícitos e

implícitos. Os dados foram categorizados em temas relacionados: ao perfil e à experiência dos participantes; às vivências e ao desenvolvimento das atividades do programa; às expectativas e à motivação para atuação em ATER; às contribuições do programa para a formação profissional; e às limitações e aos desafios enfrentados durante o processo formativo. Por fim, na etapa de tratamento e interpretação dos resultados, as categorias foram analisadas frente ao referencial teórico, o que permitiu identificar os significados, as percepções e as contribuições do PROFOREXT para a formação profissional de agentes ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás. Esse procedimento garantiu uma análise sistemática, consistente e aprofundada, alinhada aos objetivos dessa pesquisa.

Além da análise dos dados obtidos a partir dos questionários aplicados, foi realizada análise documental dos relatórios mensais encaminhados pela coordenação regional do programa na UFG à coordenação geral do PROFOREXT, bem como dos relatórios e demais materiais elaborados pela equipe PROFOREXT na UFG. Os relatórios apresentaram informações sobre as atividades mensais desenvolvidas, a participação efetiva dos participantes da pesquisa, bem como os eixos e metas atendidos com as atividades desenvolvidas em cada um desses períodos. Essa análise foi extremamente importante, uma vez que possibilitou a identificação do progresso e aprimoramento das ações desenvolvidas pelos participantes.

Adicionalmente, realizou-se uma análise, também documental, do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Goiás, com o objetivo de verificar em que medida o projeto pedagógico contempla e subsidia a realização de atividades de extensão pelos estudantes do curso de graduação em Agronomia da instituição. Essa análise buscou compreender como o PPC incorpora, de forma teórica e prática, elementos relacionados à formação de profissionais voltados à ATER e à agricultura familiar.

A partir dessa análise, foram examinadas as ementas das disciplinas do curso, selecionando-se aquelas que apresentavam maior relação com a temática desta pesquisa. As disciplinas selecionadas foram: Administração Rural, Agroecologia, Economia Rural e Políticas de Desenvolvimento Rural e Sociologia Rural. O objetivo dessa seleção e análise foi identificar de que maneira a extensão rural é abordada nos ambientes de ensino-aprendizagem, destacando as conexões entre o conteúdo curricular e a atuação profissional na área de ATER. Posteriormente, foram examinados os planos de ensino de cada uma dessas disciplinas, observando a presença de temas, metodologias e práticas que dialogam com os princípios da extensão e com a formação desses profissionais.

O resultado dessa avaliação foi sistematizado e categorizado em quatro aspectos: distribuição de carga horária da disciplina; conexões com a ATER e a agricultura familiar; diálogo com as ações e metodologias do PROFOREXT; e pontos de atenção e sugestões. Essa categorização permitiu compreender, de forma estruturada, como o PPC contribuiu para a integração entre ensino, pesquisa e extensão na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável.

De forma ampla, o presente estudo teve o objetivo de gerar conhecimento para avaliar as contribuições do PROFOREXT na formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás. O PROFOREXT busca qualificar agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e o desenvolvimento rural nas comunidades. A pesquisa avaliou a contribuição do programa para a formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária em Goiás, destacando a eficácia da abordagem participativa e oferecendo subsídios para aprimorar políticas de ATER, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar.

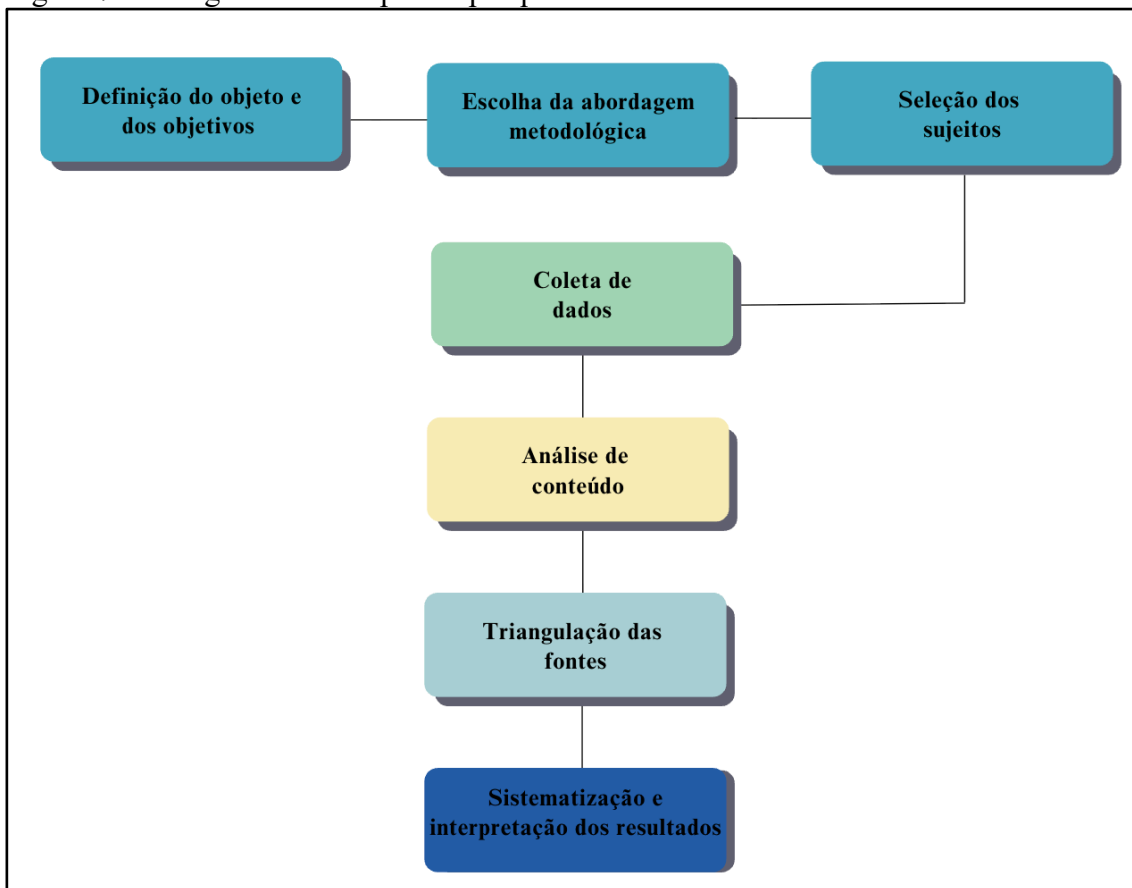
Durante a realização da pesquisa foram identificados desafios e limitações, tanto no processo de coleta de dados quanto de sistematização e análise. Um dos desafios refere-se à sistematização dos dados obtidos a partir dos questionários, uma vez que seu caráter misto, com questões abertas e fechadas, exigiu uma metodologia ampla de análise de conteúdo.

Além disso, limitações relacionadas à disponibilidade dos participantes para responderem aos questionários podem ter exercido influência na profundidade de algumas respostas, principalmente nas questões abertas, o que exigiu cuidados adicionais na interpretação dos dados, considerando a presença de lacunas e/ou vieses na análise.

Contudo, para que se minimizassem os efeitos dos desafios e das limitações mencionadas, foi adotada estratégia de triangulação de fontes a partir do cruzamento dos dados obtidos a partir dos questionários, dos relatórios mensais da coordenação regional, dos relatórios e outros materiais elaborados pela equipe PROFOREXT na UFG, além das informações contidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Agronomia da instituição. Essa estratégia buscou assegurar a credibilidade aos dados obtidos, possibilitando uma análise mais aprofundada das contribuições do PROFOREXT para a formação profissional de agentes de assistência técnica e extensão rural para assentamentos de reforma agrária em Goiás.

Para melhor compreensão, a Figura 7 apresenta um fluxograma das etapas da presente pesquisa.

Figura 7: Fluxograma das etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

CAPÍTULO 3: Análise dos resultados e contribuições do PROFOREXT para a ATER em Goiás

3.1. Análise dos Relatórios Mensais do PROFOREXT em Goiás

Desde o início de sua implantação, o PROFOREXT tem sido acompanhado de forma sistemática pela coordenação geral do programa a partir de relatórios mensais enviados pelas coordenações regionais. Além disso, as equipes elaboram, sistematicamente, relatórios de todas as atividades por eles desenvolvidas. Para o presente estudo, foram analisados os relatórios mensais encaminhados pela coordenação regional do PROFOREXT na UFG à coordenação geral do programa, no período compreendido entre março de 2024 e fevereiro de 2025, totalizando doze relatórios, quando o programa completou um ano de atuação na instituição. Além disso, foram avaliados também os relatórios e outros materiais elaborados pela equipe do programa na UFG ao longo de suas atividades desenvolvidas.

O primeiro relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de março de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, uma recém-formada e quatro estagiários. As atividades desenvolvidas no período compreenderam dois dias de atividades formativas direcionadas para a recém-formada e os estagiários do programa, além de duas visitas às comunidades de assentamentos de reforma agrária contemplados pelo programa, Assentamento Reata, localizado no município de Jussara e Assentamento Serra, localizado no município de Pires do Rio.

De acordo com o relatório, as atividades formativas realizadas envolveram a promoção de diálogo a respeito da extensão universitária e como o agente de assistência técnica e extensão rural pode atuar nas comunidades de assentamentos de reforma agrária. Foram apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelo agente de ATER baseadas na metodologia participativa de trabalho. A formação envolveu ainda a participação de membros de movimentos sociais, entidades rurais e da superintendência do MDA em Goiás.

No que se refere às visitas ao Assentamento Reata e ao Assentamento Serra, o relatório destaca que durante a ação foram realizadas diversas atividades, entre as quais: rodas de conversa para apresentação do grupo e apresentação do projeto; construção participativa do mapa e do histórico do assentamento; visita aos lotes, com enfoque nos quintais produtivos e na disponibilidade de água; e início da construção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), por meio das seguintes etapas: apresentação da equipe de

facilitadores na comunidade, análise da situação atual com seus problemas, potencialidades e limitações, e aprofundamento destes com busca por soluções viáveis. Nessa construção, foram utilizados os métodos de *Observação Participante*, *Mapa da Comunidade*, *Linha do Tempo* e *Travessia*.

O segundo relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de abril de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, uma recém-formada, quatro estagiários e dois agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam a participação no evento Espaço das Profissões realizado pela UFG.

De acordo com o relatório, a participação da equipe no evento Espaço das Profissões da UFG possibilitou a apresentação dos principais objetivos e ações do programa à comunidade acadêmica e sociedade em geral. O momento mostrou-se enriquecedor do ponto de vista formativo, uma vez que recém-formada e estagiários puderam compartilhar suas experiências e possibilidades de atuação profissional.

O terceiro relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de maio de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, uma recém-formada, quatro estagiários e dois agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam a participação no Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado em Brasília-DF; participação na Feira Agro Centro-Oeste Familiar, realizada em Mineiros-GO; participação em capacitação de acesso a crédito, promovida pelo INCRA-GO, para famílias assentadas e comunidades tradicionais; e uma visita com três dias de duração à comunidade do Assentamento Reata.

De acordo com o relatório, durante o Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado em Brasília-DF, a equipe pode participar de painéis sobre a construção do Sistema Unificado de ATER para a agricultura familiar, sobre concepções, trajetórias, contexto atual, resultados, desafios e perspectivas da PNATER e, ainda, sobre a ANATER e como é a estratégia nacional de oferta de ATER e a formação dos extensionistas/agentes de ATER com foco na Agroecologia. Além disso, a equipe ainda participou de sala com a temática Ensino, Pesquisa e Extensão, promovida pelo então assessor da Presidência da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), professor Edward Madureira Brasil, um dos fundadores e idealizadores do PROFOREXT, e de sala com a temática de ATER para Assentamentos da Reforma Agrária, que contou com diversos relatos de experiência e com uma apresentação das ações do PROFOREXT em todo o país.

Posteriormente, o relatório destaca a participação da equipe na Feira Agro Centro-Oeste Familiar, realizada em Mineiros-GO. O grupo participou de roda de conversa sobre Agroecologia, promoveu a aplicação de questionário sobre manifestações de interesse na participação da Feira Agro Centro-Oeste Familiar 2025, visitou a Comunidade Quilombola do Cedro, conhecendo parte dos seus integrantes e o centro de plantas medicinais, e ainda pode trocar experiências com diversos agricultores familiares presentes no evento.

De acordo com o relatório, a participação em ambos os eventos representou oportunidade de formação e aprimoramento profissional, ampliando os conhecimentos da equipe em temas relevantes para a agricultura familiar e reforma agrária. As atividades realizadas destacaram a importância da assistência técnica e extensão rural como ferramenta para o desenvolvimento sustentável do setor, bem como a necessidade de valorização e fortalecimento dos agricultores familiares.

Quanto a participação na capacitação de acesso a crédito, promovida pelo INCRA-GO, para famílias assentadas e comunidades tradicionais, o relatório informa que a equipe pode adquirir conhecimentos a respeito dos instrumentos disponíveis, os critérios de elegibilidade e os trâmites necessários para a solicitação de acesso a crédito, com o intuito de orientar devidamente e corretamente as famílias atendidas pelo programa.

Ainda de acordo com o relatório, no que se refere à visita à comunidade do Assentamento Reata, o documento informa que, durante a ação, a equipe aplicou um questionário habitacional, para identificação de demandas por moradia, seja construção ou reforma/ampliação, e aplicou um questionário agrônomo, para diagnosticar as atividades produtivas das famílias assentadas. A visita da equipe contemplou todos os lotes do assentamento e permitiu o contato direto com as famílias.

O quarto relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de junho de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, uma recém-formada, quatro estagiários e três agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam uma visita com três dias de duração à comunidade do Assentamento Serra; visita à comunidade quilombola contemplada pelo programa, comunidade Tomás Cardoso, localizada no município de Santa Rita do Novo Destino; reunião com representante do escritório do MDA-GO; uma segunda visita, esta com dois dias de duração, à comunidade quilombola Tomás Cardoso; e uma visita à comunidade do Assentamento Reata.

De acordo com o relatório, durante a visita à comunidade do Assentamento Serra, foi aplicado um questionário habitacional, para identificação de demandas por moradia, seja construção ou reforma/ampliação, e um questionário agrônômico, para diagnosticar as atividades produtivas das famílias assentadas.

A visita da equipe contemplou todos os lotes do assentamento e permitiu o contato direto com as famílias. Durante essa atividade, a equipe teve contato com as famílias que fazem parte da Associação de Pequenos Produtores Rurais Serra (APPROSERRA) e da associação A Sombra da Serra. A ação possibilitou uma percepção mais próxima da realidade das famílias assentadas. Alguns pontos observados foram a dificuldade com relação ao acesso à água e energia, além de fortes indícios de uma delicada situação de insegurança alimentar.

De acordo com o relatório, ao final do segundo dia da visita, observou-se uma quebra de expectativas, uma vez que parte das famílias não demonstraram interesse nas atividades propostas, o que parece estar ligado a questões internas e conflitos locais. Embora a atividade não tenha sido concluída conforme planejado, uma vez que não foi possível a aplicação dos questionários para todas as famílias assentadas, o relatório retrata que, apesar dos desafios, a equipe pôde observar de forma mais próxima o cotidiano da comunidade, o que tornou a experiência rica em aprendizados e reflexões.

Quanto à visita à comunidade quilombola Tomás Cardoso, foram realizadas diversas ações, entre as quais: rodas de conversa para apresentação do grupo e apresentação do projeto; construção participativa do mapa e do histórico da comunidade; visita aos lotes, com enfoque nos quintais produtivos, produção de suínos, horticultura e na disponibilidade de água; e início da construção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), por meio das seguintes etapas: apresentação da equipe de facilitadores na comunidade, análise da situação atual com seus problemas, potencialidades e limitações, e aprofundamento destes com busca por soluções viáveis. Nessa construção, foram utilizados os métodos de *Observação Participante*, *Mapa da Comunidade*, *Linha do Tempo* e *Travessia*.

Quanto à reunião com representante do escritório do MDA-GO, tratou-se de atividade conduzida diretamente pela coordenação regional do programa, em uma iniciativa que teve como objetivo articular futuras ações de formação e capacitação para a equipe. Tal articulação é fundamental para fortalecer os vínculos institucionais entre o programa e o MDA-GO, contribuindo para a consolidação e o aprimoramento das ações desenvolvidas.

Quanto à segunda visita à comunidade quilombola Tomás Cardoso, esta compreendeu um período de dois dias e teve como objetivo a realização da coleta de solos para análise laboratorial, além da aplicação de questionários. Foram aplicados questionários estruturados nos dois dias de visita, com as famílias residentes e presentes na comunidade. Foram abordados temas acerca da produção, técnicas agrícolas utilizadas, desafios enfrentados na produção de alimentos, sejam esses vegetais ou animais, além das limitações de acesso a recursos diversos e insegurança alimentar. Foram realizadas visitas às áreas para observação direta das condições de cultivo, infraestrutura e problemas enfrentados pelos agricultores.

De acordo com o relatório, durante a aplicação dos questionários, a equipe observou a precariedade das moradias e os desafios significativos enfrentados pela comunidade no que se refere ao preparo do solo, escolha de culturas e manejo agrícola. Muitas famílias expressaram a necessidade de orientação técnica e capacitação nos cultivos e criações, além da comercialização de produtos artesanais.

Por fim, de acordo com o relatório, quanto à visita à comunidade do Assentamento Reata, esta teve o intuito de prestar assistência técnica em um dia de campo de bovinocultura de leite. A experiência proporcionou à equipe um dia de imersão na rotina e nas práticas dos agricultores locais, oferecendo novas perspectivas sobre os desafios por eles enfrentados. Os objetivos da oficina de bovinocultura de leite foram capacitar os agricultores, o ALF participante e a equipe do programa com conhecimentos atualizados e práticas recomendadas; orientar os produtores sobre técnicas de manejo, práticas de saúde preventiva e manejo sanitário, visando reduzir doenças, aumentar o bem-estar animal e a qualidade do leite produzido; introduzir práticas na produção de leite que incentivem o uso eficiente de recursos naturais e a adoção de tecnologias adequadas ao contexto local e a realidade socioeconômica das famílias; e fortalecer a capacidade dos produtores de leite do assentamento, contribuindo para o desenvolvimento das famílias através da principal atividade produtiva desses agricultores familiares.

A metodologia adotada na ação permitiu uma abordagem holística e integrada do desenvolvimento da bovinocultura de leite no assentamento, garantindo que as intervenções fossem adaptadas às necessidades locais e que os agricultores fossem capacitados de maneira eficaz.

O quinto relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de julho de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, uma recém-formada, cinco estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam participação em reuniões semanais

da equipe; sistematização de dados e elaboração de material sobre os resultados do questionário aplicado no Assentamento Reata; participação no evento de lançamento do aplicativo *Assistente PNAE*, realizado em Goiânia-GO; participação em capacitação promovida pelo INCRA; visita com dois dias de duração à comunidade de assentamento de reforma agrária contemplado pelo programa, Assentamento Oziel Alves Pereira, localizado no município de Baliza; visita com três dias de duração à comunidade do Assentamento Serra.

De acordo com o relatório, a partir desse momento, a equipe passou a realizar reuniões semanais para discutir as ações que estão em andamento e planejamento das próximas atividades a serem realizadas. A organização do trabalho coletivo é fundamental para o bom andamento das ações e consolidação do processo formativo da equipe. A realização de reuniões semanais a partir desse momento, fortaleceu o programa na UFG e contribuiu substancialmente para o processo formativo.

Posteriormente, o relatório apresenta o trabalho da equipe quanto à sistematização de dados e elaboração de material sobre os resultados dos questionários aplicados no Assentamento Reata. A análise feita pela equipe abordou uma breve contextualização do assentamento e a apresentação de índices resultantes do DRP elaborado a partir das primeiras visitas. Aspectos importantes a respeito da produção animal foram relatados, como: as espécies de animais criados, principais desafios na produção animal, principais mercados alvo para a produção, manejo ambiental, aspectos éticos e bem-estar animal, além de dúvidas e interesses das famílias dentro da produção animal. Também foram relatados aspectos importantes sobre a produção vegetal no assentamento, como: os tipos de produção existentes nas áreas, os principais desafios da produção, quais os sistemas produtivos que as famílias gostariam de implantar, quais técnicas de cultivo são atualmente utilizadas, quais os métodos de controle de pragas e doenças, quais as formas de irrigação adotadas e quais os canais de comercialização que utilizam.

Ainda de acordo com o relatório, a equipe esteve presente no evento de lançamento do aplicativo *Assistente PNAE*, realizado em Goiânia-GO. O evento contou a presença do então ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira, e marcou o lançamento do aplicativo desenvolvido pela UFG com financiamento do MDA, em parceria com instituições nacionais e internacionais. A ferramenta foi desenvolvida para facilitar a gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e promover o fortalecimento da agricultura familiar.

Quanto à participação em capacitação promovida pelo INCRA, o relatório informa que a ação envolveu mais de cem pessoas do PROFOREXT, ou seja, foi uma

capacitação promovida pelo INCRA com foco para todos os estagiários e recém-formados de todas as instituições que integram o programa. Os temas abordados na capacitação envolveram o Plano Safra, a utilização dos serviços da Sala de Cidadania do INCRA, a emissão do CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), a aplicação de recursos dos créditos iniciais em novos assentamentos e territórios recém regularizados, além da elaboração de projetos para acesso ao PRONAF.

Os objetivos principais da capacitação foram apontar as prioridades de atendimento no âmbito da assistência técnica e extensão rural, contextualizando as características diversas dos assentamentos e das comunidades, e como essa diversidade influencia no cotidiano, na formação e na aplicação de políticas públicas. Alguns pontos abordados foram a necessidade de inclusão e aprimoramento dos sistemas produtivos, a gestão dos recursos naturais, a fragilidade das organizações sociais e redes, e a necessidade urgente de se reverter a dificuldade de acesso aos mercados, além da insegurança alimentar e nutricional presente nas comunidades.

A capacitação foi uma ação de extrema importância para a equipe uma vez que trouxe toda uma contextualização sobre o desenvolvimento do trabalho da ATER no país, destacando a estrutura governamental do INCRA, em uma iniciativa construída com forte participação popular, em união com instituições de ensino e poder público, buscando a promoção de assistência às famílias do meio rural. A capacitação abordou, ainda, a criação da PNATER e a sua importância para a consolidação da ATER pública no Brasil.

Quanto à visita à comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira, trata-se da primeira visita da equipe à comunidade e compreendeu um período de três dias. Durante a visita foram realizadas diversas ações, entre as quais: rodas de conversa para apresentação dos grupos da comunidade e da equipe do programa, bem como do projeto e seus objetivos; construção participativa do mapa e do histórico da comunidade; visita às três grandes áreas do assentamento, Rio do Peixe, Água Branca e Caracol, com enfoque nos quintais produtivos, nos sistemas produtivos existentes e na necessidade de diversificação, na atuação da associação dentro da comunidade; e início da construção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

Por fim, o relatório ainda destaca a participação da equipe em uma visita com dois dias de duração à comunidade do Assentamento Serra. Durante essa atividade, a equipe aplicou os questionários estruturados remanescentes da última visita, com o objetivo de coletar dados sobre as práticas agrícolas, as condições de cultivo e os desafios enfrentados pelas famílias. Os questionamentos abordaram aspectos como irrigação, fertilização, manejo de solo e controle de pragas e doenças. A coleta de informações foi realizada com

a participação ativa dos produtores, permitindo uma compreensão detalhada das suas necessidades e condições. Além disso, a visita também focou na orientação técnica, a partir de sugestões para aprimoramento de técnicas de cultivo, comercialização, estratégias para conservação do solo e métodos de controle integrado de pragas.

De acordo com o relatório, a visita foi de grande importância para a equipe, uma vez que proporcionou a finalização da etapa de aplicação de questionários e fortaleceu o vínculo com a comunidade, a partir da escuta atenta e da orientação técnica alinhada às necessidades apontadas pelas famílias.

O sexto relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de agosto de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, cinco estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam reunião de planejamento com os estagiários; três reuniões de planejamento com os ALFs do Assentamento Oziel Alves Pereira; reunião com a direção do Colégio Estadual Oziel Alves Pereira; participação de ALF do Assentamento Reata em curso de capacitação em inseminação artificial em bovinos; treinamento da equipe sobre a Plataforma de Governança Territorial; além de participação em atividade de práticas agroecológicas com os ALFs do Assentamento Oziel Alves Pereira.

De acordo com o relatório, foram realizadas uma reunião de planejamento com os estagiários da equipe e três reuniões de planejamento com os ALFs do Assentamento Oziel Alves Pereira. Os encontros foram direcionados pela coordenação regional com o apoio da supervisão e tiveram o objetivo de alinhar as demandas das comunidades às ações do programa, viabilizando a elaboração de propostas mais eficazes e direcionadas às necessidades das famílias. Esse trabalho de alinhamento é fundamental, pois fortalece o vínculo entre os membros da equipe e os agricultores familiares atendidos pelo programa, promovendo confiança mútua, cooperação e maior engajamento nas ações desenvolvidas.

Quanto à reunião com a direção do Colégio Estadual Oziel Alves Pereira, o relatório informa que esta teve o objetivo de promover a implementação de uma horta escolar na instituição educacional localizada dentro do Assentamento Oziel Alves Pereira. Esse trabalho evidencia o compromisso do programa com a promoção da educação ambiental e da segurança alimentar, além de fortalecer os laços entre a comunidade escolar do assentamento, as famílias e a equipe do programa por meio de ações práticas e integradoras.

Quanto à participação de ALF do Assentamento Reata no curso de capacitação em inseminação artificial em bovinos, esta representou uma importante oportunidade de formação, visando à multiplicação do conhecimento dentro da própria comunidade. A proposta, encaminhada pela supervisão da equipe do programa, teve como objetivo capacitar o ALF da comunidade para que este pudesse compartilhar o aprendizado com as famílias assentadas, contribuindo para o fortalecimento das práticas produtivas locais.

O relatório traz ainda a participação da equipe em treinamento sobre a Plataforma de Governança Territorial. A plataforma integra diversos serviços do INCRA, possibilitando a emissão de documentos, solicitação de títulos, atualização cadastral e acompanhamento de demandas. A capacitação da equipe para o uso da plataforma teve como objetivo preparar os integrantes para a utilização eficiente da ferramenta, garantindo maior autonomia e agilidade no atendimento às demandas das famílias.

Por fim, o relatório informa sobre a participação da equipe em atividade de práticas agroecológicas com os ALFs do Assentamento Oziel Alves Pereira. A iniciativa teve como foco o fortalecimento dos conhecimentos práticos e teóricos sobre agroecologia, promovendo a troca de saberes, o incentivo à produção sustentável e o engajamento dos ALFs nas ações desenvolvidas no assentamento.

O sétimo relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de setembro de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, dois recém-formados, sendo um engenheiro agrônomo e um engenheiro florestal, seis estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam três reuniões de planejamento com os estagiários; participação em oficina sobre fertilidade do solo e habitação rural, no Assentamento Serra; participação em oficina sobre criação de aves e habitação rural, no Assentamento Reata; participação em oficina com os ALFs do Assentamento Oziel Alves Pereira sobre práticas agroecológicas; participação em oficina sobre práticas agroecológicas com estudantes do Colégio Estadual Oziel Alves Pereira; participação em oficina de produção de olerícolas, com estudantes do 8º e 9º ano do Colégio Estadual Oziel Alves Pereira; participação em atividade de produção de mudas com os ALFs do Assentamento Oziel Alves Pereira; construção de horta no Colégio Estadual Oziel Alves Pereira; e participação no evento *Intercâmbio e nivelamento conceitual e metodológico das experiências de ATER do PROFOREXT*, realizado no município de Luís Correia, no estado do Piauí.

A realização das reuniões de planejamento consolidou-se uma prática dentro da equipe e tem o objetivo de manter o alinhamento entre as ações do programa e as

demandas das comunidades atendidas. Os encontros são mediados e direcionados pela coordenação regional com o apoio da supervisão.

Quanto às oficinas realizadas sobre fertilidade do solo, habitação rural, criação de aves, práticas agroecológicas e produção de olerícolas, todas foram promovidas com o objetivo de levar conhecimento técnico qualificado às comunidades, em alinhamento com as demandas dos agricultores familiares que foram identificadas por meio dos DRPs elaborados pela equipe a partir das visitas realizadas.

A participação da equipe nessas ações é de fundamental importância, pois promove a formação técnica dos agricultores, fortalece o vínculo entre a equipe do programa e as comunidades e contribui para a construção de soluções mais adequadas às realidades locais.

Quanto à participação em atividade de produção de mudas com os ALFs do Assentamento Oziel Alves Pereira e a atividade de construção de horta no Colégio Estadual Oziel Alves Pereira, foram ações que tiveram o objetivo de incentivar práticas sustentáveis, promover a educação ambiental e fortalecer o protagonismo dos jovens nas atividades agroecológicas dentro dos assentamentos.

Por fim, o relatório destaca a participação da equipe no evento *Intercâmbio e nivelamento conceitual e metodológico das experiências de ATER do PROFOREXT*. O evento ocorreu em Parnaíba, no estado do Piauí, entre os dias 23 e 26 de setembro de 2024. No evento, estiveram presentes a coordenadora geral do programa, coordenadores regionais, supervisores, recém-formados, estagiários discentes e ALFs das dezesseis universidades federais e estaduais e institutos federais de ensino que fazem parte do PROFOREXT. Além destes, o evento contou também com a presença de gestores públicos, profissionais das ciências agrárias e representantes da sociedade civil de todo o país.

As atividades envolveram a realização de palestras, oficinas e rodas de conversa com trocas de saberes, nas quais foram abordados temas decisivos para o desenvolvimento sustentável no meio rural, através da implementação de tecnologias diversas, em favor da preservação ambiental e promoção do fortalecimento da agricultura familiar. Os debates foram importantes principalmente para os jovens participantes, que representam o futuro dos assentamentos de reforma agrária e desempenham um papel essencial na continuidade e inovação das práticas agrícolas sustentáveis no país.

O oitavo relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de outubro de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, dois recém-formados, sendo um engenheiro agrônomo e um

engenheiro florestal, seis estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam cinco reuniões semanais de planejamento com os estagiários e sistematização dos dados dos questionários aplicados nas comunidades Serra e Tomás Cardoso; participação dos ALFs e do engenheiro agrônomo recém-formado em reunião com a equipe do INCRA-GO, no Assentamento Oziel Alves Pereira; participação dos ALFs e do engenheiro florestal recém-formado em reunião com os ALFs da comunidade Tomás Cardoso; participação em atividade de plantio de mudas e manejo na horta construída no Colégio Estadual Oziel Alves Pereira; visita à comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira; visita com três dias de duração à comunidade do Assentamento Serra.

No que se refere às reuniões semanais com os estagiários do programa, estas têm a finalidade de discutir as ações que estão em andamento e planejar as próximas atividades. O trabalho coletivo é fundamental para o andamento das ações e consolidação do processo formativo da equipe.

Quanto à sistematização de dados dos questionários aplicados nas comunidades Serra e Tomás Cardoso, tratou-se de uma análise feita pela equipe abordando uma breve contextualização das comunidades e a apresentação de índices resultantes do DRP elaborado a partir das primeiras visitas. Aspectos importantes a respeito da produção vegetal foram abordados, como: os tipos de produção existentes nas áreas, os principais desafios da produção, quais as dúvidas das famílias a respeito dos sistemas de produção vegetal, quais os sistemas produtivos que as famílias gostariam de implantar, quais técnicas e métodos de cultivo são atualmente utilizadas, quais os métodos de controle de pragas e doenças, quais as formas de irrigação utilizadas, quais os canais de comercialização que utilizam e quais os possíveis mercados para a produção.

Também foram sistematizados os dados a respeito da produção animal nas comunidades, como: as espécies de animais criados, principais dificuldades na produção, principais mercados para a produção, manejo ambiental, aspectos éticos e bem-estar animal, além de dúvidas e interesses das famílias dentro da produção animal.

Quanto à participação dos ALFs e do engenheiro agrônomo recém-formado em reunião com a equipe do INCRA-GO, no Assentamento Oziel Alves Pereira e à participação dos ALFs e do engenheiro florestal recém-formado em reunião com os ALFs da comunidade Tomás Cardoso, foram ações realizadas com o objetivo de alinhar o planejamento elaborado pela equipe com as demandas das comunidades do Assentamento Oziel Alves Pereira e Comunidade Tomás Cardoso.

Importante destacar que, dada a extensão do Assentamento Oziel Alves Pereira, a dinâmica de trabalho da equipe precisou ser construída de forma diferenciada da que se estabeleceu nas demais comunidades. O grupo que se consolidou para atendimento à comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira é composto por seis ALFs, uma voluntária e pelo engenheiro agrônomo recém-formado. Os ALFs são distribuídos entre as subdivisões do assentamento, sendo dois ALFs no Grupo Rio do Peixe, dois ALFs e uma voluntária do Grupo Caracol, e dois ALFs no Grupo Água Branca.

De acordo com o relatório, as atividades de plantio de mudas e manejo na horta construída no Colégio Estadual Oziel Alves Pereira contou com a participação da equipe em parceria com a comunidade e teve o objetivo não só de implantar o sistema de produção, mas também de fortalecer as relações entre o programa e a comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira.

A horta inserida no ambiente escolar torna-se um campo de estudo que permite o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas envolvendo educação ambiental e educação alimentar, unindo teoria e prática em um processo de contextualização, auxiliando na metodologia de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais e institucionais.

Quanto à visita à comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira, esta teve o objetivo de realizar coleta de solos para análise laboratorial e atividade de georreferenciamento em áreas onde serão implantadas culturas perenes e um quintal agroecológico.

Posteriormente, o relatório destaca a visita à comunidade do Assentamento Serra. Essa visita compreendeu um período de três dias e teve o objetivo de realizar coleta de solos para análise laboratorial.

O nono relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de novembro de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, dois recém-formados, sendo um engenheiro agrônomo e um engenheiro florestal, seis estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam quatro reuniões semanais de planejamento com os estagiários e sistematização dos dados dos questionários aplicados na comunidade Tomás Cardoso; participação com apresentação de trabalho no 21º CONPEEX – Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizado pela UFG; participação em reunião com pesquisadores da EMBRAPA Arroz e Feijão, no município de Santo Antônio de Goiás; participação em capacitação sobre créditos rurais, promovida pelo INCRA-GO; participação em oficina sobre habitação social na comunidade Tomás Cardoso;

participação em atividade de manejo na horta construída no Colégio Estadual Oziel Alves Pereira; participação em atividade de treinamento na condução de tomateiros, em oficina sobre quintais agroecológicos, em mutirão com a Cooperativa Agropecuária Integrada dos Produtores Familiares do Assentamento Oziel Alves Pereira e Região (COOPEROZIEL) para dar início ao plantio de mandioca e em oficina de cultura e manejo de arroz, feijão e amendoim na comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira; participação em curso de agroecologia, promovido pelo Instituto Federal Goiano - IFGOIANO – Campus Urutaí, em Goiás; participação na Semana Acadêmica da Escola de Veterinária e Zootecnia da UFG; e participação em reunião de avaliação e planejamento com os ALFs.

De acordo com o relatório, foram realizadas reuniões semanais de planejamento entre a coordenação regional, supervisoras e os estagiários com o objetivo de avaliar as atividades em andamento e alinhar as propostas de intervenções com as demandas encaminhadas pelas comunidades a partir dos DRPs elaborados.

Posteriormente, o relatório destaca a ação de sistematização dos dados dos questionários aplicados na comunidade Tomás Cardoso. Essa atividade teve o objetivo de organizar, interpretar e extrair informações a partir das respostas obtidas nos questionários aplicados, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das demandas, percepções e realidades vivenciadas pelos assentados da comunidade.

Quanto à participação com apresentação de trabalho no 21º CONPEEX – Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizado pela UFG, refere-se a mais uma importante etapa de formação da equipe, uma vez que permite o compartilhamento dos resultados parciais das pesquisas com a comunidade do meio acadêmico, além da troca de experiências com outros pesquisadores e favorece a formação de um olhar crítico sobre a prática extensionista. A participação no evento é uma ação que fortalece as habilidades de comunicação científica e estimula o engajamento com a produção de conhecimento.

Quanto à participação em reunião com pesquisadores da EMBRAPA Arroz e Feijão, no município de Santo Antônio de Goiás, trata-se de uma ação que permitiu o diálogo direto com especialistas da área de produção agrícola e promoveu a troca de conhecimentos técnicos, além de um alinhamento de propostas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Quanto à participação em capacitação sobre créditos rurais, promovida pelo INCRA-GO, de acordo com o relatório, refere-se a uma ação formativa voltada para o aprofundamento de conhecimentos sobre as linhas de crédito disponíveis para assentados da reforma agrária, condições de acesso, requisitos e possibilidades de aplicação.

Ainda de acordo com o relatório, no período, a equipe participou de oficina sobre habitação social na comunidade Tomás Cardoso, com o objetivo de discutir os principais desafios enfrentados pelas famílias em relação às condições de moradia, promover o acesso a informações a respeito dos programas habitacionais voltados ao meio rural e construir, de forma coletiva e participativa, propostas que atendam às especificidades da comunidade. A ação consolidou-se como um momento de escuta ativa e fortalecimento de vínculo entre a equipe e a comunidade, contribuindo significativamente para o planejamento de ações futuras.

O relatório ainda informa sobre a participação da equipe em atividade de manejo na horta construída no Colégio Estadual Oziel Alves Pereira. A ação teve o objetivo de aplicar técnicas de manejo de horta com a comunidade levando conhecimento técnico qualificado.

Posteriormente, o relatório informa sobre a participação da equipe em atividade de treinamento na condução de tomateiros, em oficina sobre quintais agroecológicos, em mutirão com a Cooper/Oziel para dar início ao plantio de mandioca e em oficina de cultura e manejo de arroz, feijão e amendoim na comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira. Todas essas ações foram planejadas pela equipe e construídas de modo a atender as demandas encaminhadas pelas famílias, considerando seus interesses produtivos, saberes locais e as condições específicas de cada área. As atividades tiveram caráter formativo e prático, promovendo o troca de experiências, o fortalecimento da autonomia produtiva e o incentivo ao uso de práticas sustentáveis de cultivo. As ações contribuíram para a promoção da diversificação da produção e a valorização do trabalho em coletividade, aspectos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar em comunidades de assentamento de reforma agrária.

O relatório informa, ainda, sobre a participação da equipe em curso de agroecologia, promovido pelo IFGOIANO – Campus Urutaí, em Goiás e participação na Semana Acadêmica da Escola de Veterinária e Zootecnia da UFG. Tais ações fortalecem a integração entre instituições e contribuem para a formação profissional da equipe.

Por fim, o relatório ainda informa sobre a participação da equipe em reunião de avaliação e planejamento com os ALFs das comunidades, em que foram discutidos os maiores desafios quanto aos sistemas produtivos nas comunidades e quais as possíveis estratégias para a serem adotadas.

O décimo relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de dezembro de 2024 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, dois recém-formados, sendo um engenheiro agrônomo e um

engenheiro florestal, seis estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam quatro reuniões semanais de planejamento com os estagiários e sistematização dos dados dos questionários aplicados nas comunidades; visita com três dias de duração para fins de orientações individualizadas, na comunidade do Assentamento Serra; elaboração de recomendações técnicas para produção de milho nas comunidades Tomás Cardoso e Assentamento Reata; participação em oficina de quintais agroecológico, reunião com ALFs, recém-formados e lideranças e visita com três dias de duração para fins de planejamento participativo para implantação de quintais produtivos na comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira; e participação em reunião de avaliação e planejamento com os ALFs.

De acordo com o relatório, as reuniões semanais de planejamento com os estagiários e sistematização dos dados dos questionários aplicados nas comunidades foram realizadas com o objetivo de organizar as informações coletadas, discutir os dados obtidos e planejar as próximas ações. Esses momentos são fundamentais, uma vez que contribuem para a compreensão das realidades locais e direcionamento das ações.

Quanto à visita com orientações individualizadas na comunidade do Assentamento Serra, esta compreendeu um período de três dias e teve o objetivo de entregar as análises de solo realizadas e as recomendações de adubação e manejo elaboradas pela equipe. Foram discutidas possibilidades de adubação, preços dos adubos, cronogramas de plantio e de adubação das áreas de interesse, além das possibilidades de comercialização e de diversificação dos sistemas produtivos, como a apicultura e a piscicultura.

A equipe também procedeu a elaboração de recomendações técnicas para produção de milho nas comunidades Tomás Cardoso e no Assentamento Reata, com base nas análises realizadas e nas informações obtidas por meio dos DRPs realizados.

Quanto à participação em oficina de quintais agroecológico, reunião com ALFs, recém-formados e lideranças e visita com três dias de duração para fins de planejamento participativo para implantação de quintais produtivos na comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira, foram ações realizadas na comunidade com o objetivo de promover a segurança alimentar, incentivar a produção de alimentos saudáveis e fortalecer a autonomia das famílias através do manejo sustentável dos recursos disponíveis nos próprios quintais produtivos da comunidade.

Por fim, o relatório informa quanto à participação da equipe em reunião de avaliação e planejamento com os ALFs. Essa ação teve o objetivo de integrar as experiências vivenciadas nas comunidades a partir das visitas realizadas, alinhar as

estratégias de atuação da equipe e fortalecer o processo formativo através do diálogo coletivo e da construção conjunta de ações futuras.

O décimo primeiro relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de janeiro de 2025 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, dois recém-formados, sendo um engenheiro agrônomo e um engenheiro florestal, seis estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam quatro reuniões semanais de planejamento com os estagiários e sistematização dos dados dos questionários aplicados nas comunidades; planejamento das oficinas para o ano de 2025; participação em reunião de planejamento, visita para fins de atendimento individualizado para orientação técnica quanto à produção de biofertilizantes e participação em mutirão de plantio de arroz na lavoura comunitária do Assentamento Oziel Alves Pereira.

De acordo com o relatório, a consolidação das reuniões semanais permite o acompanhamento continuado das atividades que estão sendo realizadas, o fortalecimento do trabalho em equipe, a troca de saberes entre os integrantes e a qualificação das ações desenvolvidas junto às comunidades atendidas.

Ainda segundo o relatório, foi feito um trabalho coletivo de planejamento das oficinas para o ano de 2025. Essa ação evidencia a importância da participação ativa das comunidades no processo de construção das atividades, garantindo que as ações estejam sempre alinhadas com as necessidades locais e com os objetivos de desenvolvimento sustentável da região.

Por fim, de acordo com o relatório, a equipe participou de diversas ações realizadas na comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira. Tais atividades compreendem realização de uma reunião de planejamento coletivo, visita para fins de atendimento individualizado para orientação técnica quanto à produção de biofertilizantes na comunidade, além da realização de um mutirão de plantio de arroz na lavoura comunitária do Assentamento Oziel Alves Pereira. Todas essas ações tiveram o objetivo de promover a capacitação técnica dos agricultores, fortalecer a produção agroecológica e incentivar a cooperação para o desenvolvimento da região.

Por fim, o décimo segundo relatório mensal do PROFOREXT equipe UFG, que tem o mês de fevereiro de 2025 como referência, traz como membros da equipe uma coordenadora regional, duas supervisoras, dois recém-formados, sendo um engenheiro agrônomo e um engenheiro florestal, cinco estagiários e dez agentes locais de formação. As atividades desenvolvidas no período compreenderam quatro reuniões semanais de planejamento com os estagiários e sistematização dos dados dos questionários aplicados

nas comunidades; participação em oficina de práticas agroecológicas, atividade de plantio da lavoura comunitária de feijão e milho, visita para fins de atendimento individualizado para orientações técnicas, participação em oficina de práticas agroecológicas, e participação em oficina de produção de mudas de *citrus* na comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira; participação em oficina de habitação rural, visita com três dias de duração para fins de atendimento individualizado para orientação técnica e oficinas para produção de fertilizantes na comunidade do Assentamento Serra; visita com três dias de duração para fins de atendimento individualizado para orientação técnica, oficina sobre manejo de pastagens e oficina de habitação rural, na comunidade Tomás Cardoso; e visita com quatro dias de duração para fins de atendimento individualizado para orientação técnica e oficina de práticas agroecológicas, na comunidade do Assentamento Reata.

De acordo com o relatório, a participação em oficina de práticas agroecológicas, atividade de plantio da lavoura comunitária de feijão e milho, atendimento individualizado para orientações técnicas, participação em oficina de práticas agroecológicas, e participação em oficina de produção de mudas de *citrus* na comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira, envolveram diversos objetivos e se desdobrou em muitas atividades.

Os principais objetivos foram realizar oficinas sobre a produção de microrganismos eficientes e aplicação da técnica na otimização da compostagem; produção de compostagem utilizando recursos disponíveis nas propriedades; atualização dos ALFs sobre os créditos de fomento jovem; acompanhamento do plantio de milho e feijão na lavoura comunitária; acompanhamento do manejo de controle mecânico de plantas daninhas na lavoura de arroz; realização de oficina com produção de biofertilizantes para aplicação nos quintais agroecológicos; levantamento do desenvolvimento da cultura da mandioca; e realização de oficina com os ALFs com teorias e práticas sobre a produção de mudas frutíferas.

De acordo com o relatório, as atividades desenvolvidas nesse período foram bastante intensas e contaram com grande participação da comunidade. Essa mobilização promove a autonomia, sustentabilidade e resgata práticas de cooperação essenciais para o desenvolvimento rural sustentável.

Quanto à participação em oficina de habitação rural, atendimento individualizado para orientação técnica e oficinas para produção de fertilizantes na comunidade do Assentamento Serra, todas tiveram como objetivo proporcionar aos agricultores conhecimentos práticos e eficientes para melhorar as condições de vida e de trabalho no campo. A oficina de habitação rural foi direcionada para a promoção de técnicas de

construção mais eficientes e sustentáveis, enquanto o atendimento individualizado na comunidade teve o objetivo de orientar os produtores sobre a melhor utilização de recursos e de insumos para otimizar a produção agrícola. No que se refere às oficinas para produção de fertilizantes, estas tiveram como objetivo promover a autonomia da comunidade na produção de insumos orgânicos, incentivando práticas agroecológicas que contribuem para a preservação do meio ambiente e para a redução de custos com fertilizantes comerciais.

Ainda de acordo com o relatório, a equipe participou de atendimento individualizado para orientação técnica, oficina sobre manejo de pastagens e oficina de habitação rural, na comunidade Tomás Cardoso. Essa ação compreendeu um período de dois dias e teve como objetivo promover o aprimoramento das práticas de manejo sustentável das pastagens e oferecer orientações sobre melhorias na infraestrutura habitacional rural, visando melhorar a qualidade de vida e a produtividade na comunidade.

Por fim, o relatório ainda apresenta a participação da equipe em atendimento individualizado para orientação técnica e oficina de práticas agroecológicas, na comunidade do Assentamento Reata. Essas ações tiveram como objetivos fornecer orientações técnicas personalizadas sobre práticas agroecológicas, com foco em técnicas sustentáveis de cultivo, e capacitar os participantes em métodos que promovam a conservação do solo, a diversificação de culturas e o uso racional dos recursos naturais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria das condições ambientais e produtivas da comunidade. Essas ações compreenderam um período de quatro dias.

O Quadro 7, a seguir, apresenta um resumo das ações realizadas ao longo dos doze meses de relatórios mensais avaliados no âmbito do PROFOREXT na UFG, conforme os registros analisados.

Quadro 7: Ações desenvolvidas pela equipe PROFOREXT na UFG, no período de março de 2024 até fevereiro de 2025.

Relatório	Reuniões	Produções acadêmicas	Capacitações	Oficinas	Visitas	Eventos
1			1		2	
2						1
3			1		1	2
4	1				4	
5	4	1	1		2	1
6	5		2	1		
7	3			9		1
8	7			2	2	

9	6		2	6		2
10	6	2		1	2	
11	6			1	1	
12	4			9	4	
TOTAL	42	3	7	29	18	7

Fonte: Elaborado pela autora, com dados dos relatórios mensais encaminhados pela coordenação regional do programa na UFG à coordenação geral do PROFOREXT e dos relatórios elaborados pela equipe PROFOREXT na UFG.

O panorama das ações realizadas pela equipe PROFOREXT na UFG entre março de 2024 e fevereiro de 2025, apresentado no Quadro 7, mostra o volume expressivo de atividades desempenhadas pela equipe. A quantidade crescente de reuniões realizadas ao longo do período mostra o envolvimento da equipe em consolidar um trabalho coletivo articulado e de planejamento contínuo das ações. Da mesma forma que a quantidade de visitas e de oficinas evidenciam a implantação de uma metodologia participativa construída em conjunto com as comunidades atendidas, demonstrando um esforço do grupo em promover momentos de trocas de saberes e formação prática.

A atuação mais efetiva da equipe junto às comunidades é percebida a partir do momento em que as ações desenvolvidas se tornaram mais consolidadas em parceria com as famílias. Essa percepção corrobora o que Caporal (2011) destaca a respeito da abordagem participativa. Para o autor, essa metodologia requer tempo para envolver as comunidades rurais. A partir dos resultados aqui analisados, fica evidente que, no que se refere à implantação e execução do programa pela equipe do PROFOREXT na UFG, a efetividade da metodologia participativa acontece depois de certo tempo de implantação.

Todas as ações desenvolvidas nas comunidades refletem a execução da metodologia participativa proposta pelo programa, construída em consonância com as diretrizes da PNATER, a qual especifica que o serviço de ATER deve ser realizado de forma participativa, sem custo financeiro para o produtor, baseado em técnicas agroecológicas e exclusivo para o agricultor familiar.

As atividades formativas da equipe estão alinhadas também com o que Medina, Camargo e Silvestre (2018) defenderam ao apontarem que a formação do extensionista deve ser pautada por uma atuação prática, com conteúdos direcionados para problemáticas concretas, superando assim o modelo de formação difusionista. A atuação em campo, em articulação com a escuta ativa das comunidades, é essencial para que a formação desse profissional seja, de fato, transformadora.

A construção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), a partir de ferramentas como a *Observação Participante*, *Mapa da Comunidade*, *Linha do Tempo* e *Travessia*,

citada nos relatórios mensais iniciais, quando a equipe realizava as primeiras visitas às comunidades, evidencia o que Paniago (2020) destaca a respeito das metodologias que vêm sendo aplicadas tanto na promoção do desenvolvimento sustentável quanto na definição de estratégias para reduzir as desigualdades nas diferentes regiões rurais, principalmente em áreas de assentamentos de reforma agrária. Essas ferramentas são bastante efetivas dentro da metodologia participativa e contribuem significativamente com a atuação do agente de ATER nas comunidades.

É importante destacar a participação da equipe em eventos científicos e estratégicos da área, caracterizados como momentos de articulação institucional e socialização de experiências e aprendizados acumulados, o que faz com que o programa ocupe espaço na agenda acadêmica e política do país em favor do fortalecimento da assistência técnica e extensão rural direcionada para a agricultura familiar.

Assim como a quantidade de produções, expressos em materiais construídos a partir de dados coletados e analisados pela equipe. Embora em menor número, representam produtos de sistematização e disseminação de conhecimento e contribuem para a visibilidade e continuidade das ações do programa.

Ao longo do período selecionado para análise, observa-se uma crescente intensificação das atividades realizadas, principalmente a partir do sétimo relatório mensal, que tem o mês de setembro de 2024 como referência. Nesse período, destaca-se que a equipe passou a contar, entre seus membros, com dois recém-formados, sendo um engenheiro agrônomo e um engenheiro florestal, seis estagiários e dez agentes locais de formação. A quantidade expressiva de participantes parece ter contribuído para a realização de um número maior de ações, principalmente reuniões e oficinas. Essa intensificação das atividades pode estar relacionada ao amadurecimento das ações planejadas inicialmente, assim como à consolidação da articulação com as comunidades e instituições parceiras.

Destaca-se também, nesse período, a realização do evento nacional *Intercâmbio e nivelamento conceitual e metodológico das experiências de ATER do PROFOREXT*. O evento ocorreu em Parnaíba, no estado do Piauí, entre os dias 23 e 26 de setembro de 2024, e promoveu o engajamento da equipe, construindo vínculos e alinhando os conceitos aprendidos nas capacitações com as práticas da ATER vivenciadas até então.

As trocas de saberes fortaleceram a coesão do grupo e despertaram nos jovens participantes o protagonismo necessário para inovar nas práticas agrícolas sustentáveis. Esse engajamento foi, ao que tudo indica, importante para consolidar o compromisso do grupo com o desenvolvimento rural e a agricultura familiar.

3.2. Análise do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UFG

A extensão rural brasileira tem passado por um processo de transição, desvinculando-se da abordagem difusionista para um modelo de ação mais participativo, que deixa de ser focada no pacote tecnológico, e passa a colocar o agricultor familiar no centro das decisões técnicas e produtivas.

Nesse sentido, a formação acadêmica profissional do engenheiro agrônomo é definitivamente um dos pontos centrais para a expansão do alcance da atuação de agentes de assistência técnica e extensão rural no país. No que se refere ao estado de Goiás, essa necessidade é urgente, tendo em vista as desigualdades regionais no estado quanto à orientação técnica direcionada aos agricultores familiares.

A partir desse contexto é importante analisar como a formação acadêmica por meio do curso de Graduação em Agronomia da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás prepara seus discentes para atuarem diretamente com essa categoria do campo que, de fato, compreende a grande maioria dos produtores rurais no estado goiano.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UFG, o curso de Agronomia está inserido na área de ciências agrárias em modalidade bacharelado. A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso está baseada na proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos em Engenharia Agrônômica ou Agronomia, conforme o Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES) nº 306/2004, de 07 de outubro de 2004, com minuta de Resolução do CNE/CES, homologado pelo Ministro da Educação em 17 de dezembro de 2004, e, ainda, de acordo com Estatuto e Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (UFG, 2012).

O curso recebeu autorização para funcionamento em 30 de janeiro de 1963, em caráter excepcional. Posteriormente, em 14 de outubro de 1966, por meio da Lei nº 5.139, foi criada a Escola de Agronomia e Veterinária, com reconhecimento efetivado no dia 12 de fevereiro de 1969, através do Decreto nº 64.101. Os cursos de graduação em Agronomia e Veterinária funcionaram em uma única unidade de ensino até 29 de dezembro de 1981, quando ocorreu o desmembramento da unidade em Escola de Agronomia (EA) e em Escola de Veterinária (EV), conforme Portaria nº 714, do Ministério da Educação e Cultura e Parecer nº 655, do Conselho Federal de Educação (UFG, 2012).

A partir do ano acadêmico de 2009, a Universidade Federal de Goiás passou a ofertar 140 vagas para o curso de Agronomia no campus de Goiânia, sediado na Escola

de Agronomia, sendo 70 vagas no primeiro semestre e 70 vagas no segundo. O curso está programado para ser integralizado em dez semestres letivos, com uma carga horária de 4.576 horas, em período integral, com oferta semestral de todas as disciplinas obrigatórias (UFG, 2012).

O prazo máximo para integralização curricular é de dezesseis semestres, a contar pelo primeiro semestre cursado, descontando-se os trancamentos efetuados pelo aluno durante o curso, obedecendo as resoluções específicas vigentes na instituição. O acadêmico do curso que cumprir com todas as suas obrigações, receberá o título de Bacharel em Agronomia, com suas atribuições regulamentadas pelo sistema Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)/Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) (UFG, 2012).

Quanto aos objetivos do curso de graduação em Agronomia, o Projeto Pedagógico do Curso traz como o principal a formação de um profissional apto a dominar amplamente os conteúdos científicos e tecnológicos da área, compreendendo as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais do exercício profissional. Especificamente, o curso tem como um de seus objetivos atuar no âmbito da agricultura familiar buscando a sustentabilidade, com ênfase no enfoque agroecológico e na proteção ambiental (UFG, 2012).

O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UFG apresenta princípios norteadores para a formação profissional, os quais foram baseados no projeto institucional da UFG e nas diretrizes curriculares do CONFEA e MEC que, entre outros aspectos, estabelecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a formação teórico-metodológica que possibilite uma compreensão crítica, profunda das questões agrárias e agrícolas, bem como na sua capacidade de análise e intervenção na realidade (UFG, 2012).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia (UFG, 2012), quanto à prática profissional, o egresso no Curso de Agronomia da Escola de Agronomia da UFG estará apto a:

- a) Conhecer e compreender os fatores de produção (recursos naturais, trabalho, capital, tecnologia, sistemas de produção, métodos de produção, mercados de produtos e insumos);
- b) Conhecer e compreender a linguagem (falar e escrever utilizando-se a língua prática e a técnica, comunicação em sua região e com o mundo e novas linguagens da eletrônica);
- c) Conhecer, compreender e respeitar os princípios éticos e humanistas, bem como os aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e de sustentabilidade;
- d) Gerenciar, operacionalizar, manter e modificar os sistemas de produção;
- e) Atuar com espírito empreendedor;
- f) Aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos;

- g) Projetar, conduzir pesquisas e interpretar os resultados;
- h) Difundir conhecimento e tecnologia;
- i) Planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços;
- j) Identificar problemas e propor soluções;
- k) Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- l) Atuar em equipes multidisciplinares e em categorias diversas dos sistemas de produção;
- m) Conhecer, compreender, organizar, gerenciar e atuar num complexo agroindustrial, empresarial, de pequena propriedade rural e comunitária;
- n) Atuar no agronegócio (UFG, 2012).

No que se refere à formação técnica, o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia traz vários setores onde o profissional de agronomia pode atuar, a saber: manejo e exploração de culturas de cereais, olerícolas, frutíferas, ornamentais, oleaginosas, estimulantes e forrageiras; produção de sementes e mudas; doenças e pragas das plantas cultivadas; paisagismo, parques e jardins; silvicultura; composição, toxicidade e aplicação de fungicidas, herbicidas e inseticidas; controle integrado de doenças, plantas daninhas e pragas das culturas; classificação e levantamento de solos; química e fertilidade do solo; fertilizantes e corretivos; manejo e conservação do solo, de bacias hidrográficas e de recursos naturais renováveis; controle de poluição na agricultura; economia e crédito rural; planejamento e administração de propriedades agrícolas e extensão rural; mecanização e implementos agrícolas; irrigação e drenagem; pequenas barragens de terra; construções rurais; tecnologia de transformação e conservação de produtos de origem animal e vegetal; beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas; criação de animais domésticos; nutrição e alimentação animal; pastagem; melhoramento vegetal; melhoramento animal.

Posteriormente a essa exposição, o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia acrescenta um destaque quanto à formação técnica do profissional de agronomia. De acordo com o documento:

Entretanto, nos últimos anos é dada uma nova concepção à formação do Engenheiro Agrônomo, como a atuação deste profissional nas áreas da Agricultura familiar; Agroecologia; Agronegócio; Movimentos sociais ligados à agricultura; Cooperativas Agrícolas e outras formas de associação; Empresas de produção de insumos e equipamentos agrícolas; Serviço público de extensão rural; Reforma agrária; Meio ambiente; Serviço de difusão tecnológica em empresas privadas; Docência; Instituições de pesquisa pública e privada; Assessoria técnica, organizativa e política no que se refere à Agricultura; Planejamento em empresas privadas, instituições estatais e ONG's e Atuação profissional autônoma (UFG, 2012).

Sendo assim, nesse aspecto, o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia traz para a sua estruturação a formação do Engenheiro Agrônomo com possibilidade de atuação em setores diversos com direcionamento para as demandas diretas dos

agricultores familiares. Nesse sentido, o projeto atua em favor dessa valorização profissional, destacando a área como possibilidade de trabalho.

O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia apresenta a atuação da Unidade Acadêmica quanto à promoção da articulação entre teoria e prática. De acordo com o documento, na formação do profissional, a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos deve estar embasada na plena integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão. Essa integração dá sustentação para a atividade acadêmica, o que permite que o discente tenha acesso a conhecimentos já produzidos e ser capacitado para produzir novos conhecimentos.

Desta forma, a Unidade Acadêmica entende que é importante o envolvimento dos discentes nos projetos de extensão por ela desenvolvidos. Ainda de acordo com o PPC, os docentes da unidade desenvolvem atividades de acompanhamento a produtores rurais, com destaque para agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária, que constituem oportunidades para vivências diretas em realidades desafiadoras, com a problemática dos conhecimentos que são adquiridos ao longo do curso.

Ao identificar que o Projeto Pedagógico do Curso reconhece a extensão como um espaço pedagógico fundamental que permite a articulação entre teoria e prática e promove a formação profissional comprometida com a transformação social, corrobora-se o que Medina, Camargo e Silvestre (2018) afirmaram quanto a necessidade de conexão entre a formação do extensionista e as diferentes realidades das comunidades onde o profissional irá atuar, valorizando práticas como a escuta ativa, a construção coletiva e o reconhecimento das dinâmicas sociais locais.

Quanto às atividades e metodologias de ensino propostos, o PPC destaca que o curso de Agronomia da unidade propicia aos alunos diversas experiências:

O Curso de Agronomia propicia aos alunos viagens de estudos a produtores rurais da região ou mesmo visitas técnicas a empresas, instituições de pesquisa, cooperativas e associações de agricultores, visando a integração teoria/prática. Além disso, a EA está envolvida na promoção de eventos como [...] a Agro Centro-Oeste, possibilitando que os discentes interajam com novos saberes e com todos os agentes sociais e econômicos que constituem o moderno agronegócio (produtores, fabricantes de insumos, agentes financeiros, cooperativas, agroindústrias e outros) (UFG, 2012).

Nesse aspecto, é importante destacar a realização do evento Agro Centro-Oeste, citado acima. Hoje conhecida como Agro Centro-Oeste Familiar (ACOF), o evento reúne diferentes parceiros que juntos recebem aproximadamente quinze mil pessoas durante sua realização. O público-alvo são estudantes de todas as fases do ensino, profissionais de diversas áreas, pesquisadores, agricultores familiares, extensionistas e o público em geral. Entre as principais atividades estão a feira da agricultura familiar e da economia solidária,

curiosos, minicursos, palestras, dias de campo, workshops, seminário científico, exposição de tecnologias, cozinha camponesa, fazendinha agroecológica e atividades culturais. O objetivo do evento é dar visibilidade ao agricultor familiar, a sua produção, bem como à agricultura familiar.

Outro aspecto importante quanto aos estímulos da Unidade Acadêmica, se refere à oferta de bolsas nas modalidades Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), extensão, monitorias, entre outras. São oportunidades para que os discentes se insiram nos projetos de pesquisa em desenvolvimento.

No que se refere à estrutura curricular, o curso de graduação em Agronomia da UFG conta com uma carga horária de 4.576 horas, distribuídas em eixos temáticos de formação comum à universidade, disciplinas de formação comum à área, núcleo de conteúdos básicos e núcleo de conteúdos profissionais essenciais (que constituem as disciplinas obrigatórias e específicas do curso), disciplinas optativas, núcleo livre, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, estágio curricular não obrigatório e obrigatório.

As disciplinas de núcleo comum obrigatório compreendem um total de 1564 horas, correspondendo a 34,18% do conteúdo da matriz curricular. Já as disciplinas de núcleo específico somam 2656 horas de disciplinas obrigatórias (58,04%). Há ainda 128 horas de disciplinas optativas, que compreendem 2,83% do total na matriz curricular. Ao total da carga horária em disciplinas é acrescido um mínimo de 128 horas de carga horária a ser cumprida com disciplinas do Núcleo Livre. Além da carga horária em disciplinas, o estudante deverá ainda cumprir 100 horas em Atividades Complementares.

No que se refere às atividades complementares, o PPC informa que tratam de um componente curricular obrigatório com o objetivo de enriquecer a formação do discente com conhecimentos adquiridos fora do ambiente acadêmico. A carga horária é de 100 horas e podem envolver atividades de ensino, artísticas, científicas, culturais, esportivas, de pesquisa, de extensão e, ainda, participação em eventos. O conjunto dessas atividades compõe as práticas de formação realizadas ao longo do curso, de acordo com o interesse de cada estudante e são registradas em seu histórico escolar.

O PPC ainda informa que as atividades complementares são regidas por regulamento interno aprovado na unidade acadêmica e prevê a participação dos discentes em eventos na área do curso ou áreas afins. Nesse aspecto, uma das opções mencionadas no documento trata da participação em projetos e programas de extensão da Universidade

Federal de Goiás ou em parceria com outras entidades conveniadas, como bolsista ou voluntário; produção de atividades extensionistas; elaboração, publicação e apresentação de trabalho de extensão ou de instrumentos (maquetes, experimentos, etc.) para o ensino de agronomia voltado a atividades de extensão.

Outro elemento que compõem a estrutura curricular do curso de Agronomia da UFG é o estágio curricular obrigatório. Compreendido como um conjunto sistematizado de atividades práticas, tem o objetivo de proporcionar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, realizadas pelo aluno em colaboração com empresas, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de caráter público ou privado, cooperativas e profissionais liberais, conveniadas com a Universidade Federal de Goiás. De acordo com o PPC, o estágio curricular obrigatório complementa o processo ensino-aprendizagem e tem como instrumento de integração a Universidade/Sociedade sob a forma de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico-científico, sociocultural e de relacionamento humano. Assim, oferece subsídios à revisão de currículos e adequação de programas, permitindo à Universidade uma efetiva contribuição ao desenvolvimento regional e nacional.

O estágio curricular do curso de Agronomia, disciplina obrigatória com carga horária de 300 horas, poderá ser realizado após o aluno cursar, com êxito, uma quantidade de disciplinas que perfaçam no mínimo 79% da carga horária resultante do somatório de núcleo comum e núcleo específico do curso de Agronomia. Tem como pré-requisito a disciplina de pré-estágio, na qual o discente conhece a importância do estágio em sua formação profissional.

A disciplina de pré-estágio é realizada pelo discente após a efetivação de, no mínimo, 60% da carga horária resultante do somatório de núcleo comum e núcleo específico do curso de Agronomia.

O PPC ainda apresenta o estágio curricular não obrigatório. Este é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso. Tem o objetivo de ampliar a formação discente por meio de vivência de experiências próprias da situação profissional. Poderá ser realizado a partir do segundo período do curso de Agronomia em diversas entidades, onde o aluno do curso poderá interagir com o campo de trabalho da engenharia agrônômica, em suas diversas áreas de atuação.

Posteriormente, o PPC ainda apresenta o Trabalho Conclusão de Curso (TCC). Trata-se de uma disciplina componente curricular obrigatório equivalente a 64 (sessenta e quatro) horas divididas em duas etapas e poderá ser realizado a partir do penúltimo semestre do curso (9º período), centrado em determinada área teórico-prática ou de

formação profissional, como atividade síntese de integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, com a apresentação e defesa de uma monografia.

De acordo com o PPC, o TCC é elaborado com supervisão de um orientador, docente do curso, e tem como objetivos: proporcionar ao discente o estabelecimento de vínculos à sua integralização curricular com produção científica de qualidade, em articulação com ensino, pesquisa e extensão; verificar a aptidão do discente quanto à solução de problemas diagnosticados relacionados à atividade profissional do engenheiro agrônomo; e avaliar a capacidade de expressão escrita e verbal do discente.

Para essa pesquisa, foi realizada a análise da matriz curricular do curso de graduação em Agronomia, bem como das ementas das disciplinas. Com base nessa análise documental, foram selecionadas quatro disciplinas diretamente relacionadas ao tema desse estudo, as quais foram analisadas mais detalhadamente, a saber: Administração Rural, Agroecologia, Economia Rural, Políticas de Desenvolvimento Rural, e Sociologia Rural. O Quadro 8 apresenta algumas informações importantes sobre cada uma delas.

Quadro 8: Matriz curricular do curso de graduação em Agronomia.

Disciplina	Carga horária		Sugestão no fluxo	Núcleo	Natureza
	Teórica	Prática			
Administração Rural	46	18	8º	Específico	Obrigatória
Agroecologia	34	30	9º	Específico	Obrigatória
Economia Rural	48	16	7º	Específico	Obrigatória
Políticas de Desenvolvimento Rural	48	0	8º	Específico	Obrigatória
Sociologia Rural	32	0	4º	Específico	Obrigatória

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia (UFG, 2012).

O Quadro 9 a seguir apresenta as ementas de cada uma dessas disciplinas.

Quadro 9: Ementa de disciplinas do curso de graduação em Agronomia.

Disciplina	Ementa
Administração Rural	A administração da empresa rural e a análise do ambiente geral e operacional permitem uma tomada de decisão correta sobre as oportunidades e ameaças para a empresa rural. A avaliação da rentabilidade econômica dos diversos sistemas de produção agrícola através do levantamento de custos de produção, do conhecimento das relações entre os segmentos da cadeia produtiva, e do instrumental de planejamento, proporcionam ao profissional de Agronomia elementos para melhorar os

	rendimentos econômicos da empresa rural, complementando sua atuação na produção agropecuária.
Agroecologia	Introdução à agroecologia. Sistemas de produção: sistemas de agriculturas ou diversidade de agroecossistemas. Conversão do manejo convencional para o agroecológico em médias e grandes propriedades. Fitotecnia aplicada à agroecologia. Planejamento do uso e ocupação do solo. Zoneamento Agroecológico.
Economia Rural	Noções básicas de Macroeconomia. Condições para o entendimento do funcionamento da economia e os reflexos das políticas governamentais sobre o país. Principais políticas econômicas internas adotadas (cambial, fiscal e monetária). O país no contexto internacional e a importância deste contexto para o crescimento e desenvolvimento do país.
Políticas de Desenvolvimento Rural	Padrões históricos de desenvolvimento rural. Políticas agrícolas. Políticas agrárias; Desenvolvimento rural sustentável. Metodologias de diagnóstico, planejamento e comunicação rural.
Sociologia Rural	Objeto da Sociologia Rural. Formação e transformações dos espaços agrários brasileiro e goiano. Relações sociais no campo. Conflitos sociais no campo. Questão agrária.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia (UFG, 2012).

A análise aprofundada dessas disciplinas é importante para compreender como elas se articulam com a temática da ATER e como contribuem para a formação profissional de agentes de ATER para trabalharem diretamente com agricultores familiares, especialmente no estado de Goiás.

Para tanto, foi realizada uma avaliação detalhada dos planos de ensino de cada uma dessas disciplinas, com o objetivo de identificar conexões e possíveis implicações para a atuação profissional relacionada a ATER. O resultado dessa avaliação foi categorizado nos seguintes tópicos: distribuição de carga horária da disciplina; conexões com a ATER e a agricultura familiar; diálogo com as ações e metodologias do PROFOREXT; e pontos de atenção e sugestões.

No que se refere à disciplina de Administração Rural, quanto à distribuição de carga horária, de acordo com o plano de ensino da disciplina, esta apresenta uma carga horária semestral de 64 horas, distribuídas em 4 horas semanais, das quais 3 horas são dedicadas ao conteúdo teórico e 1 hora é direcionada para atividades práticas.

Quanto às conexões com a ATER e a agricultura familiar, em seu objetivo geral, a disciplina de Administração Rural traz a intenção de formação crítica e criativa direcionada para a promoção do desenvolvimento regional e nacional agrícola, o que de fato é importante para a atuação dos profissionais nos contextos da agricultura familiar e

da ATER. O conteúdo programático apresenta temas como planejamento agropecuário, avaliação de viabilidade econômica, gestão de projetos rurais e comercialização agrícola. Tais assuntos são fundamentais para a formação do profissional de ATER, uma vez que este irá atuar diretamente com agricultores familiares na elaboração de propostas e ações que tragam melhores condições de vida para essas comunidades. Além disso, a ênfase na rentabilidade, controle contábil e análise de mercado oferece ao discente a oportunidade de utilização de ferramentas práticas que poderão ser utilizadas no apoio a agricultores familiares quanto às tomadas de decisão, acesso a crédito e melhor inserção ao mercado.

Quanto ao diálogo da disciplina com as ações e metodologias do PROFOREXT, a disciplina de Administração Rural envolve a realização de atividades práticas, estudo de casos e elaboração de projetos agropecuários. Esse aspecto é favorável para uma formação aplicada e se relaciona com as ações e metodologias do PROFOREXT, principalmente se forem adaptadas para as realidades da agricultura familiar. De fato, o foco na gestão da propriedade rural, a partir da gestão do sistema de produção e de finanças, é um mecanismo que pode auxiliar o profissional na superação da lacuna bastante comum na formação técnica dos agricultores familiares. E, ainda, a realização de exercícios práticos é uma possibilidade de envolvimento dos discentes em situações reais de agricultores familiares, o que pode fortalecer o vínculo entre ensino e extensão.

Quanto aos pontos de atenção e sugestões, o plano da disciplina de Administração Rural menciona o agronegócio e foca em uma abordagem, mais empresarial que a torna, naturalmente, mais direcionada à agricultura dita patronal, onde a produção não é voltada para a subsistência da família, mas sim para o mercado interno e exportação. Nesse aspecto, talvez seja interessante algum tipo de complementação nos conteúdos da disciplina de modo a valorizar, também, a lógica da agricultura familiar, onde os objetivos da produção nem sempre estão relacionados com a expressiva maximização de lucros, mas sim com a promoção da segurança alimentar, reprodução social e sustentabilidade.

Além disso, o plano da disciplina de Administração Rural apresenta pouco destaque para práticas de extensão, ponto este que poderia ser mencionado e relacionado com outras temáticas, como o apoio a projetos de base agroecológica.

Outro aspecto relevante a ser mencionado é que, apesar de apresentar boa carga horária prática, o plano da disciplina de Administração Rural não traz, explicitamente, se estabelece vínculos com outras disciplinas cursadas pelos discentes, como Sociologia Rural ou Agroecologia, por exemplo. A interdisciplinaridade é interessante para a formação do profissional de Agronomia, uma vez que poderia correlacionar a disciplina de Administração Rural com outras que trabalham mais diretamente com a agricultura

familiar. Seria uma oportunidade bastante interessante que poderia demonstrar a aplicabilidade dos conteúdos ministrados na disciplina de Administração Rural com a realidade da agricultura familiar, abrindo o leque de oportunidades de atuação para esse profissional em formação.

No que se refere à disciplina de Agroecologia, quanto à distribuição de carga horária, de acordo com o plano de ensino da disciplina, esta apresenta uma carga horária semestral de 64 horas, sendo 34 horas dedicadas ao conteúdo teórico e 30 horas direcionada para atividades práticas.

Quanto às conexões com a ATER e a agricultura familiar, em seu objetivo geral, a disciplina de Agroecologia traz a proposta de que o discente compreenda os princípios agroecológicos e seja capaz de sugerir práticas alternativas com esse aspecto para a agricultura familiar. O plano da disciplina está alinhado com a base da ATER, uma vez que visa apoiar e promover sistemas produtivos sustentáveis no meio rural. O plano foca no estudo dos agroecossistemas de forma sistêmica e interdisciplinar, em sintonia com a atuação do agente de ATER, uma vez que adota uma abordagem holística, levando em consideração dimensões ecológicas, econômicas e socioculturais dos sistemas de produção. Aborda ainda práticas agroecológicas de manejo, envolvendo solo, biodiversidade e culturas diversas, reforçando a necessidade de conhecimento técnico qualificado.

Nesse aspecto, a disciplina evidencia como a assistência técnica deve ser contextualizada e, de fato, adaptada à realidade do agricultor familiar. Além disso, o plano traz ainda conteúdos que dialogam diretamente com a atuação do agente de ATER na agricultura familiar, como os processos que envolvem a transição agroecológica, a aplicação de metodologias participativas, como o Diagnóstico Rápido Participativo e Pesquisa-ação, além do desenvolvimento de atividades práticas, como a verificação da certificação de unidade produtiva em feira de orgânicos realizada no município de Goiânia/GO. Tais conteúdos são uma oportunidade de conexão com diversos programas como o PRONAF, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), PAA e PNAE, diretamente relacionados com a agricultura familiar.

Quanto ao diálogo da disciplina com as ações e metodologias do PROFOREXT, o plano da disciplina de Agroecologia tem foco na formação de profissionais qualificados para atuar com a agroecologia no campo. Esse intuito de formação está em alinhamento com os objetivos centrais do PROFOREXT, uma vez que o programa busca formar seus participantes para o exercício de uma ATER crítica, participativa e agroecológica.

Um aspecto importante a ser observado no plano da disciplina de Agroecologia é a distribuição da carga horária teórica e prática ministrada. Com 30 horas de atividades práticas em um total de 64 horas da disciplina, fica evidente a preocupação com a valorização da aprendizagem do discente por meio da vivência e da experiência. Nesse aspecto, a disciplina dialoga com o PROFOREXT reforçando a necessidade de promover uma aprendizagem cada vez mais condizente com a realidade que esse profissional irá encontrar ao atuar diretamente com o agricultor familiar. Ao estabelecer uma metodologia de ensino baseada em estratégias como roda de conversa, resolução de problemas, caminhadas transversais e acompanhamento dirigido, a disciplina valoriza o aprendizado colaborativo e o desenvolvimento de diversas habilidades. Essa abordagem é coerente com os princípios agroecológicos e valoriza o diálogo de saberes e a construção coletiva de soluções, elementos que são fundamentais para a formação de profissionais para atuarem diretamente com a agricultura familiar.

Além disso, um ponto interessante dos conteúdos abordados pela disciplina, trata do protagonismo dos gêneros, gerações e etnias na agroecologia. Esse aspecto é um ponto muito importante de diálogo com o programa, uma vez que o PROFOREXT busca a formação profissional de jovens para atuarem em campo com foco nos agricultores familiares de comunidades rurais em toda a sua diversidade.

No que se refere às formas de avaliação discente pelo docente, a adoção de uma avaliação contínua por meio de questionários de acompanhamento, indica um processo avaliativo formativo que permite ao docente acompanhar o progresso dos discentes ao longo da disciplina. Esse tipo de avaliação fortalece o processo formativo e valoriza a construção de conhecimentos.

Quanto aos pontos de atenção e sugestões, apesar do foco técnico e político da disciplina de Agroecologia, seria interessante compreender se é feita e como ocorre a articulação com movimentos sociais e outras organizações, como o MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), INCRA, entre outros. Esse aspecto poderia ser uma oportunidade para enriquecer o conteúdo prático da disciplina e inserir o discente em um contexto político em torno do tema.

No que se refere à disciplina de Economia Rural, quanto à distribuição de carga horária, de acordo com o plano de ensino da disciplina, esta apresenta uma carga horária semestral de 64 horas.

Quanto às conexões com a ATER e a agricultura familiar, a disciplina tem foco nos fundamentos de microeconomia, macroeconomia e comércio internacional, abordando temas como oferta e demanda, custos de produção, renda nacional, políticas

fiscais e monetárias e o agronegócio brasileiro. Esses conteúdos fornecem uma base importante para compreender o funcionamento dos mercados agrícolas e o impacto das políticas econômicas sobre o setor rural, o que pode auxiliar o futuro profissional de ATER a interpretar as dinâmicas econômicas que influenciam os agricultores familiares. Contudo, é importante destacar que o enfoque dado ao agronegócio e às análises de mercado tende a privilegiar uma lógica mais direcionada à economia de escala e à competitividade empresarial, o que talvez reduza ou limite o espaço de discussão sobre as especificidades econômicas da agricultura familiar.

Quanto ao diálogo da disciplina com ações e metodologias do PROFOREXT, observa-se que, embora a disciplina não inclua atividades práticas ou de extensão, o trabalho de revisão bibliográfica e levantamento de dados de mercado pode ser adaptado para análises voltadas às cadeias curtas de comercialização e à viabilidade econômica de empreendimentos familiares. Essa adaptação aproximaria o conteúdo da disciplina das metodologias aplicadas pelo PROFOREXT, como a valorização da produção local e a análise participativa de contextos produtivos.

Quanto aos pontos de atenção e sugestões, destaca-se a ausência de menções diretas à extensão rural ou à agricultura familiar no plano de ensino. Seria recomendável incluir discussões ou estudos de caso que abordem aspectos econômicos específicos da agricultura familiar, como circuitos curtos de comercialização, cooperativismo e políticas públicas como o PAA, PNAE e PRONAF. Essa inclusão poderia enriquecer a formação dos estudantes, ampliando sua compreensão sobre as dinâmicas econômicas de base familiar, mais próximas da realidade de atuação dos profissionais de ATER no segmento.

No que se refere à disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural, quanto à distribuição de carga horária, de acordo com o plano de ensino da disciplina, esta apresenta uma carga horária semestral de 48 horas.

Quanto às conexões com a ATER e a agricultura familiar, em seu objetivo geral, a disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural busca examinar os principais instrumentos de política de desenvolvimento rural utilizados pelo Estado para possibilitar a difusão desses instrumentos no meio rural, por meio dos profissionais das ciências agrárias, buscando promover o desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, a disciplina busca ainda discutir o desenvolvimento rural nas suas diversas especificidades, analisar o histórico das políticas agrárias praticadas no país, analisar a política atual de desenvolvimento rural, com ênfase na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, além de discutir as metodologias empregadas na

prática de assistência técnica e extensão rural e analisar a atuação das instituições na promoção do desenvolvimento rural do país.

Nesse sentido, destaca-se a terceira parte do conteúdo programático apresentado no plano de ensino da disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural, que traz como tema a assistência técnica e extensão rural, discutindo a origem da ATER e como ocorreu a sua expansão, a importância do profissional das ciências agrárias na promoção do desenvolvimento rural e, ainda, as metodologias utilizadas na prática da assistência técnica e extensão rural, bem como as atividades práticas de ATER.

Na quarta parte do conteúdo programático da disciplina, o plano de ensino apresenta as políticas agrárias no Brasil, discutindo a situação fundiária do país e a função social da terra, além dos principais instrumentos de reforma agrária utilizados atualmente, abordando temas como o estabelecimento de assentamentos, a desapropriação e a aquisição de terras, além do crédito fundiário. Tais tópicos estão diretamente ligados com as temáticas estudadas na presente pesquisa e estão alinhados com a proposta de formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER em assentamentos de reforma agrária no estado de Goiás.

Quanto ao diálogo da disciplina com as ações e metodologias do PROFOREXT, o plano de ensino da disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural traz, para o discente, conceitos importantes para a sua formação profissional. A abordagem de conceitos metodológicos e atividades práticas referentes a atuação da assistência técnica e extensão rural, tem o objetivo de enriquecer a formação desse estudante e capacitá-lo profissionalmente. Além disso, trabalhar reflexões sobre os impactos das políticas públicas na vida de famílias assentadas, também tem o objetivo de contribuir para a formação desse profissional para que ele seja capaz de atuar diretamente com a agricultura familiar.

Quanto aos pontos de atenção e sugestões, a disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural possui uma carga horária de 48 horas, o que é uma carga horária relativamente curta, considerando a enorme complexidade de todos os temas abordados. Nesse sentido, seria interessante talvez aumentar a carga horária da disciplina ou, caso não seja viável, incluir momentos de debates ou atividades práticas sobre os assuntos, numa forma de garantir maior profundidade e compreensão sobre os temas. Considerando-se o foco na prática de ATER, talvez fosse interessante que a disciplina incluísse atividades de campo, como visitas a comunidades de agricultores familiares, buscando explorar experiências práticas que complementem os estudos teóricos discutidos em sala.

Adicionalmente, um aspecto interessante a ser avaliado é a integração da disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural com outras disciplinas, buscando identificar como os conhecimentos construídos por meio da disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural podem relacionar-se com outros conhecimentos de outras disciplinas do curso de Agronomia, dando assim mais sentidos aos conteúdos ministrados para o discente, que será capaz de visualizar, de forma mais integrada, o desenvolvimento rural sustentável em sua formação profissional.

No que se refere à disciplina de Sociologia Rural, quanto à distribuição de carga horária, de acordo com o plano de ensino da disciplina, esta apresenta uma carga horária semestral de 32 horas.

Quanto às conexões com a ATER e a agricultura familiar, em seu objetivo geral, a disciplina de Sociologia Rural busca constituir um espaço de reflexão crítica para o estudante das ciências agrárias, evidenciando o “rural” não apenas como um espaço de produção agropecuária mas, também, como um espaço social constituído por múltiplos agentes, conflitos e contradições.

Nesse sentido, a disciplina propõe discutir o papel da Sociologia Rural na formação dos profissionais das ciências agrárias; preparar o futuro profissional para atuar junto aos múltiplos agentes e às contradições no campo, capacitando-o ao exercício da cidadania; enfatizar que aos múltiplos agentes, conflitos e contradições correspondem múltiplas necessidades que, por sua vez, exigem diferentes formas de ação por parte do profissional; estudar a formação do espaço agrário brasileiro; além de analisar de forma abrangente a realidade agropecuária e agrária brasileira em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais e compreender as relações e os conflitos sociais presentes no espaço agrário brasileiro.

Quanto às conexões com a ATER e a agricultura familiar, a disciplina de Sociologia Rural apresenta-se fortemente relacionada, considerando que a ATER é um dos principais pilares para o fortalecimento da agricultura familiar, e que a Sociologia Rural oferece a compreensão teórica necessária sobre as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que envolvem as comunidades rurais, possibilitando assim a conscientização desse profissional quanto às necessidades e contextos sociais dos agricultores familiares.

Quanto ao diálogo da disciplina com as ações e metodologias do PROFOREXT, a disciplina de Sociologia Rural busca preparar o profissional de ciências agrárias para lidar com as realidades diversas vividas pelos agricultores familiares, bem como as complexidades das interações entre eles, a comunidade e o mercado. De fato, o conceito de desenvolvimento rural abordado na disciplina e a percepção da agricultura familiar

como categoria no Brasil e no mundo, envolvendo não só a questão agrária como também as formas de produção e trabalho no campo, são temas abordados na disciplina que contribuem significativamente para a formação profissional do agente de ATER.

O plano de ensino da disciplina de Sociologia Rural pode fornecer ferramentas teóricas essenciais para a compreensão da realidade de assentamentos de reforma agrária e outras comunidades de agricultores familiares, bem como promover reflexões aprofundadas com os discentes sobre as metodologias de atuação do profissional de ATER no campo em Goiás e como se dá a sua influência na sustentabilidade e no empoderamento da agricultura familiar. Assim, ao analisar as estruturas sociais e as relações de poder no campo, a disciplina de Sociologia Rural contribui para a formação do profissional de ATER para atuar diretamente com comunidades de agricultores familiares.

Quanto aos pontos de atenção e sugestões, a disciplina de Sociologia Rural poderia articular, mais claramente, a teoria e a prática com os estudantes, apresentando conceitos sociológicos de maneira a tornar mais visível e relevante para o estudante o quanto o tema é decisivo na realidade da agricultura familiar e da ATER, especialmente no estado de Goiás. Talvez, a inclusão de estudos de caso locais, envolvendo discussões a respeito de políticas públicas e a realização de atividades práticas de campo, como visitas a assentamentos e comunidades tradicionais, possam ser estratégias para promover a compreensão crítica e aplicada dos discentes, preparando-os para atuar de forma mais eficaz e sensível às dinâmicas sociais do campo.

A análise das disciplinas de Administração Rural, Agroecologia, Políticas de Desenvolvimento Rural e Sociologia Rural, mostra que o Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Agronomia da UFG contempla um total de 208 horas de carga horária em disciplinas que abordam temas relacionados mais diretamente com a assistência técnica e extensão rural. No entanto, ao avaliarmos as disciplinas de Políticas de Desenvolvimento Rural e Sociologia Rural, disciplinas que, de fato, relacionam-se mais profundamente com a formação do profissional de ATER para atuar em comunidades de agricultores familiares, temos um total de apenas 80 horas. Essa carga horária é muito reduzida e inferior ao que seria minimamente necessário para se abordar com mais profundidade os temas relacionados à agricultura familiar e à assistência técnica e extensão rural.

Essa constatação corrobora o que Medina, Camargo e Silvestre (2018) afirmaram quanto à formação do extensionista no Brasil. Para os autores, o sistema brasileiro de formação, técnica e universitária, é ainda bastante defasado em relação à metodologia

participativa. Para eles, a formação desse profissional é ainda extremamente difusionista, com um volume expressivo de conteúdos que não serão utilizados pelos alunos quando atuarem profissionalmente. Para os autores, a formação desses indivíduos deveria ser voltada para ações práticas, com conteúdos direcionados para problemáticas concretas e compatíveis com a realidade do produtor.

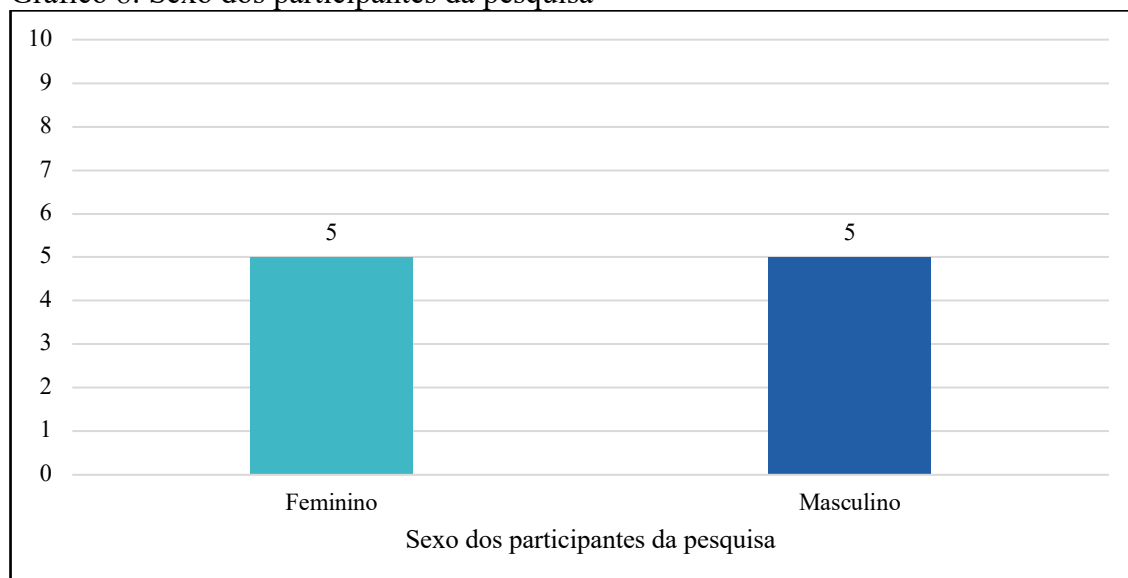
3.3. Análise das Respostas dos Questionários

A aplicação do primeiro questionário desta pesquisa, teve como objetivo definir o perfil dos recém-formados e dos estagiários que integram o PROFOREXT na Universidade Federal de Goiás. O instrumento foi aplicado a dez participantes do programa na instituição.

A primeira avaliação desse questionário, refere-se ao sexo e a cor/raça dos participantes. Observou-se que há uma distribuição equilibrada entre pessoas do sexo feminino e masculino. A paridade demonstra a participação equitativa entre os gêneros na pesquisa, o que contribui para uma análise plural das experiências e percepções relatadas. Quanto à cor/raça, os dados mostram que dos dez participantes, seis se autodeclararam brancos, enquanto apenas dois se autodeclararam negros e outros dois se autodeclararam pardos.

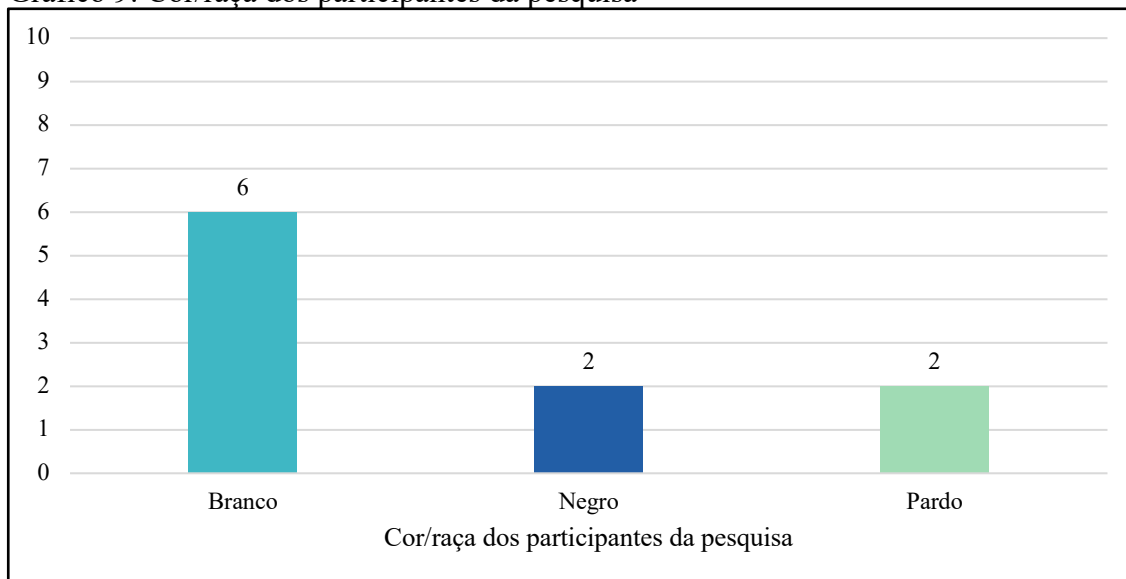
Esses dados podem ser observados nos Gráficos 8 e 9, a seguir.

Gráfico 8: Sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

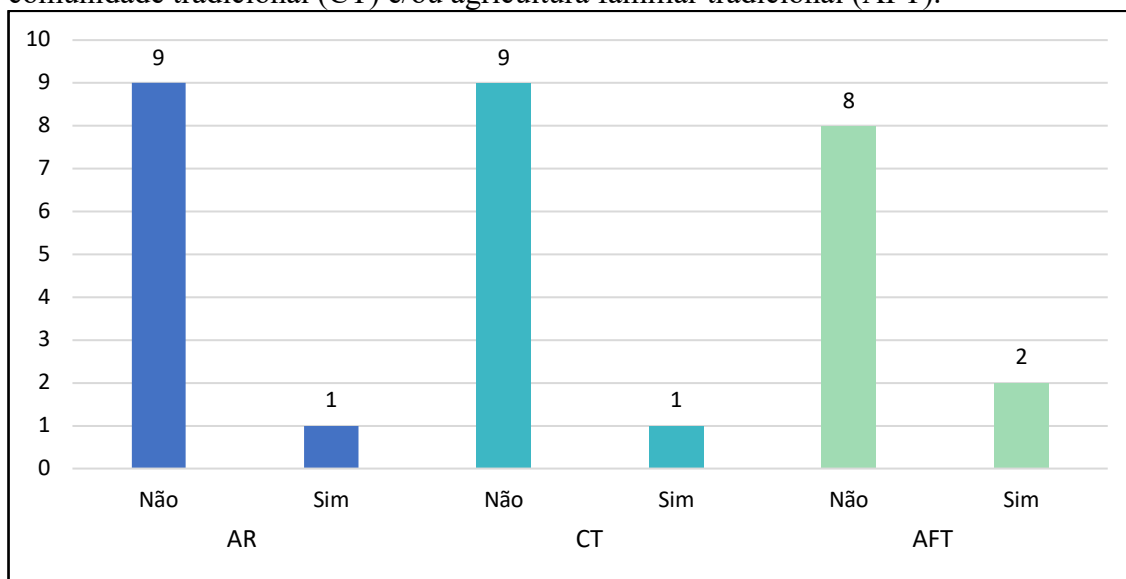
Gráfico 9: Cor/raça dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A próxima avaliação realizada, refere-se ao número de participantes que declararam ser pertencentes a assentamento de reforma agrária, comunidade tradicional e/ou agricultura familiar tradicional. A partir do Gráfico 10, a seguir, observa-se que, dos dez participantes, apenas um declarou pertencer a assentamento de reforma agrária. Do mesmo modo, apenas um participante declarou pertencer a comunidade tradicional. Dois declararam pertencer a agricultura familiar tradicional.

Gráfico 10: Pertencimento dos participantes a assentamento de reforma agrária (AR), comunidade tradicional (CT) e/ou agricultura familiar tradicional (AFT).

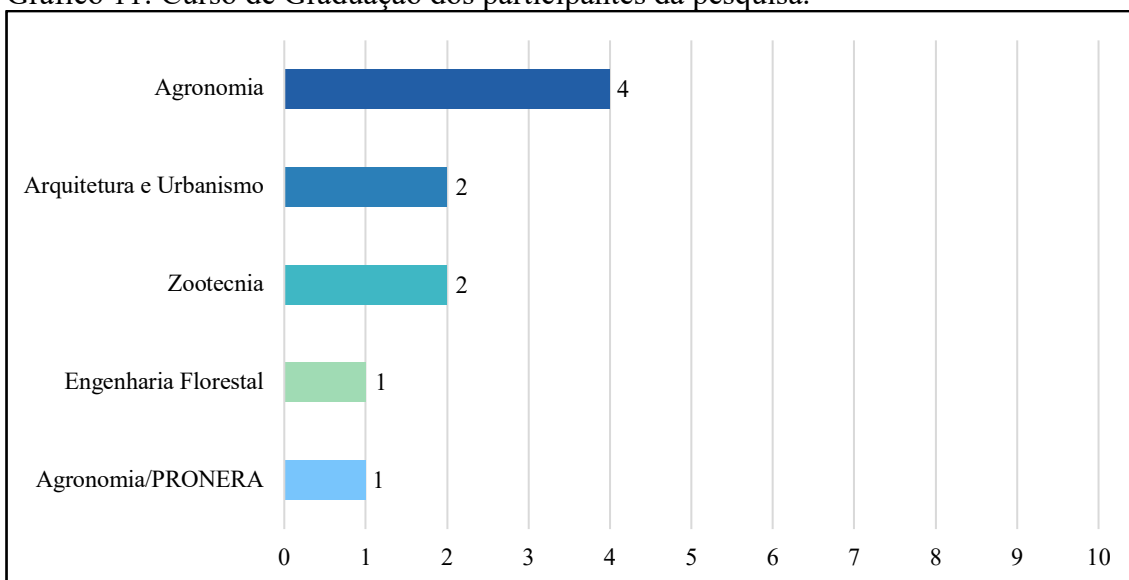


Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Seguindo com as avaliações das respostas do Questionário 1 aplicado aos dez participantes da pesquisa, a próxima pergunta analisada refere-se ao curso de graduação

dos participantes. O Gráfico 11 nos traz os cursos de graduação dos participantes e nos mostra que dos dez participantes da pesquisa, quatro são do curso de Agronomia, dois são do curso de Arquitetura e Urbanismo, outros dois são do curso de Zootecnia, um é do curso de Engenharia Florestal e um é do curso de Agronomia/Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

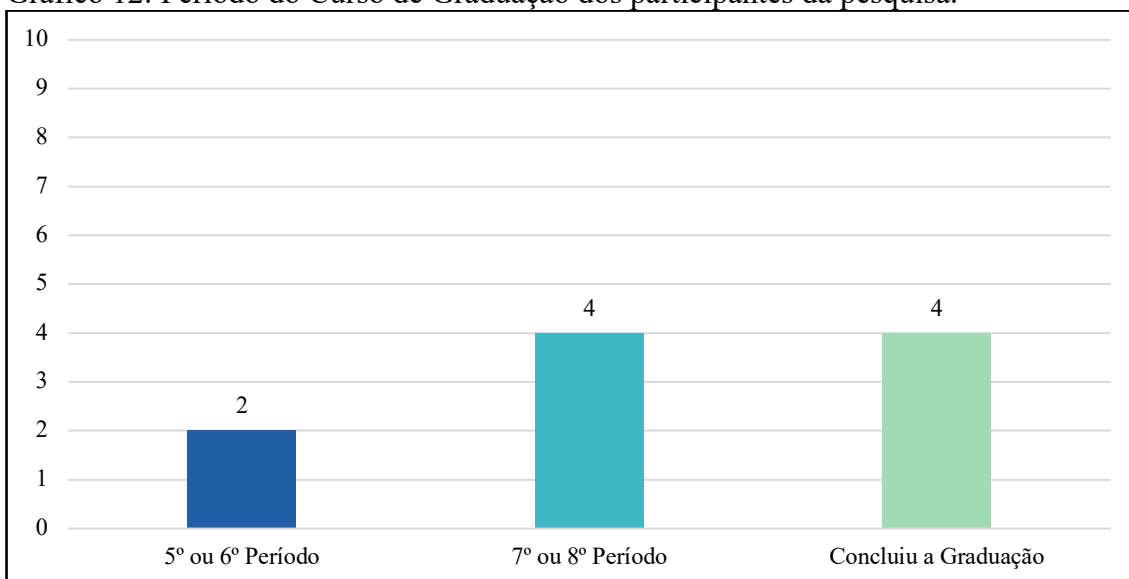
Gráfico 11: Curso de Graduação dos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

O Gráfico 12 apresenta o período do curso de graduação em que os participantes se encontram. Dois encontram-se no 5º ou 6º período, quatro encontram-se no 7º ou 8º período, e outros quatro participantes já concluíram o curso de graduação.

Gráfico 12: Período do Curso de Graduação dos participantes da pesquisa.

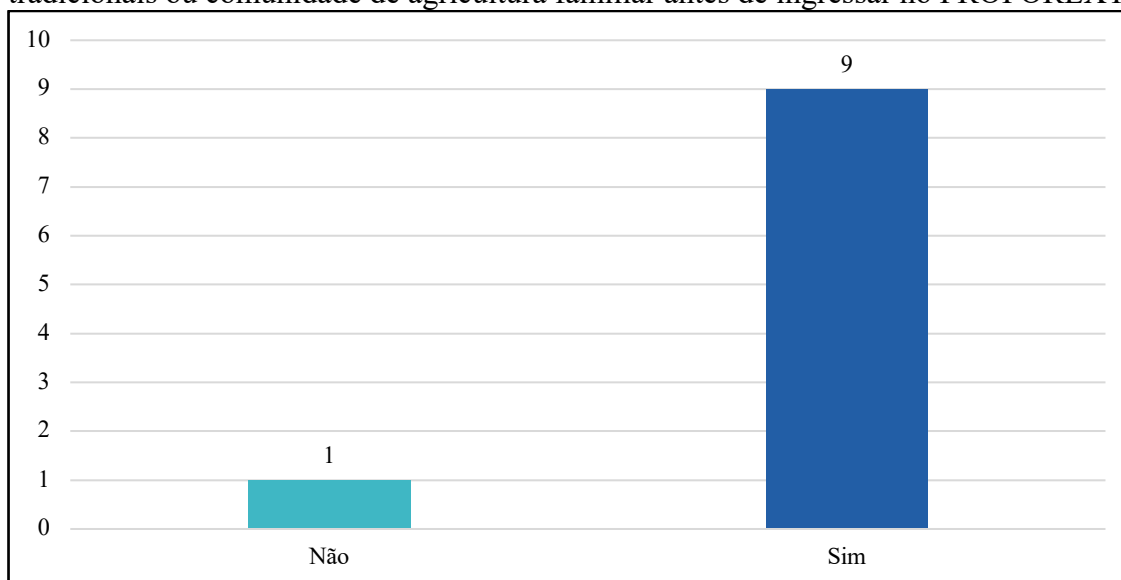


Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A próxima avaliação realizada a partir do questionário aplicado, traz informações a respeito da participação dos respondentes em visitas a assentamentos de reforma agrária, comunidades de povos tradicionais ou comunidade de agricultura familiar.

Conforme observado no Gráfico 13, dos dez participantes, nove já visitaram assentamentos de reforma agrária, comunidades de povos tradicionais ou comunidade de agricultura familiar. Este é um dado importante, uma vez que pode indicar que, ao relatarem posteriormente como foram suas primeiras visitas às comunidades atendidas pelo programa, esses respondentes provavelmente já possuíam alguma familiaridade com as realidades desses locais, o que pode ter influenciado suas expectativas e a forma como interpretaram as experiências vivenciadas.

Gráfico 13: Se já visitou algum assentamento de reforma agrária, comunidades de povos tradicionais ou comunidade de agricultura familiar antes de ingressar no PROFOREXT.



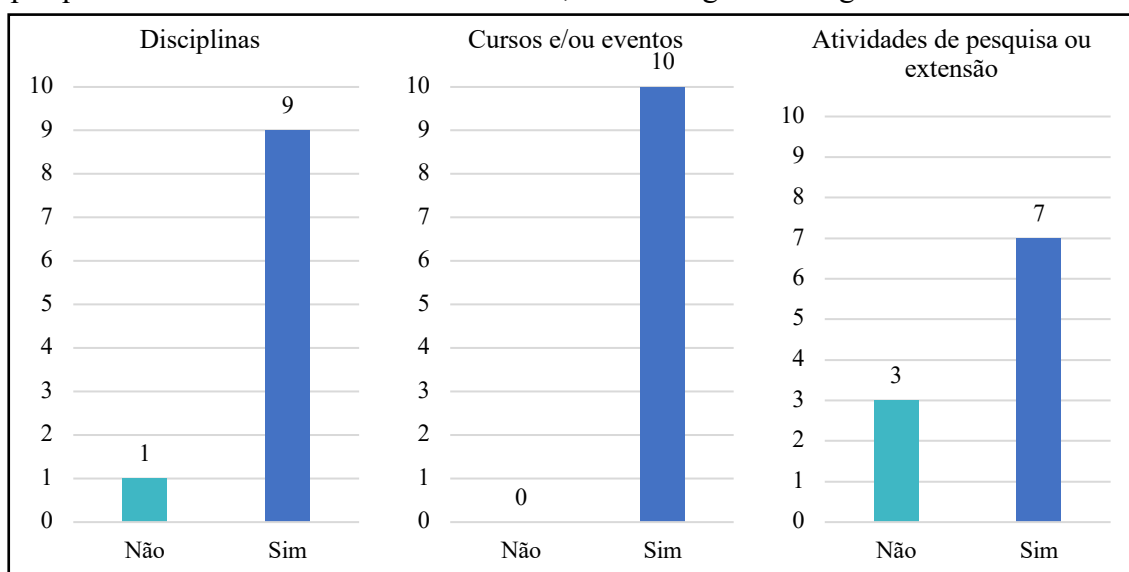
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

O Gráfico 14 apresenta informações a respeito da participação dos respondentes, durante o curso de graduação, em disciplinas relacionadas à agricultura familiar, reforma agrária, sociologia e/ou desenvolvimento rural, participação em cursos, palestras e/ou eventos relacionados à ATER e participação em atividades de pesquisa ou extensão na área de reforma agrária ou agricultura familiar.

Os dados do gráfico mostram que todos os respondentes da pesquisa já participaram de cursos e/ou eventos relacionados ao tema. Quanto à participação em disciplinas, nove dos respondentes já cursaram disciplinas relacionadas à agricultura familiar, reforma agrária, sociologia e/ou desenvolvimento rural. Os dados ainda mostram que sete dos dez respondentes já participaram de atividades de pesquisa ou extensão na área de reforma agrária ou agricultura familiar.

O fato da maioria dos respondentes terem participado de cursos e/ou eventos relacionados ao tema e de atividades de pesquisa ou extensão na área de reforma agrária ou agricultura familiar, pode significar que possuíam relativo envolvimento prévio com temas centrais ao programa. Isso sugere que suas trajetórias acadêmicas estavam em sintonia com os princípios da agricultura familiar, da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

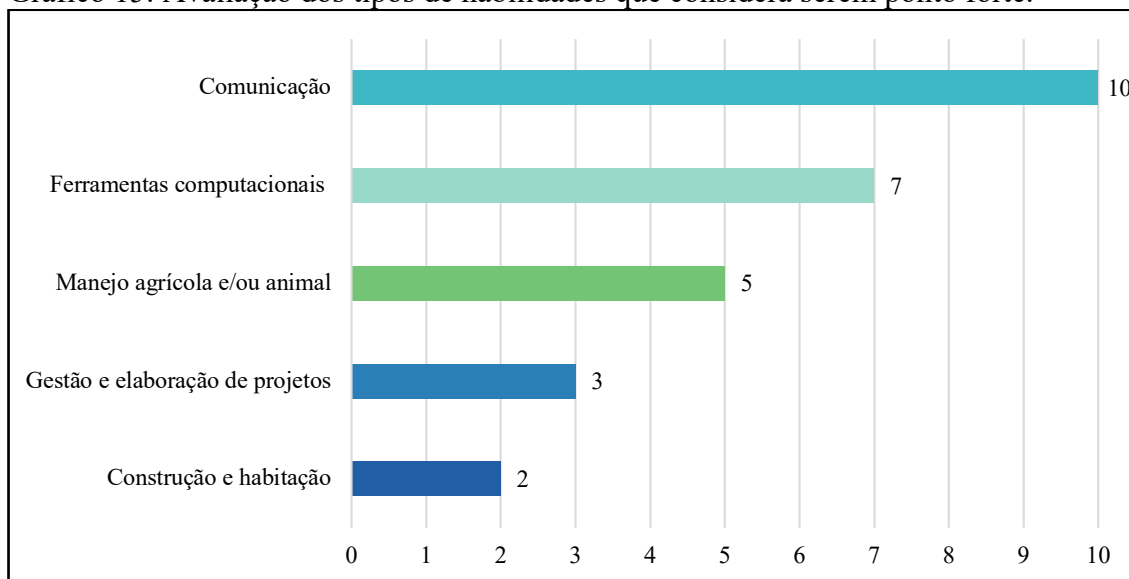
Gráfico 14: Participação em disciplinas, cursos, palestras, eventos e atividades de pesquisa ou extensão relacionadas à ATER, reforma agrária ou agricultura familiar.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Por fim, a partir do Questionário 1, avaliou-se quais os tipos de habilidades que os participantes identificam como seus pontos fortes. As respostas foram submetidas a análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: habilidade de comunicação; domínio de ferramentas computacionais; conhecimento em manejo agrícola e/ou animal; conhecimento em gestão e elaboração de projetos; conhecimento em construção e habitação. O Gráfico 15 mostra a distribuição das respostas dos participantes conforme essa categorização.

Gráfico 15: Avaliação dos tipos de habilidades que considera serem ponto forte.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A partir do Gráfico 15, observa-se que a habilidade de comunicação foi citada por todos os dez participantes da pesquisa. Nessa categoria, alguns respondentes enfatizaram a habilidade de comunicação popular, a oratória e habilidade de comunicação dialógica e horizontalizada. Essa habilidade é um recurso importante para o programa, uma vez que contribui na resolução de problemas, na condução da metodologia participativa e na formação de vínculos com os agricultores familiares atendidos.

Em seguida, o domínio de ferramentas computacionais foi a habilidade mais citada pelos participantes da pesquisa. Nessa categoria, as respostas envolveram conhecimento na utilização de ferramentas como *Microsoft Excel*, *Microsoft PowerPoint*, *Microsoft Power BI*, *Canva*, *SketchUp (Trimble Inc.)*, *AutoCAD (Autodesk)* e *Revit (Autodesk)*. Essa habilidade é essencial para a organização e a sistematização de dados coletados pela equipe, para a elaboração de materiais técnicos e pedagógicos e, ainda, para a comunicação visual de propostas, facilitando assim a interlocução entre equipe e comunidade.

A terceira categoria mais citada pelos participantes da pesquisa foi o conhecimento em manejo agrícola e/ou animal. Foram mencionados os conhecimentos em: manejo de fertilidade do solo; manejo agroecológico e preparo de adubos orgânicos; manejo de pragas e doenças; manejo de hortaliças, fruticultura e pequenas lavouras; manejo de pastagens; produção leiteira, envolvendo manejo de ordenha, manejo sanitário e técnicas de análise. Tais habilidades são importantes para a orientação direta aos agricultores familiares, principalmente no que se refere a processos relacionados a transição agroecológica, aumento de produtividade e promoção da segurança alimentar.

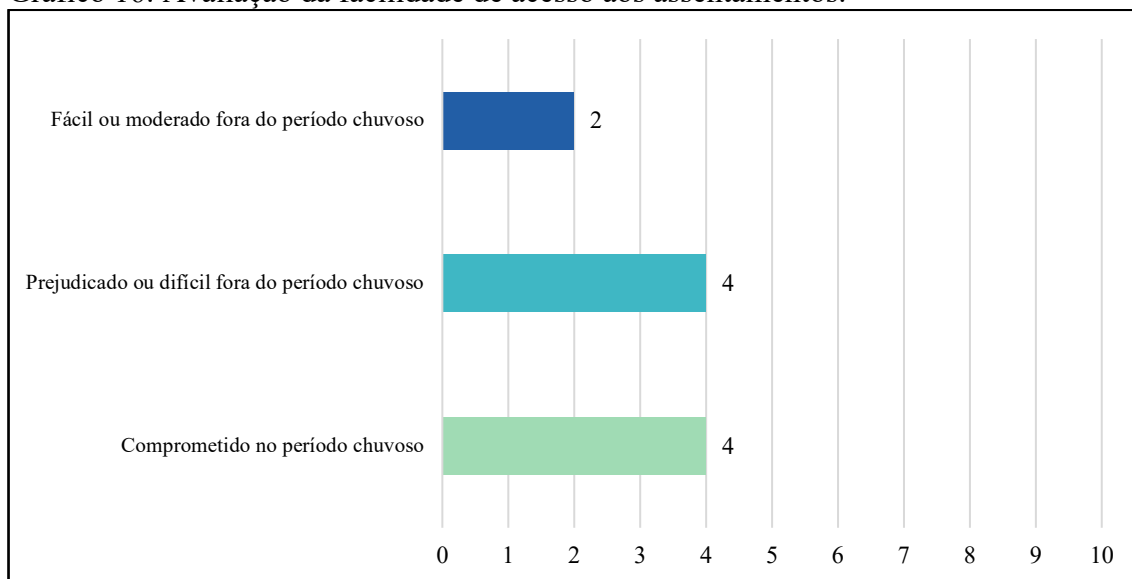
Posteriormente, três dos dez respondentes da pesquisa citaram que têm conhecimento em gestão e elaboração de projetos. As respostas destes envolveram conhecimento para elaboração de planos de ação e projetos participativos, coordenação de equipe, gestão da informação e visão holística na resolução de problemas. Essas habilidades mostram que esses participantes podem ter competências relacionadas à liderança, planejamento e mediação de processos coletivos. Capacidades essas que são fundamentais para a consolidação de ações de extensão em contextos que exigem sensibilidade política, capacidade de negociação e organização comunitária.

Por fim, dois entre os dez participantes citaram que têm conhecimento em construção e habitação. Foram mencionados conhecimentos teóricos sobre direito à moradia, direito à cidade, políticas habitacionais e assessoria técnica para habitação de interesse social, além de conhecimentos em bioconstruções. Esses são conhecimentos que contribuem na ampliação do escopo do programa, estabelecendo conexões com outras dimensões do desenvolvimento rural, como o direito à moradia e cidadania.

Quanto ao segundo questionário, sua aplicação teve como objetivo identificar as percepções iniciais dos participantes a respeito das visitas realizadas às áreas de assentamentos de reforma agrária contemplados pelo PROFOREXT em Goiás. A finalidade desse instrumento foi captar a avaliação dos participantes quanto à facilidade de acesso às comunidades, quais as principais dificuldades e limitações, potencialidades e demandas locais, bem como a receptividade das comunidades. Além disso, o questionário ainda abordou o nível de motivação do participante para dar seguimento às suas atividades dentro do programa, o que permitiu identificar o grau de envolvimento e de engajamento desses indivíduos após as primeiras visitas.

A primeira avaliação realizada a partir desse questionário, refere-se à percepção dos respondentes quanto à facilidade de acesso aos assentamentos. As respostas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: acesso fácil ou moderado fora do período chuvoso, em que o acesso foi considerado geralmente possível, especialmente na seca, com dificuldades pontuais referentes a relevo, distância ou estrutura, mas com estratégias para superá-las; acesso prejudicado ou difícil fora do período chuvoso, em que o acesso foi considerado limitado, com dificuldades devido à distância, estradas ruins ou relevo acidentado; e acesso comprometido no período chuvoso, em que foi considerada a sazonalidade das chuvas como fator decisivo, transformando trajetos viáveis em vias difíceis. Os dados são apresentados no Gráfico 16.

Gráfico 16: Avaliação da facilidade de acesso aos assentamentos.

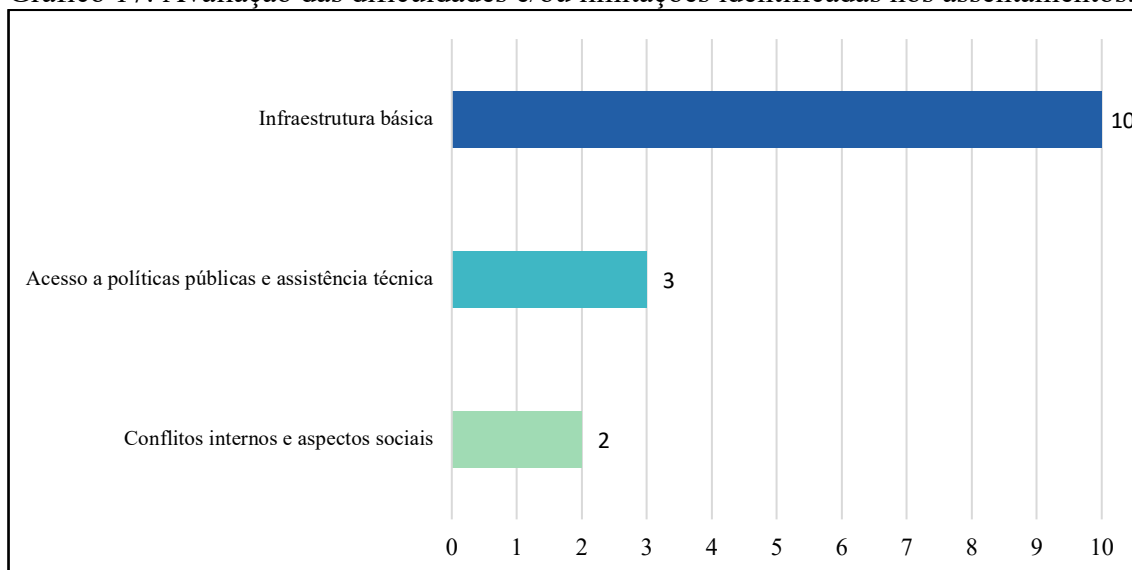


Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A partir dos dados obtidos, nota-se que, quatro entre os dez participantes consideraram o acesso comprometido no período chuvoso, bem como outros quatro participantes consideraram o acesso prejudicado ou difícil fora do período chuvoso. Sendo assim, apenas dois respondentes consideraram o acesso fácil ou moderado fora do período chuvoso. A partir dessa avaliação, pode-se afirmar que, para a maioria dos participantes da pesquisa, o acesso às comunidades não é fácil ou muito simples, e, nesse sentido, a sazonalidade das chuvas é um fator decisivo.

A segunda avaliação realizada a partir do Questionário 2 refere-se à percepção dos respondentes quanto às dificuldades e/ou limitações identificadas nos assentamentos. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: quanto ao acesso à infraestrutura básica, como água, energia elétrica, moradia, saneamento básico, estrada, escola, saúde e telefonia; quanto ao acesso à políticas públicas e assistência médica, a partir da disponibilidade de recursos financeiros, incentivo à comercialização e acesso à ATER; quanto à conflitos internos e aspectos sociais, referentes a problemas entre associações, baixa permanência dos jovens no campo e uso indevido da terra. Os dados são apresentados no Gráfico 17, a seguir.

Gráfico 17: Avaliação das dificuldades e/ou limitações identificadas nos assentamentos.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Os dados apresentados mostram que todos os participantes da pesquisa citaram dificuldades e/ou limitações referentes à infraestrutura básica nos assentamentos visitados, sendo que dificuldades como acesso à água e energia elétrica foram os pontos mais mencionados. Isso demonstra a precariedade estrutural encontrada nessas comunidades, o que compromete a qualidade de vida das famílias assentadas e dificulta o desenvolvimento das atividades de produção. Além disso, a carência de investimentos públicos e políticas de apoio contínuo agravam a situação, refletindo um cenário de intensa vulnerabilidade econômica e social que persiste ao longo de anos.

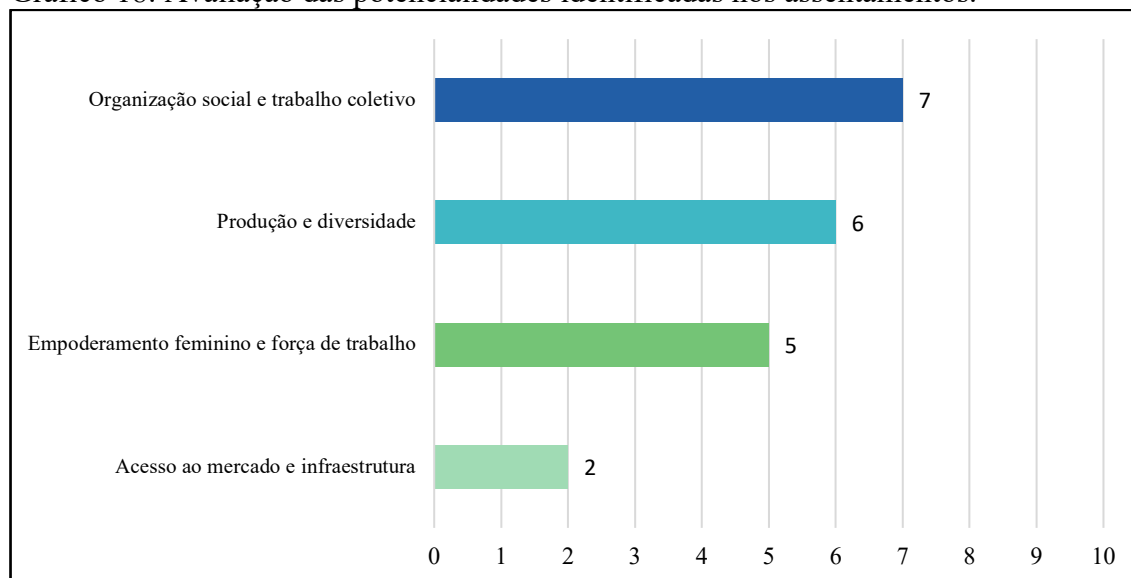
Em seguida, três respondentes relataram as dificuldades e/ou limitações de acesso a políticas públicas e assistência técnica. Nessa categoria, as respostas mencionaram dificuldade na comercialização dos produtos em decorrência da distância dos grandes centros, limitação de recursos financeiros e dificuldade de acesso à serviços de assistência técnica e extensão rural.

Por fim, dois participantes relataram dificuldades e/ou limitações referentes a conflitos internos e aspectos sociais. As respostas mencionam a ocorrência de conflitos entre associações, bem como dificuldade em manter os jovens nos assentamentos.

A terceira avaliação realizada a partir do segundo questionário, refere-se à percepção dos respondentes quanto às potencialidades identificadas nos assentamentos. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: quanto à organização social e trabalho coletivo, referente à atuação das associações, cooperativas e grupos organizados nas comunidades; quanto à produção e diversidade, referente à diversificação da produção de alimentos e à agroecologia; quanto

ao empoderamento feminino e a força de trabalho, referente à importância das mulheres e envolvimento nas atividades produtivas; quanto ao acesso ao mercado e infraestrutura, referente ao escoamento da produção, acesso a mercado institucional e outros canais de comercialização. Os dados são apresentados no Gráfico 18, a seguir.

Gráfico 18: Avaliação das potencialidades identificadas nos assentamentos.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Os dados apresentados mostram que sete entre os dez participantes da pesquisa citaram a organização social e o trabalho coletivo como potencial identificado nos assentamentos. As respostas mencionam a presença de associações promissoras, reativação de cooperativas, luta coletiva por direitos sociais e espírito empreendedor.

A segunda categoria destacada, mencionada por seis entre os dez participantes, refere-se ao potencial de produção e diversidade produtiva nos assentamentos. As respostas destacaram a produção de hortaliças e frutíferas em manejo orgânico com alta diversidade, produção animal variada, quintais produtivos, além de subprodutos, como queijos e doces. Esse conjunto de atividades mostra a riqueza dos sistemas produtivos presentes nos assentamentos. Sustentada por práticas agroecológicas, multifuncionais e adaptadas à realidade local, essa diversidade produtiva não só contribui para a segurança alimentar das famílias, como também evidencia as possibilidades de geração de renda e fortalecimento da economia local, principalmente quando articulada com estratégias coletivas de agroindustrialização e comercialização.

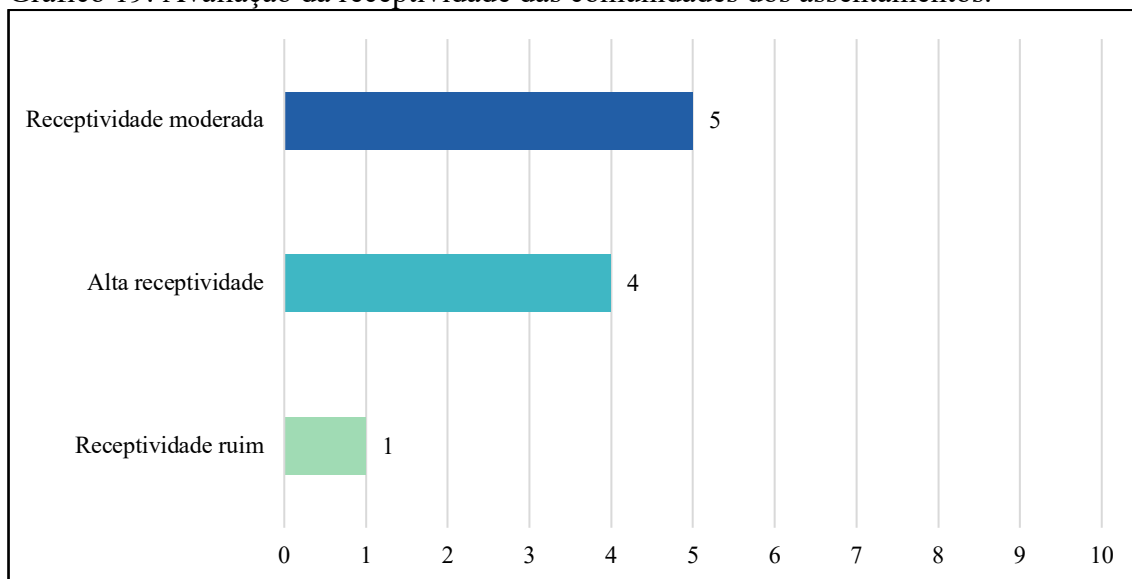
Em seguida, a categoria mais mencionada pelos participantes da pesquisa refere-se ao potencial do empoderamento feminino e da força de trabalho nos assentamentos. Esta é, de fato, uma categoria que chama muito a atenção dentro da pesquisa, uma vez

que cinco entre os dez respondentes destacaram a atuação das mulheres nas comunidades e a força de trabalho das famílias, ressaltando assim o protagonismo feminino nas atividades produtivas, organizativas e na condução de iniciativas locais. As respostas indicam que as mulheres têm desempenhado papel fundamental e central na manutenção das unidades de produção, nas tomadas de decisão e na mobilização social, contribuindo diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar. Essa valorização do trabalho da mulher nas comunidades revela uma importante dimensão da dinâmica social nos assentamentos, onde as mulheres compartilham responsabilidades e também lideram processos de transformação.

Por fim, dois entre os dez participantes da pesquisa destacaram o acesso ao mercado e a infraestrutura como potencialidades dentro dos assentamentos. Para eles, há potencial para escoamento da produção, seja em feiras, venda direta ou mercado institucional e também há potencial para construções e reformas dentro das comunidades, por isso uma boa oportunidade para atuação de arquitetos e engenheiros.

A próxima avaliação realizada a partir dos dados obtidos com a aplicação do segundo questionário, refere-se à percepção da receptividade das comunidades dos assentamentos. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: alta receptividade, quando as comunidades se apresentaram acolhedoras, colaborativas e abertas à atuação do projeto; receptividade moderada, quando as comunidades se apresentaram geralmente receptivas, mas com alguma resistência ou problemas pontuais, como falta de comunicação ou alinhamento institucional; e receptividade ruim, quando as comunidades apresentaram resistência significativa, recusa em participar das ações ou, ainda, clima de desconfiança evidente. Os dados são apresentados no Gráfico 19.

Gráfico 19: Avaliação da receptividade das comunidades dos assentamentos.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Os dados apresentados mostram que cinco entre os dez participantes consideraram a receptividade das comunidades dos assentamentos moderada. Nessa categoria, algumas respostas destacaram que as comunidades se apresentaram, no geral, receptivas, mas que, em alguns momentos, alguns indivíduos apresentaram-se resistentes ou desconfiados das ações propostas. A aplicação de questionários foi um dos momentos que causou certo desconforto nas comunidades e que exigiu maior dinamismo e engajamento da equipe.

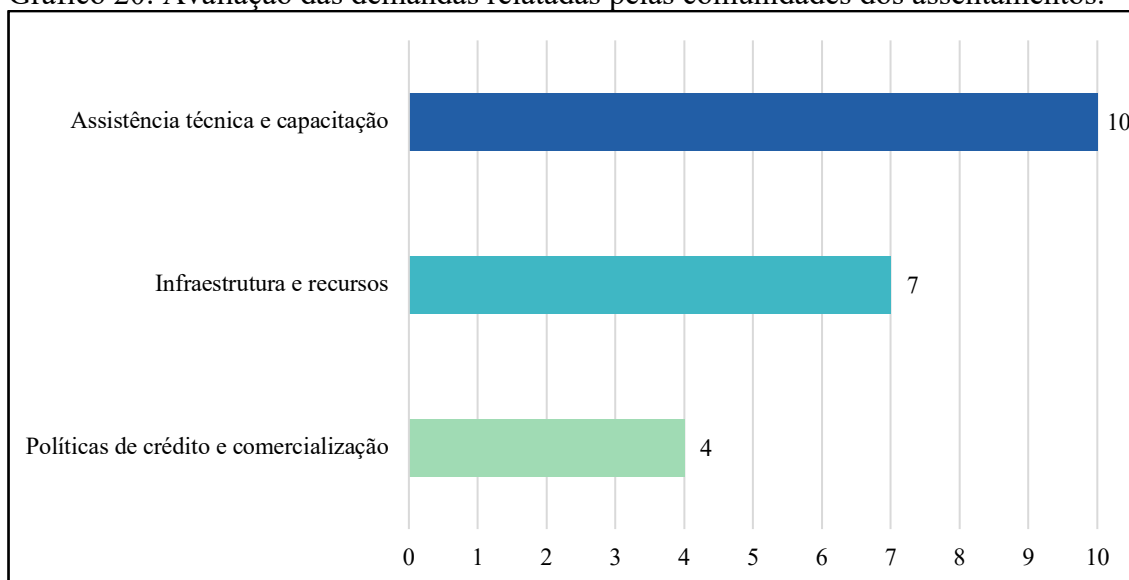
Ainda de acordo com as respostas obtidas, quatro entre os dez respondentes consideraram que as comunidades apresentaram alta receptividade. Nessa categoria, as respostas mencionaram que as famílias demonstraram grande disposição em colaborar com a equipe, explicando a realidade local, facilitando o acesso às informações e proporcionando boas condições de estadia. O acolhimento foi descrito como caloroso e respeitoso, o que mostra o interesse das comunidades em contribuir com a atuação do programa, reconhecendo os possíveis benefícios para os assentamentos.

Nessa avaliação, apenas um participante da pesquisa mencionou que a receptividade, em alguns momentos, foi ruim, uma vez que as famílias não aceitaram participar de algumas dinâmicas e se recusaram a participar da aplicação dos questionários. Nesse sentido, o clima de desconfiança foi evidente.

Os dados obtidos com a aplicação do segundo questionário, refere-se à avaliação dos participantes quanto às demandas relatadas pelas comunidades dos assentamentos. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: demandas por assistência técnica e capacitação, referente à orientação técnica quanto a fertilidade de solos, manejo de pragas e doenças, culturas anuais, horticultura,

qualidade de pastagens, produção animal, planejamento financeiro e licenciamento ambiental; demandas por infraestrutura e recursos, referente ao acesso à água, energia elétrica, moradia, condições de armazenamento e conservação de produtos; demandas por políticas de crédito e comercialização, referente ao acesso ao PRONAF, PAA, PNAE. Os dados são apresentados no Gráfico 20.

Gráfico 20: Avaliação das demandas relatadas pelas comunidades dos assentamentos.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

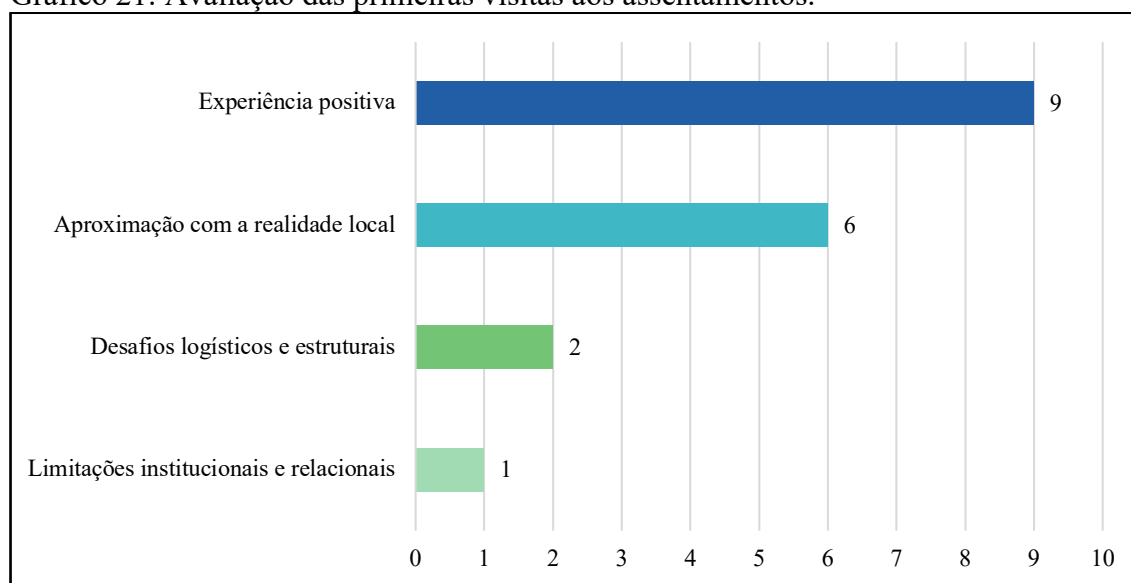
De acordo com os dados obtidos, todos os dez participantes da pesquisa mencionaram que as comunidades dos assentamentos relataram demandas por assistência técnica e capacitação. Esse resultado mostra que há, de fato, grande carência de políticas públicas direcionadas para o acompanhamento técnico e, principalmente, continuado dessas comunidades. Essa carência compromete o aproveitamento do potencial produtivo e também organizativo que existem nos assentamentos.

As respostas revelam, ainda, que as famílias de assentados têm solicitado a presença de técnicos, o que evidencia não somente a ausência da ATER nesses locais, mas também o reconhecimento da sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar. A assistência técnica qualificada e permanente é importante para orientar práticas produtivas sustentáveis, fomentar a agroindustrialização, apoiar a gestão das comunidades e promover a autonomia das famílias. Do mesmo modo, a menção de demanda por capacitação também evidencia o interesse das famílias em ampliar seus conhecimentos e aprimorar suas habilidades,

A próxima análise refere-se à avaliação dos participantes quanto às primeiras visitas aos assentamentos. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo

e categorizadas da seguinte forma: experiência positiva, quando as respostas se referiram à satisfação com as visitas e valorização da vivência nos assentamentos; aproximação com a realidade local, quando as respostas se referiram à construção de vínculo, compreensão das demandas, escuta ativa e aprendizado com as comunidades; desafios logísticos e estruturais, quando as respostas se referiram à percepção de dificuldades relacionadas ao acesso, distância, infraestrutura e acomodações; limitações institucionais e relacionais, quando as respostas se referiram às tensões internas nas comunidades ou na equipe, como conflitos e falta de engajamento. Os dados são apresentados no Gráfico 21.

Gráfico 21: Avaliação das primeiras visitas aos assentamentos.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Os dados analisados mostram que nove entre os dez participantes da pesquisa mencionaram aspectos positivos nas primeiras visitas aos assentamentos, destacando que a experiência foi positiva. Nessa categoria, foram relatados aspectos como a satisfação com a proximidade com a realidade das comunidades e a valorização da vivência nos assentamentos.

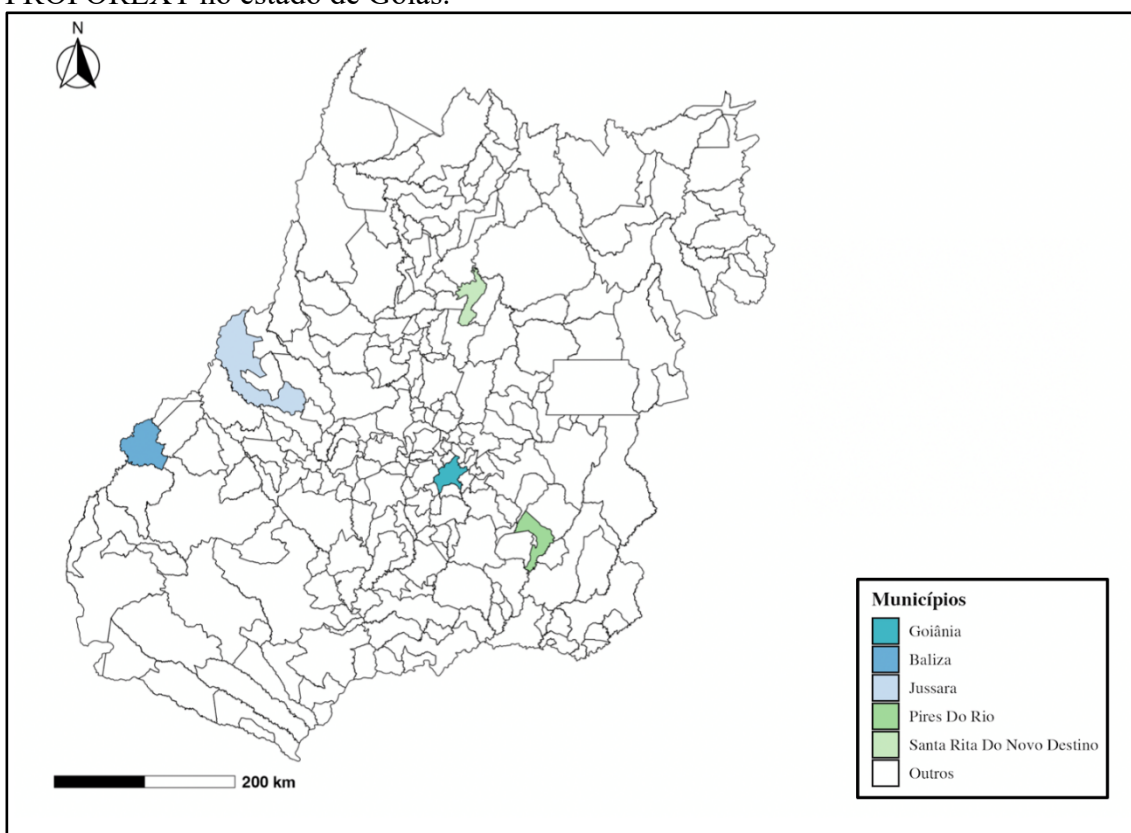
Em seguida, seis entre os dez participantes da pesquisa mencionaram a aproximação com a realidade local. Nessa categoria, as respostas se referiram à construção de vínculo com as famílias assentadas, compreensão das demandas relatadas por eles, escuta ativa e aprendizado com as comunidades a partir dessa escuta.

Ainda sobre a avaliação dos participantes quanto às primeiras visitas aos assentamentos, dois entre os dez respondentes mencionaram desafios logísticos e estruturais. Nessa categoria, as respostas se referiram à percepção de dificuldades de

acesso, longa distância entre a universidade e as comunidades, infraestrutura local limitada e falta de acomodações mais adequadas para toda a equipe.

A Figura 8 mostra a localização do município de Goiânia, onde está situada a Universidade Federal de Goiás (UFG), e os municípios onde estão as comunidades atendidas pelo PROFOREXT em Goiás, a saber: comunidade do Assentamento Oziel Alves Pereira, no município de Baliza, comunidade do Assentamento Reata, no município de Jussara, comunidade do Assentamento Serra, no município de Pires do Rio, e comunidade Tomás Cardoso, no município de Santa Rita do Novo Destino.

Figura 8: Localização dos municípios onde estão as comunidades atendidas pelo PROFOREXT no estado de Goiás.



Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

O Quadro 10 apresenta a distância entre o município de Goiânia e as comunidades atendidas pelo PROFOREXT em Goiás. Conforme ressaltado pelos participantes, as distâncias são, de fato, consideráveis.

Quadro 10: Distância entre o município de Goiânia e as comunidades atendidas pelo PROFOREXT em Goiás.

Comunidade	Município	Distância do município de Goiânia
Reata	Jussara	226 km
Serra	Pires do Rio	146 km
Tomás Cardoso	Santa Rita do Novo Destino	223 km
Oziel Alves Pereira	Baliza	415 km

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela coordenação geral do PROFOREXT.

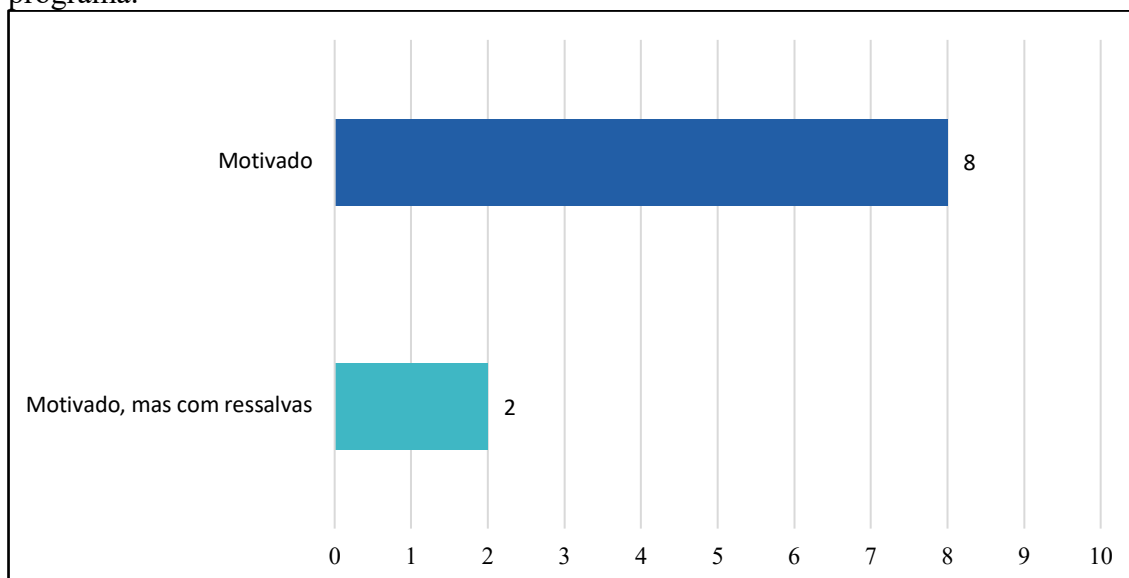
Por fim, um participante da pesquisa mencionou em sua resposta aspectos referentes às limitações institucionais e relacionais, referindo-se às tensões internas tanto nas comunidades como na equipe, como a existência de conflitos e a falta de engajamento.

A última análise realizada a partir dos dados obtidos com a aplicação do segundo questionário, refere-se à avaliação dos participantes quanto à motivação para dar seguimento às atividades dentro do programa. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: se sente motivado; e se sente motivado, mas com ressalvas.

Nessa análise, oito entre os dez participantes informaram que se sentem motivados a dar seguimento em suas atividades dentro do programa. Nessa categoria, as respostas mencionaram que a participação tem sido uma experiência única, desafiadora e gratificante, além disso foi destacado o potencial do programa e o seu impacto sobre o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar nas comunidades.

Dois participantes informaram que se sentem motivados, mas com ressalvas. Nesse aspecto, as ressalvas mencionadas foram baixa remuneração oferecida aos integrantes da equipe e orientação insuficiente por parte da coordenação regional e supervisão no que se refere aos processos de formação dos integrantes. Os dados são apresentados no Gráfico 22.

Gráfico 22: Avaliação quanto à motivação para dar seguimento às atividades dentro do programa.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

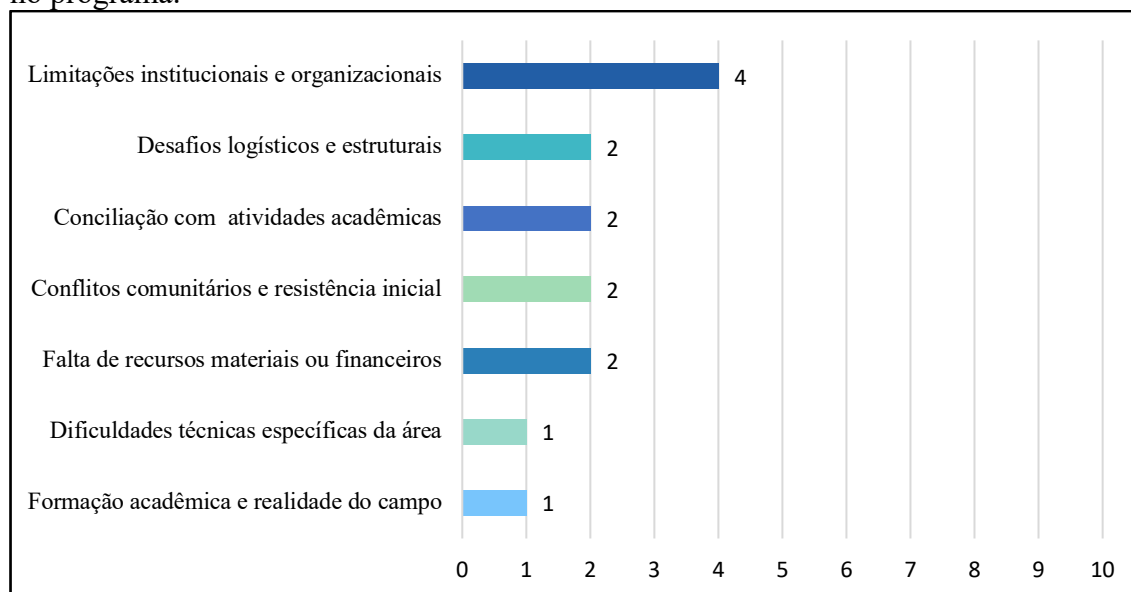
A aplicação do terceiro questionário da pesquisa, teve como objetivo avaliar os efeitos do PROFOREXT na formação profissional dos participantes. O instrumento teve a finalidade de compreender se, na percepção dos participantes, o programa contribuiu significativamente para a sua trajetória formativa, além de identificar as principais dificuldades e/ou limitações enfrentadas durante a execução das atividades de formação.

Esse questionário foi essencial para identificar as impressões consolidadas após o período de vivências e de ações realizadas em parceria com as comunidades atendidas pelo programa em Goiás, bem como compreender as perspectivas profissionais dos participantes da pesquisa quanto a sua atuação na área de assistência técnica e extensão rural após a participação no PROFOREXT.

A primeira análise realizada a partir desse questionário, refere-se à avaliação dos participantes quanto às maiores dificuldades enfrentadas por eles durante a participação no programa. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: limitações institucionais e organizacionais, quando as respostas se referiram a falhas na gestão, planejamento, comunicação, orientação e articulação entre integrantes da equipe; desafios logísticos e estruturais, quando as respostas se referiram a obstáculos físicos ou operacionais, como distância até as comunidades, infraestrutura ou tempo para os deslocamentos; conciliação com atividades acadêmicas, quando as respostas se referiram ao desafio em equilibrar a participação no programa com demandas acadêmicas, como TCC ou outras disciplinas da graduação; conflitos comunitários e resistência inicial, quando as respostas se referiram às barreiras criadas por dinâmicas internas das comunidades, como conflitos, falta de confiança ou

baixa adesão; falta de recursos materiais ou financeiros, quando as respostas se referiram a falta de insumos, materiais ou orçamento necessário para executar atividades; formação acadêmica e realidade do campo, quando as respostas se referiram às dificuldades de aplicar o que é aprendido na universidade frente às realidades práticas e demandas sociais do campo; e dificuldades técnicas específicas da área, quando as respostas se referiram à elaboração de orçamentos e projetos. Os dados são apresentados no Gráfico 23.

Gráfico 23: Avaliação quanto às maiores dificuldades enfrentadas durante a participação no programa.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados, pode-se observar que quatro entre os dez participantes da pesquisa responderam que entre as maiores dificuldades enfrentadas por eles durante a participação no programa estão limitações institucionais e organizacionais. Nessa categoria, as respostas mencionaram falhas na gestão, planejamento, comunicação, orientação e articulação entre integrantes da equipe. Nesse aspecto, os participantes relataram desafios na comunicação entre os estagiários e recém-formados com a coordenação regional e supervisão do programa, o que impactou o planejamento e a execução das atividades propostas. Foram relatadas também dificuldades quanto à clareza nas informações entre integrantes da equipe e dificuldade de interligar a equipe de arquitetura e urbanismo com a equipe de agronomia. Além disso, algumas respostas mencionaram dificuldades no cumprimento de reuniões, o que acabou por comprometer o trabalho em conjunto da equipe.

Em seguida, dois entre os dez participantes da pesquisa responderam que entre as maiores dificuldades enfrentadas por eles durante a participação no programa estão

desafios logísticos e estruturais. Nessa categoria, as respostas mencionaram obstáculos físicos ou operacionais, como distância até as comunidades, infraestrutura ou tempo para os deslocamentos. Nesse aspecto, os participantes relataram que a distância entre a cidade de Goiânia e a maioria dos assentamentos é grande, o que tornava o tempo para o deslocamento longo e, muitas vezes, superior ao período efetivo de permanência nas comunidades.

Posteriormente, também mencionada por dois entre os dez participantes da pesquisa, está a categoria conciliação com atividades acadêmicas. Nela, as respostas se referiram ao desafio em equilibrar a participação no programa com as demandas acadêmicas, como elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso ou outras disciplinas da graduação. Esses participantes tiveram poucas dificuldades em relação ao PROFOREXT, mas consideraram desafiador o cumprimento da carga horária do programa de forma concomitante às outras demandas do curso de graduação. No entanto, ainda assim, ressaltaram a importância da participação no programa para consolidarem suas pesquisas.

Segundo com essa avaliação, dois participantes da pesquisa responderam que entre as maiores dificuldades enfrentadas por eles durante a participação no programa estão conflitos comunitários e resistência inicial. Nessa categoria, as respostas mencionaram barreiras criadas por dinâmicas internas das comunidades, como conflitos, falta de confiança ou baixa adesão. Segundo eles, em alguns assentamentos, houve resistência inicial à aceitação do programa, e a adesão efetiva às propostas só ocorreu nos momentos finais do cronograma. Foi nessa fase que a equipe conseguiu consolidar a metodologia de atuação de forma mais eficaz, o que resultou em um aprimoramento da execução das atividades.

Dois participantes da pesquisa responderam que entre as maiores dificuldades enfrentadas por eles durante a participação no programa está a falta de recursos materiais ou financeiros. Nessa categoria, as respostas se referiram a falta de insumos, materiais ou orçamento necessário para executar atividades. Esses participantes tiveram dificuldade em propor tecnologias sem dispor de recursos suficientes para essa implantação ou para adquirir materiais para a realização de demonstrações em campo. Além disso, observaram também dificuldade em conciliar as ações de assistência técnica com a época de produção e a disponibilização de recursos financeiros por parte dos agricultores.

Posteriormente, observou-se que um participante relatou que uma das maiores dificuldades enfrentadas por ele durante a participação no programa refere-se às dificuldades técnicas específicas da área, referindo-se à elaboração de orçamentos e

projetos. Nessa categoria, a resposta mencionou a dificuldade do participante em encontrar soluções para realizar atividades específicas de sua área de formação, como por exemplo a elaboração de orçamento de projetos.

Por fim, a partir dos dados obtidos, observou-se que um participante relatou que entre as maiores dificuldades enfrentadas por ele durante a participação no programa está alinhar a formação acadêmica com a realidade do campo. Nessa categoria, a resposta se referiu à dificuldade de aplicar o que é aprendido na universidade frente às realidades práticas e demandas sociais do campo. De acordo com esse participante:

“As situações que encontramos em campo envolvem ações de baixo custo e, na formação em ciências agrárias na UFG, não somos preparados para propor tecnologias acessíveis a populações de baixa renda. A maioria das disciplinas dos cursos de agrárias da UFG, ao meu ver, são técnicas e focadas na transferência de tecnologias industriais voltadas para a produção agropecuária patronal.” (Participante 9, 2025).

A partir desse relato, pode-se observar que existe certa distância entre a formação acadêmica tradicional da área de ciências agrárias e as demandas reais das comunidades de assentamentos de reforma agrária. Essa lacuna, apontada pelo participante da pesquisa, refere-se à capacidade da universidade em preparar o estudante para atuar profissionalmente em contextos que exigem soluções de baixo custo e que atendam, de fato, a demanda social. A crítica do respondente quanto à ênfase técnica e produtivista das disciplinas da graduação, destaca a tendência em se privilegiar modelos direcionados ao agronegócio, em detrimento de modelos voltados para a agricultura familiar.

O descompasso entre o que se aplica em sala de aula – teoria, e o que se aplica na prática, mostra a necessidade de uma reestruturação curricular que envolva princípios agroecológicos, tecnologias sociais e pedagogias de campo, capazes de formar profissionais comprometidos com as diversas realidades do meio rural. A resposta do participante mostra a importância real de se aproximar o ensino com as práticas e com os saberes rurais, em favor de uma formação crítica e transformadora.

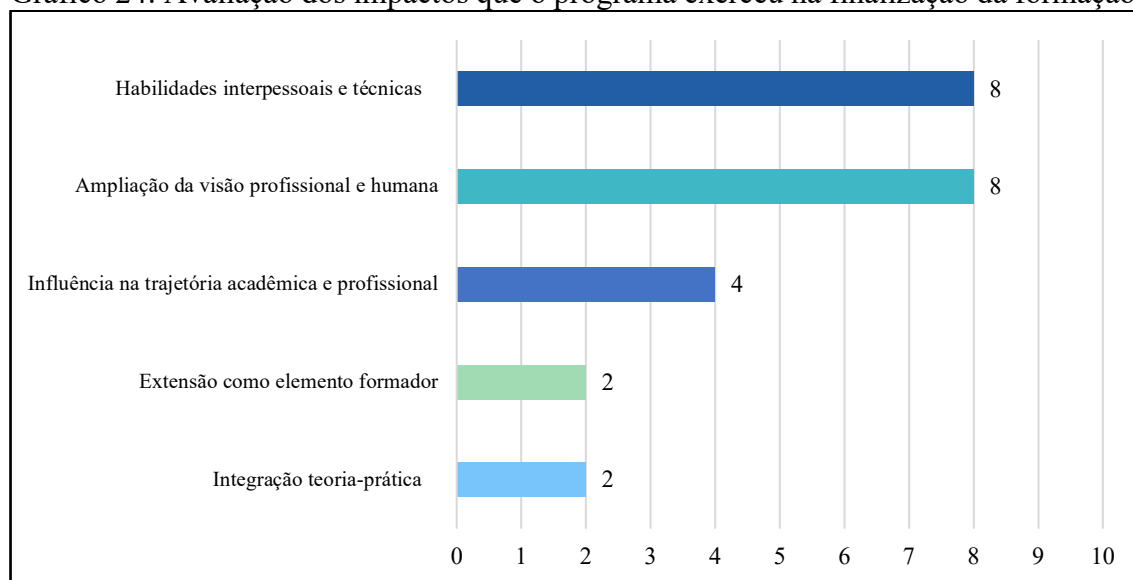
As respostas dos participantes revelam desafios importantes quanto ao contato direto com o meio rural, especialmente no que refere à infraestrutura limitada das comunidades, à distância entre a universidade e os assentamentos, e às dificuldades de comunicação e planejamento coletivo. Esses desafios poder ser relacionados com conteúdos das disciplinas de Administração Rural, Economia Rural e Políticas de Desenvolvimento Rural, analisadas no tópico anterior deste trabalho, nas quais são abordados temas de gestão de propriedades, planejamento participativo e elaboração de

estratégias de desenvolvimento local. Observa-se que a experiência prática relatada pelos participantes evidencia a necessidade de aprofundar esses conteúdos sob uma perspectiva mais aplicada e mais contextualizada à realidade dos assentamentos rurais.

Além disso, os desafios referentes às relações interpessoais, à escuta ativa e ao entendimento das dinâmicas sociais nas comunidades podem ser relacionados com as disciplinas de Sociologia Rural e Agroecologia. A vivência proporcionada pelo PROFOREXT reforça o papel dessas disciplinas na formação de um olhar crítico e mais sensível frente às dimensões sociais e ambientais da extensão rural, podendo contribuir para consolidar práticas de uma ATER mais participativa e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

A segunda análise realizada a partir do terceiro questionário, refere-se à avaliação dos participantes quanto aos impactos que o programa exerceu na finalização da sua formação acadêmica. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: desenvolvimento de habilidades interpessoais e técnicas; ampliação da visão profissional e humana; influência na trajetória acadêmica e profissional; reconhecimento da extensão como elemento formador; e percepção da integração teoria-prática. Os dados são apresentados no Gráfico 24.

Gráfico 24: Avaliação dos impactos que o programa exerceu na finalização da formação.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Nessa avaliação, oito entre os dez participantes da pesquisa mencionaram que o desenvolvimento de habilidades interpessoais e técnicas foram impactos que o programa exerceu na finalização de suas formações. Nessa categoria, as respostas mencionaram o aprimoramento da habilidade comunicação, desenvolvimento da capacidade de trabalhar

em equipe e a ampla capacitação quanto a elaboração de projetos e a orientação técnica qualificada. Um dos participantes apresentou o seguinte relato:

“Hoje, compreendo melhor os métodos de ação em ATER, os diversos caminhos que posso percorrer para desenvolver atividades eficientes, como me relacionar e me portar, além de ter mais clareza sobre assuntos sensíveis e os limites em relação aos passos que posso dar.” (Participante 9, 2025).

Nessa categoria, a menção recorrente quanto à melhoria na habilidade de comunicação, desenvolvimento do trabalho em equipe e na capacidade de elaborar projetos, demonstra que os impactos do programa extrapolam o campo do conhecimento teórico, e alcança, sim, dimensões práticas e relacionais que são fundamentais para a atuação em ATER direcionada para a agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária.

O aprimoramento na habilidade de comunicação relatada fortemente pelos participantes, está em consonância com o que Caporal (2011) aponta como elemento fundamental ao trabalho de ATER, uma vez que o extensionista deve atuar como um mediador e como um facilitador para o diálogo diferentes saberes.

O relato transcrito anteriormente sintetiza essa transformação ao destacar o amadurecimento profissional, a noção de consciência sobre os limites da atuação profissional e a ampliação da compreensão sobre as metodologias e sobre as abordagens no campo da extensão rural. Esses elementos evidenciam que o programa não somente capacitou, mas também ressignificou o papel dos futuros profissionais diante os desafios em se trabalhar diretamente com comunidades de assentamentos de reforma agrária.

Ainda nessa avaliação, oito entre os dez participantes da pesquisa mencionaram que a ampliação da visão profissional e humana foram impactos que o programa exerceu na finalização de suas formações. Nessa categoria, as repostas mencionaram formação ética e sensível por meio de vivências que ultrapassam os limites da sala de aula, fortalecendo valores como respeito, escuta ativa, empatia e reconhecimento da luta das comunidades. Alguns dos relatos dos participantes, enquadrados nessa categoria, mencionaram o seguinte:

“Possibilitou vivenciar experiências que não vivi no meio acadêmico nem em estágios, além da aproximação com o público do meio rural que é um tema pouco abordado na graduação.” (Participante 4, 2025).

“O programa me ajudou a enxergar novas formas de trabalhar, novos métodos e outra realidade do que estava acostumada a trabalhar.” (Participante 5, 2025).

“Me abriu os olhos em relação a novos níveis de produção, organização de comunidade, como atender um pequeno produtor e sua significância de terra.” (Participante 7, 2025).

“As comunidades rurais oriundas da reforma agrária são potentes e ensinam diversas perspectivas de vida, ruralidades, estratégias de geração de renda, associativismo, luta pela garantia de direitos e inúmeras outras possibilidades de existência.” (Participante 9, 2025).

“Um novo olhar para a realidade do campo.” (Participante 10, 2025).

Os depoimentos mostram uma mudança de postura frente as realidades observadas em campo. A real aproximação a contextos, até então pouco trabalhados em sala de aula, como a vida no meio rural e a atuação profissional junto a agricultores familiares, permitiu a construção de um novo olhar sobre essa prática profissional. Uma atuação profissional com uma vertente mais social e, de fato, mais consciente quanto à diversidade do meio rural. Desta forma, o programa se apresenta como um catalisador de reflexões críticas e de formação cidadã, evidenciando a importância da extensão universitária na construção de uma formação acadêmica comprometida com a realidade.

Nessa categoria, um dos relatos dos participantes, que muito chamou a atenção, traz a seguinte consideração:

“Devo deixar registrado, além das contribuições acadêmicas, o meu carinho por todas as pessoas das comunidades com quem me relacionei. Não faltaram demonstrações de afeto, respeito, paciência e interesse.” (Participante 9, 2025).

Esse relato traduz, de forma muito significativa, o vínculo afetivo construído entre os participantes e as comunidades atendidas pelo programa. Valores como respeito, paciência e interesse mútuo são aqui evidenciados. Muito mais que aprendizado técnico, a experiência promovida pelo programa proporcionou uma formação humana e sensível.

Toda essa valorização do conhecimento popular é defendida por Freire (1983), que afirma que não há verdadeira formação sem o diálogo horizontal entre educadores e educandos. O processo educativo formativo torna-se emancipador apenas quando há reconhecimento, de fato, da sabedoria dos sujeitos do campo.

Em seguida, a categoria mais mencionada pelos participantes refere-se à influência na trajetória acadêmica e profissional. Nessa categoria, quatro entre os dez participantes mencionaram que a definição de área de atuação e interesses futuros foram impactos que o programa exerceu na finalização de suas formações. Nesse aspecto, as

respostas envolveram a oportunidade proporcionada pelo programa quanto à novos aprendizados já no final da graduação, consolidando o interesse pela área de ATER, influenciando assim em sua trajetória acadêmica e profissional. Alguns relatos dessa categoria mencionaram o seguinte:

“Participar do PROFORXT no final da minha formação me ajudou a ampliar a minha perspectiva sobre o alcance da Arquitetura e Urbanismo.” (Participante 4, 2025).

“O PROFOREXT teve muitas contribuições, como a participação em eventos e congressos, no qual amadureceu a minha formação acadêmica, como pesquisador e extensionista.” (Participante 3, 2025).

Relatos como esses, mostram que as experiências vivenciadas no programa foram fundamentais para o amadurecimento do perfil profissional e do olhar investigativo dos participantes. O programa não apenas complementou a formação acadêmica, mas mostrou-se também como um espaço de descoberta de caminhos futuros, evidenciando seu papel estratégico no fortalecimento de vocações direcionadas para a assistência técnica e extensão rural, especialmente para a agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária.

Ainda sobre essa avaliação, dois entre os dez participantes da pesquisa mencionaram o reconhecimento da extensão como elemento formador como impactos que o programa exerceu na finalização de suas formações. Nessa categoria, as respostas mencionaram que a extensão é essencial para a formação profissional mais completa, crítica e alinhada com as realidades sociais. Um dos participantes relatou o seguinte:

“A participação no programa ampliou minha visão sobre a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social e fortalecimento da agricultura familiar.” (Participante 8, 2025).

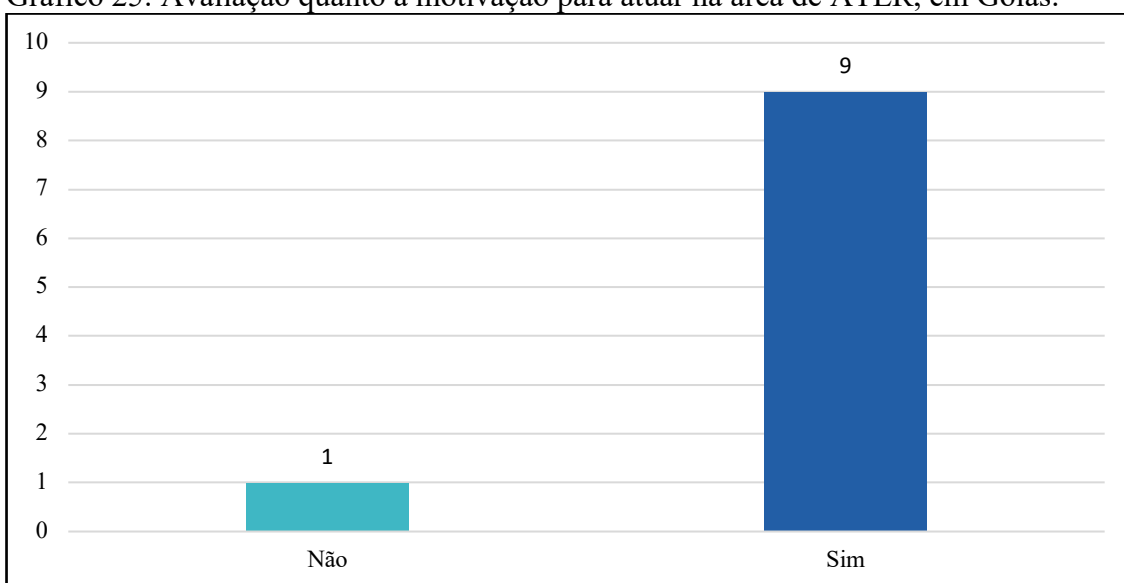
Essa perspectiva destaca a importância de integrar a extensão na grade curricular dos cursos de graduação, como estratégia na promoção de uma formação que ultrapasse os limites técnicos e dialogue diretamente com os desafios da realidade do meio rural.

Por fim, os dados dessa análise mostram que dois entre os dez participantes mencionaram a integração teoria-prática como um dos impactos que o programa exerceu na finalização de suas formações. Nessa categoria, as respostas mencionaram a aplicação de conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações reais do campo. Nesse sentido, o programa foi reconhecido como um espaço de vivência que possibilitou a consolidação

dos conhecimentos acadêmicos por meio de experiências reais, enfrentando desafios práticos e interagindo diretamente com as comunidades rurais.

A terceira análise realizada a partir do terceiro questionário, refere-se à avaliação dos participantes quanto à motivação para atuarem na área de ATER, em Goiás. Nove participantes responderam que se sentem motivados a atuar na área de ATER em Goiás, e apenas um participante respondeu que não se sente motivado. O Gráfico 25 mostra esse resultado.

Gráfico 25: Avaliação quanto à motivação para atuar na área de ATER, em Goiás.



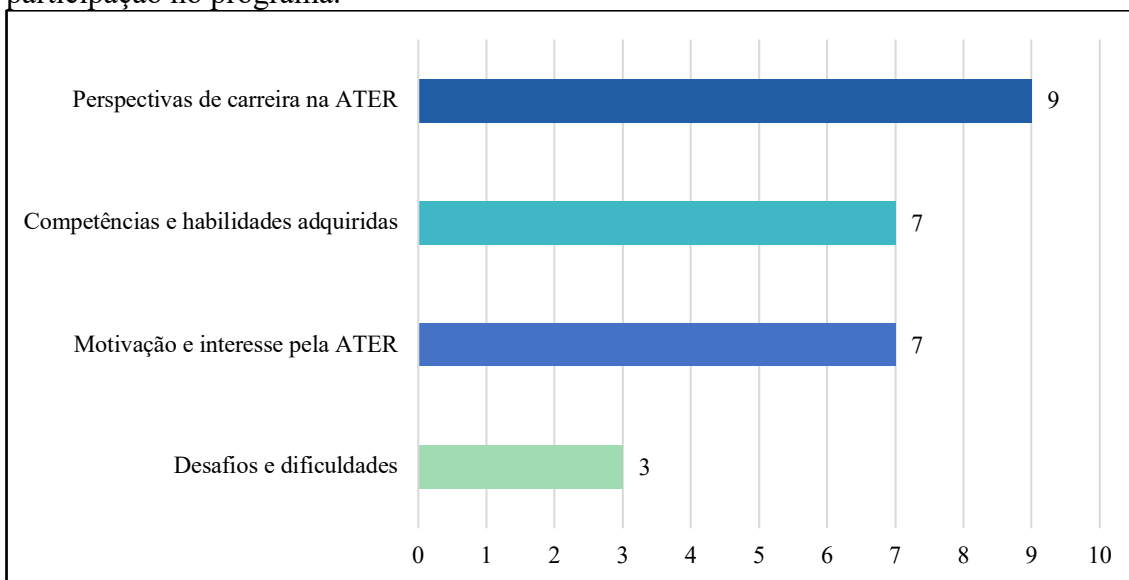
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Essa informação reforça a grande relevância das experiências proporcionadas pelo programa. Elas possibilitaram aos participantes compreenderem a importância e também os desafios da assistência técnica e extensão rural no contexto da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária em Goiás. A baixa taxa de desmotivação sugere que iniciativas como essa têm enorme potencial para contribuir com a formação de profissionais engajados e sensíveis, dispostos a atuar em áreas historicamente vulnerabilizadas e marginalizadas.

Por fim, a última análise realizada a partir do terceiro questionário, refere-se à avaliação dos participantes quanto às suas perspectivas sobre atuar na área de ATER após a participação no programa. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e categorizadas da seguinte forma: perspectivas de carreira na ATER, quando as respostas abordaram as perspectivas do participante em atuar profissionalmente na área de ATER; competências e habilidades adquiridas, quando as respostas destacaram as competências ou habilidades adquiridas pelo participante durante a sua participação no programa;

motivação e interesse pela ATER, quando expressaram a motivação e o interesse em atuar na área de ATER; e desafios e dificuldades, quando as respostas destacaram as os desafios e as dificuldades encontrados na atuação em ATER. Os dados são apresentados no Gráfico 26.

Gráfico 26: Avaliação quanto às perspectivas sobre atuar na área de ATER após a participação no programa.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

Nessa avaliação, nove entre os dez participantes da pesquisa, fizeram menção às perspectivas de construção de carreira na área de ATER. Nessa categoria, as respostas abordaram as perspectivas de atuação profissional na área de ATER, como a busca por emprego na área ou a possibilidade de atuar em programas específicos relacionados. Esse dado, bastante expressivo, reforça o potencial do programa em despertar vocações e consolidar trajetórias profissionais direcionadas para a assistência técnica e extensão rural voltadas para a agricultura familiar. No momento em que proporciona experiências práticas e diretamente relacionadas com as realidades do meio rural, o programa amplia horizontes para que os participantes sigam atuando junto à essas comunidades.

Posteriormente, a categoria mais mencionada refere-se às competências e habilidades adquiridas. Nessa categoria, mencionada por sete entre os dez participantes, as respostas destacaram as competências ou habilidades adquiridas durante a participação no programa, como a capacidade de aplicar metodologias participativas, trabalhar com diversas técnicas de produção e melhorar o diálogo com agricultores familiares. As respostas falam sobre desenvolvimento de habilidades para atuar na área de ATER.

Em seguida, a categoria mais mencionada refere-se à motivação e ao interesse pela ATER. Nessa categoria, mencionada por sete entre os dez participantes da pesquisa,

as respostas destacaram como o programa os preparou e os motivou a continuarem na área, mesmo com desafios e dificuldades. Destaca a disposição em contribuir com a agricultura familiar e com o desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, mencionada por três entre os dez participantes, está a categoria desafios e dificuldades. Nessa categoria, as respostas destacaram os desafios e dificuldades encontrados na atuação em ATER, como limitações de recursos, falta de infraestrutura, cenários socioeconômicos complexos e obstáculos enfrentados durante as ações nas comunidades. As respostas trazem reflexões sobre os desafios práticos enfrentados por eles quanto à aplicação das técnicas e metodologias aprendidas. Nesse sentido, os participantes demonstraram ter consciência crítica sobre as dificuldades estruturais que impactam o trabalho da ATER no campo, revelando uma importante maturidade profissional ao reconhecer que a atuação em ATER exige muito conhecimento técnico, mas também bastante resiliência, criatividade e uma incrível capacidade de adaptação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou uma reflexão a respeito dos caminhos da formação profissional de agentes de ATER no Brasil, especialmente no estado de Goiás, mediante o Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 – PROFOREXT.

A análise realizada neste trabalho revelou a importância de iniciativas como o PROFOREXT para o enfrentamento de desafios históricos e estruturais da agricultura familiar em nosso país, principalmente a agricultura familiar presente em assentamentos de reforma agrária.

Pode-se afirmar que o programa se revelou extremamente promissor e de baixo custo, considerando os resultados até aqui alcançados quanto à formação profissional de agentes de ATER para atuar em assentamentos de reforma agrária. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, o PROFOREXT integra teoria e prática de maneira eficiente, proporcionando uma aprendizagem significativa que fortalece as competências técnicas, políticas e sociais de seus participantes. Essa abordagem potencializa a atuação profissional em assentamentos de reforma agrária e contribui para a transformação social e para o desenvolvimento rural sustentável, demonstrando assim que investimentos estratégicos em políticas de formação profissional podem gerar impactos significativos sem a necessidade de grandes recursos financeiros.

Além disso, o possível caráter interministerial do PROFOREXT, operacionalizado em conjunto pelo MEC/UFG e pelo MDA/Incrá, evidencia a sua dimensão de política pública estruturante. Toda essa articulação entre diferentes esferas de governo permite a integração de ações educacionais e extensionistas com programas de desenvolvimento agrário, garantindo uma atuação ampla, coerente e alinhada às demandas dessas comunidades rurais. Ao consolidar essa colaboração, o PROFOREXT se configura como um modelo inovador de política pública, capaz de fortalecer a ATER de forma sustentável e de servir como referência para iniciativas semelhantes nas variadas regiões do país.

O estudo demonstrou que o PROFOREXT se configura como uma possibilidade estratégica, inovadora e disruptiva para a formação de profissionais para atuarem como agentes de ATER promovendo uma abordagem participativa, que se constrói de forma crítica e contextualizada, de modo a romper com a lógica difusionista ainda predominante em nosso país.

Essa mudança de paradigma foi reconhecida pelos participantes da pesquisa, que relataram não só o desenvolvimento de competências técnicas, mas também ganhos significativos quanto às suas habilidades humanas, políticas e sociais. A experiência prática proporcionada pelo programa, trabalhada de forma paralela com a formação teórica e crítica, contribuiu para a melhor compreensão dos participantes quanto à complexa realidade dos assentamentos de reforma agrária, valorizando saberes locais e promovendo ações sensíveis no que se refere às necessidades e potencialidades de cada comunidade. As respostas mostraram um importante fortalecimento da identidade profissional desses indivíduos, que passaram a se perceber como mediadores de processos de transformação social, e não como transmissores de tecnologias.

Esse envolvimento direto percebido no desenvolvimento das atividades com os agricultores familiares das comunidades, proporcionou aos participantes do programa uma aprendizagem diferenciada, ancorada na realidade do mundo rural. A vivência permitiu aos participantes o desenvolvimento de autonomia, empatia e capacidade de atuação política. A aproximação com os desafios e limitações reais das comunidades contribuiu para um processo formativo mais significativo, que ultrapassou os limites do domínio técnico e alcançou o campo da construção coletiva da ação extensionista, verdadeiramente comprometida com a justiça social no campo.

A pesquisa também identificou limitações importantes que exigem atenção para que se garanta a continuidade e a consolidação do programa. A primeira delas refere-se à necessidade de maior institucionalização do programa no âmbito das universidades e institutos que a compõem, garantindo que as ações não se restrinjam a projetos pontuais ou financiamentos específicos. A criação de políticas institucionais que atuem de forma permanente na formação da ATER, assim como o reconhecimento da extensão como parte estruturante dos currículos acadêmicos, são pontos essenciais para que os avanços até aqui conquistados sejam consolidados.

Outra limitação identificada refere-se aos recursos financeiros, humanos e de logística para a plena execução das atividades planejadas. Esse é um fator que compromete a abrangência e também a qualidade das ações formativas, o que impacta diretamente na sustentabilidade do programa. A ampliação e diversificação das fontes de financiamento, a partir de uma possível articulação com outras políticas públicas podem ser alternativas para essa limitação.

Importante também destacar a necessidade de fortalecer as parcerias interinstitucionais, principalmente com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e órgãos públicos. Construir uma rede de colaboração é fundamental para que o

programa seja efetivo com relação às necessidades das comunidades e promova ações de ATER alinhadas com princípios agroecológicos e de sustentabilidade.

Considerando os resultados observados nessa pesquisa, alguns indicadores podem ser extraídos ou propostos para subsidiar a avaliação da formação profissional e da atuação dos participantes no âmbito do PROFOREXT. A saber: grau de inserção dos participantes em ações relacionadas à assistência técnica e extensão rural após a participação no programa; nível de articulação entre teoria e prática nas atividades formativas; percepção das comunidades atendidas quanto à efetividade das ações desenvolvidas pelo programa; e incorporação de metodologias participativas e agroecológicas nas intervenções que foram realizadas. Esses indicadores, ainda que preliminares, podem contribuir para o aprimoramento contínuo do programa e para o fortalecimento da formação crítica e humanizada dos extensionistas rurais.

Assim, a manutenção do PROFOREXT talvez esteja atrelada não apenas a continuidade do programa no que se refere ao seu tempo de atuação, mas também a sua consolidação como elemento estratégico direcionado para o desenvolvimento rural. Valorizar o programa como um espaço de formação crítica, de inserção e transformação social é reconhecer a ATER como uma ferramenta para a promoção da cidadania e da justiça no meio rural brasileiro.

Este estudo sinaliza a importância de se pensar a formação profissional de agentes de ATER como um processo contínuo de aprendizagem, que ultrapassa os limites da capacitação unicamente técnica, e alcança também dimensões pedagógicas e políticas. Construir políticas estruturantes e permanentes de formação, baseadas em metodologias participativas é fundamental para a consolidação desse novo paradigma da ATER.

Como perspectivas para futuras pesquisas, sugere-se ampliar os estudos a respeito dos impactos a médio e longo prazo do PROFOREXT nas comunidades por ele atendidas, levando-se em consideração os efeitos na vida das famílias, bem como na dinâmica das comunidades com relação à produção e à comercialização. De forma adicional, sugere-se também analisar o desenvolvimento da atuação profissional dos indivíduos que já participaram do programa, com o objetivo de compreender como os conhecimentos adquiridos a partir do PROFOREXT se traduziram nas práticas de ATER.

Por fim, recomenda-se que o PROFOREXT seja consolidado como uma política pública de caráter permanente, com expansão para todo o território nacional, de forma a garantir a continuidade das ações em integração com as diretrizes da PNATER. Valorizar a formação de profissionais de ATER é um passo essencial para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. Lula sanciona lei que amplia Política Nacional da Agricultura Familiar. Agência Senado, Brasília, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/21/lula-sanciona-lei-que-amplia-politica-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ANDRADE, M. C. de.; A terra e o homem no Nordeste. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1964.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Da extinção da EMBRATER à criação da ANATER: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 312-340.

BORSATTO, R. S.; THOMSON, C. R.; RIGA, H. L.; BERGAMASCO, S. M. P. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): fim de um ciclo? *Emancipação*, Ponta Grossa - PR, v. 22, n. especial, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/20283>. Acesso em: 8 fev. 2024.

BOSCHI, R. R.; PINHO, C. E. S. Crisis and austerity: the recent trajectory of capitalist development in Brazil. *Contemporary Politics*, v. 25, n. 3, p. 292–312, 2019.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *Secretaria de Estado dos Negócios do Império* em 20 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*: Brasília, DF, 18 mar 1963. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm. Acesso em 19 fev 2025.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 1 jul. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a organização da educação básica, a gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regula a sua implementação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/rces007_18_-_MEC_CNE.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021. Estabelece as diretrizes para a política nacional de educação e formação de pessoal docente para a educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10688.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.828, de 20 de março de 2024. Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 mar. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14828.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRINGEL, B.; FALERO, A. Movimientos sociales, gobiernos progresistas y Estado em America Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. spe3, p.27-45, 2016.

CALAÇA, M; DIAS, W. A. A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 5, n. 10 Ago., p. 312–332, 2010. DOI: 10.14393/RCT51012049. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12049>. Acesso em: 29 mar. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de ATER: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas ATER. *Cadernos de Agroecologia*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–7, 2011.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, 1997.

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. de. Assistência técnica na agricultura brasileira: uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do Censo Agropecuário de 2017. *Texto para Discussão* n. 2704. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTA, F. de A. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 15, n. 1 (57), p. 84-101, jan./mar. 1995. Disponível em: www.scielo.br/j/rep/a/QYsTg9XqtDxrt6sCzSp4ZHf/?lang=pt. Acesso em: 26 mar. 2025.

DELGADO, G. C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Ícone, 1985. (América Latina).

DEPONTI, C. M.; SCARTON, L. M.; SCHNEIDER, S. O retrato da extensão rural a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu Roberto de Andrade; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander (orgs.). *Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006*. Brasília, DF: IICA, 2013. p. 239-258.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. PNATER (2004-2014): da concepção à materialização. In: **GRISA, C.; SCHNEIDER, S.** (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107-132.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; MINÁ DIAS, M.; FROEHLICH, J. M. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? *Estudos Sociedade e Agricultura*, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 597–634, 2021. DOI: 10.36920/esa-v29n3-5. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_05_ater/esa29-3_05_pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

DOMIT, L. A.; LIMA, D.; ADEGAS, F. S.; DALBOSCO, M.; GOMES, C.; OLIVEIRA, A. B.; CAMPANINI, S. M. S. Manual de implantação do treino e visita (T&V). Londrina: Embrapa, 2007. 86 p.

EMATER-GO. Revista EMATER em Dados: Dados referentes aos anos de 2020 e 2021-1. Goiânia: Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER, 2021. Disponível em: https://www.emater.go.gov.br/wp/biblioteca_virtual/revista-emater-em-dados-2021/. Acesso em: 4 abr. 2025.

EMATER-GO. Institucional. Disponível em: <https://www.emater.go.gov.br/wp/institucional/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FAO. The State of Food and Agriculture: Innovation in Family Farming. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/ad888f5b-a590-43d9-b066-9a852b95777e/content>. Acesso em: 22 mar. 2025.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Volumes 28 e 29. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Rio Claro, 1999.

FRANÇA, C. G.; Afirmação da agricultura familiar nas políticas públicas no Brasil. In Seminário Diálogos contemporâneos acerca da questão agrária e agricultura familiar no Brasil e na França, Paris, AgroParisTech/Ladyss/CAPES, 24-25 abril de 2013. p. 99-134.

FREIRE, A. P.; MAGALHÃES, C. A. S.; CINTRA, E. L.; SANTOS, F. R.; LOPES, M. de L. G. B.; BARBOSA, T. de J. Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e a agricultura familiar rural. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 85-90, edição especial, 2015.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series. Food for Justice Power: Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021, Working Paper 4. Disponível em: lai.fu-berlin.de/pt/forschung/food-forjustice/publications1/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html. Acesso em: 22 mar 2025.

GOIÁS. Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023. Estabelece a organização administrativa básica do Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/106749/pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

GOIÁS. Decreto nº 10.403, de 1º de fevereiro de 2024. Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/108420/pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR*, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 290-311.

HEBERLÊ, A. L. O.; SICOLI, A. H.; SILVA, J. de S.; BORBA, M. F. S.; BALSADI, O. V.; PEREIRA, V. da F. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 131-148.

KAGEYAMA, A. A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Orgs.). Agricultura e políticas públicas. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996, p. 113-223. (IPEA, 127).

LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme. v.1, 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. Retratos De Assentamentos, 22(1), 2019, p. 50-68. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>

MANSAN, P. R. A.; COSTA, C. D. C. V.; OLIVEIRA; A. L. S. de.; SANTANA, J. U. R.; DE MATTOS, J. L. S. Campesinato brasileiro: resistência e perspectivas na atualidade. Contribuciones a las ciencias sociales. 2024. 17(1), 5873–5886. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-351>. Acesso em 17 mar 2025.

MAZALLA NETO, W.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 197-222.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. Geografias, v. 3, n. 1, p. 46-63, jan./jun. 2007.

MDA/SAF/DATER. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.* Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho ATER, 2004.

MDA/SAF/DATER. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2010.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MEDINA, G. Potencial de adoção de novas práticas por agricultores familiares: lições do assessoramento técnico para a transição agroecológica. In: *Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico.* Goiânia: Editora UFG, 2018. p. 203-227.

MEDINA, G.; CAMARGO, R.; SILVESTRE, W. Retrato da agricultura familiar em Goiás: relevância, sistemas de produção e alternativas para sua consolidação. In: *Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico*. Goiânia: Editora UFG, 2018. p. 17-44.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. *Investigaciones Geográficas, Boletín* 55, 2004.

MENGEL, A. A.; RIBEIRO, L. P.; DALBIANCO, V. P.; BEARZI, I. de; BRITO, A. N. S.; FROELICH, J. M. Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIVs): contribuição à mudança de paradigma na agricultura. *Cadernos de Agroecologia*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.aba-agroecologia.org.br/revista/cad/article/view/2809/2424>. Acesso em: 23 out. 2025.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A. V. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: **GRISA, C.; SCHNEIDER, S.** (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 401-425.

OLIVEIRA, M. F. de. Combate à fome, transição energética e política externa no governo Lula 3.0 (2023-2026). In: **CORSI, Francisco Luiz; MENDONÇA, Marina Gusmão de; SANTOS, Agnaldo dos** (org.). *América Latina na conjuntura pós-pandemia: a crise do sistema e a nova guerra fria*. Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2024. p. 117-130.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU BRASIL). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais: disputa por terra e território e afirmação de identidades. In: **CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula** (org.). *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. p. 170-177.

PANIAGO, E. P. A utilização de metodologias participativas nos assentamentos de reforma agrária no município de Jataí – Go. *Textos e Debates*, [S. l.], v. 2, n. 33, 2020. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v2i33.5302. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/5302>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Núcleo de Estudos e pesquisas do Senado. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 30 mar. 2025.

REZENDE, G. C. de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 1999. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0648.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia – Bacharelado. Goiânia: UFG, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/987/o/PPC_AGRONOMIA_ASSINADO.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de Extensão Rural no Brasil. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROSALEM, L. J. O. S.; PAULA JUNIOR, A. de; MATUO, A. P. T.; MICHELLON, E. Adoção e utilização da assistência técnica e extensão rural nas microrregiões brasileiras. *Revista de Política Agrícola*, v. 32, n. 3, p. 111-121, 2023.

SANTOS, F. P. dos.; Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil. Tese (Doutoramento em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-192, 2003.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 265-291.

SILVA, J. G. da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. São Paulo, Hucitec, 1981. (Economia &Planejamento. Teses e Pesquisas).

SILVA, J. G. da. A modernização dolorosa: estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. (Agricultura e Sociedade).

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos à sua consolidação na conjuntura política de 2017. *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 70-92, 2017.

THOMSON, C. R. (Im) Possibilidades da Extensão Rural para a Agricultura Familiar: Uma análise dos ciclos de ATER no Brasil. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2023.

TOLEDO, E.; ZONIM, V. J.; KROTH, D. C. O avanço do discurso da agricultura única e a urgência de ressignificação da agricultura familiar no Brasil. *Redes*, 29(1). <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.18310>. 2024. Acesso em 15 mar 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Agronomia – Bacharelado. Goiânia: UFG, Escola de Agronomia, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura – CEPEC. Resolução CEPEC/UFG nº 1699, de 22 de outubro de 2021. Dispõe sobre a regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2021_1699.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: Revista Agriculturas (Impresso), v. espec., 2009b.

WANDERLEY, M. N. B. Reflexões acerca da agricultura familiar e campesinato no Brasil e na França. In Seminário Diálogos contemporâneos acerca da questão agrária e agricultura familiar no Brasil e na França, Paris, AgroParisTech/Ladyss/CAPES, 24-25 abril de 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Impressa em fev. 2015.

ZARNOTT, A. V.; DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; FIALHO, M. A. V. Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. *Revista da Faculdade de Agronomia*, v. 116, n. esp., p. 107-119, 2017.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Contribuição do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária, em Goiás”. Meu nome é Patrícia Ferreira de Freitas, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Agricultura Familiar e o Agronegócio. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (patriciafreitas@ufg.br) e, através do seguinte contato telefônico: (62-994091949), inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos(as) participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as contribuições do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 – ProforExt, em Goiás. Você deverá responder um questionário e para isso deverá reservar um período de aproximadamente 20 minutos. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos e todos ligados a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas, desconforto, alterações de comportamento durante a aplicação do questionário, receio quanto a quebra de sigilo e/ou quebra de anonimato. Nesses casos, o pesquisador prestará total apoio, esclarecendo quaisquer dúvidas que possam surgir ou caso necessário, procedendo o encaminhamento para atendimento médico no posto de saúde da Universidade Federal de Goiás.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma

forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos.

Pode haver a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, assim faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, assim faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Contribuição do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária, em Goiás”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) responsável **Patrícia Ferreira de Freitas** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como

Universidade Federal de Goiás
Escola de Agronomia
Programa de Pós-Graduação em Agronegócio

os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

QUESTIONÁRIO 1 – APLICADO AOS ESTUDANTES BOLSISTAS DO
“PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM ATER PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA E CONTRIBUIÇÕES PARA A AGENDA 2030 – PROFOREXT”

Local e data: _____, ____/____/____.

1. Nome do participante: _____

2. Informações iniciais:

2.1. Data Nascimento: ____/____/____

2.2. Sexo: () mulher () homem () não binário

2.3. Cor/raça: () indígena () amarelo () pardo
() negro () branco

2.4. Pertencente a Comunidade Tradicional:

() não () indígena () quilombola
() outra: _____

2.5. Pertencente a assentamento de reforma agrária:

() sim () não

2.6. Pertencente a agricultura familiar tradicional:

() sim () não

2.7. Você pertence a algum grupo de pessoa com deficiência:

() sim () não Se sim, qual? _____

2.8. Curso de Graduação: _____

2.9. Ano e semestre de entrada no curso: _____

2.10. Período em que se encontra no curso: _____

2.11. Cidade de moradia:

() Goiânia () outra: _____

3. Informações específicas:

3.1. Você já visitou um assentamento de reforma agrária, comunidades e povos tradicionais ou comunidade de agricultura familiar?

() sim () não

3.2. Durante a sua graduação, você cursou disciplinas relacionadas a agricultura familiar, reforma agrária, sociologia e desenvolvimento rural?

() sim () não

Se sim, quais? _____

3.3. Durante a sua graduação, você participou de cursos, palestras e/ou eventos relacionados à ATER?

() sim () não

Se sim, quais? _____

3.4. Você já participou de atividades de pesquisa ou extensão na área de reforma agrária ou agricultura familiar?

() sim () não

Se sim, quais? _____

3.5. Quais tipos de habilidades que considera que serem seu ponto forte (exemplo: trabalho de campo com orientação ao(a) produtora sobre manejo animal; domínio de conhecimento na área de hortas; habilidade de comunicação; uso de ferramentas computacionais para elaboração de tabelas/gráficos e projetos; outros)?

3.6. Como acha que pode contribuir no programa?

2.4. Como você define a receptividade das comunidades dos assentamentos?

2.5. Quais as demandas relatadas pelas comunidades dos assentamentos?

2.6. Como você avalia as suas primeiras visitas aos assentamentos?

2.7. Você se sente motivado a dar seguimento às suas atividades dentro do projeto?

() sim () não

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Contribuição do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária, em Goiás

Pesquisador: PATRICIA FERREIRA DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78665724.1.0000.5083

Instituição Proponente: Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.899.647

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa de mestrado em Agronegócio envolvendo como sujeitos os estudantes bolsistas do ProforExt no programa ATER direcionado à formação de capacidade técnica para lidar com os assentamentos de reforma agrária no âmbito dos programas de agricultura familiar.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as contribuições do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030, ProforExt, em Goiás.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A autora aponta como risco: "Os riscos dessa pesquisa são mínimos e todos ligados a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas, desconforto, alterações de comportamento durante a aplicação do questionário, receio quanto a quebra de sigilo e/ou quebra de anonimato. Nesses casos, o pesquisador prestará total apoio, esclarecendo quaisquer dúvidas que possam surgir ou caso necessário, procedendo o encaminhamento para atendimento médico no posto de saúde da Universidade Federal de Goiás." E aponta como benefícios: "Quanto aos benefícios serão diretos e relacionados a efetiva participação e contribuição com a realização dessa pesquisa e posteriores análises e

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

Continuação do Parecer: 6.899.647

publicações."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Serão entrevistados 12 bolsistas do ProforExt no programa ATER.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A autora apresentou TCLE, termo de anuência e questionário adequados.

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma pendência

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. A pesquisa foi considerada em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para setembro de 2025.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2309428.pdf	28/05/2024 17:56:46		Aceito
Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO.pdf	28/05/2024 17:53:41	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Anuencia.pdf	28/05/2024 17:52:47	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	28/05/2024 17:52:37	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
Outros	Termo_Compromissoassinados.pdf	28/03/2024	PATRICIA	Aceito

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1

Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970

UF: GO **Município:** GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

Continuação do Parecer: 6.899.647

Outros	Termo_Compromisso_assinados.pdf	12:35:24	FERREIRA DE FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	24/03/2024 17:56:18	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
Outros	Questionario_3.pdf	24/03/2024 17:55:16	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
Outros	Questionario_2.pdf	24/03/2024 17:55:06	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
Outros	Questionario_1.pdf	24/03/2024 17:54:56	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_assinado.pdf	24/03/2024 17:53:25	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	24/03/2024 16:59:39	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 20 de Junho de 2024

Assinado por:

**Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))**

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

IMPACTO SOCIAL E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta impacto social uma vez que contribui para a compreensão dos desafios atuais e perspectivas da Assistência Técnica e Extensão Rural em Goiás, no que se refere ao contexto da agricultura familiar presente em assentamentos de reforma agrária. A análise do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 – PROFOREXT, o estudo fornece subsídios para aprimorar políticas públicas direcionadas para a formação profissional e para a implementação de metodologias participativas de ATER.

Os resultados obtidos a partir deste trabalho contribuem para o fortalecimento de iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável e da inclusão social das comunidades atendidas pelo programa, impactando diretamente na melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares e valorizando a produção local.

Além disso, ao evidenciar a importância da integração entre ensino, extensão e formulação de políticas públicas, a pesquisa colabora para a consolidação de uma ATER mais eficiente, inclusiva e em alinhamento aos princípios da Agenda 2030 e da PNATER.